

Universidade Católica de Goiás
Vice-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Mestrado em Psicologia

**Abuso Sexual na Infância: uma Leitura
Fenomenológica-Existencial através do
Psicodiagnóstico Rorschach**

Flávia Hermann Jung

Goiânia
Março de 2006

Universidade Católica de Goiás
Vice-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Mestrado em Psicologia

**Abuso Sexual na Infância: uma Leitura
Fenomenológica-Existencial através do
Psicodiagnóstico Rorschach**

Flávia Hermann Jung

Dissertação apresentada como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre
em Psicologia

Área de concentração: Psicologia Social
e da Personalidade, da Universidade
Católica de Goiás, sob a orientação do
Prof. Dr. Rodolfo Petrelli

Goiânia
Março de 2006

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos meus pais: à minha mãe, Nara, pelo constante e incansável incentivo e apoio ao meu crescimento profissional e pessoal, e ao meu pai, Nestor, grande torcedor desta conquista. Agradeço também ao meu padrasto, Emair, pelo apoio a toda esta concretização.

Ao meu querido orientador Dr. Rodolfo Petrelli, grande mestre e ser humano, sempre pacientemente disposto a ensinar, a ajudar, e a fazer-me crescer, por toda a sabedoria que me transmitiu e por todos os valores humanísticos que procura viver e comunicar cotidianamente a todos. A você devo minha eterna gratidão e admiração.

À Karen Michel Esber, psicóloga que me disponibilizou os testes de Rorschach do banco de dados do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil. Obrigada por ter estado sempre tão disposta a ajudar.

Ao meu namorado Lázaro Carneiro, pelo companheirismo e pelo ouvido sempre aberto às muitas angústias surgidas no desenrolar deste processo.

À psicóloga Silvia Pereira Guimarães, amiga e colega de graduação e de mestrado, pelos momentos de amizade, de estudo e de informações compartilhadas nestes anos de tanta dedicação e crescimento.

E a todas as outras pessoas, familiares e amigos, que fazem parte da minha vida e que, direta ou indiretamente, me ajudaram, me apoiaram e torceram pelo meu sucesso.

Sumário

Folha de avaliação.....	i
Agradecimentos.....	ii
Sumário.....	iii
Lista de Tabelas.....	iv
Lista de Figuras.....	v
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Introdução.....	1
1. Abuso Sexual.....	6
1.1. Contextualização e Principais Considerações.....	7
1.1.2. Dados Estatísticos do Abuso Sexual.....	10
1.2. O Impacto do Abuso Sexual na Vida das Crianças e Adolescentes.....	16
1.2.1. Conseqüências Físicas do Abuso Sexual.....	18
1.2.2. Conseqüências Psicológicas do Abuso Sexual.....	19
1.3. O Abuso Sexual como Situação com Potencial para Gerar Dano Psíquico à Vítima.....	30
2. A Avaliação Psicológica Pericial da Criança Sexualmente Vitimizada	33
2.1. A Perícia Psicológica.....	36
2.2. Diagnosticando e Avaliando o Abuso Sexual em Crianças através de Técnicas e Testes Projetivos.....	38
2.3. O Psicodiagnóstico Rorschach e as Avaliações Investigativas e Clínicas do Abuso Sexual.....	46
3. Método.....	60
3.1. A Fenomenologia.....	60
3.2. O Método Fenomenológico Aplicado à Pesquisa em Psicologia.....	61
3.2.1. A Redução Fenomenológica segundo Rodolfo Petrelli: Método da Pesquisa Fenomenológica.....	66
3.2.2. Os Quatro Passos Analíticos da Pesquisa Fenomenológica propostos por Amedeo Giorgi.....	73
3.3. Fenomenologia e Pesquisa Qualitativa.....	76
3.4. A Inter e a Transdisciplinariedade como Exigências Ética, Epistemológica e Metodológica da Fenomenologia.....	80
3.5. Objetivos.....	84
3.6. Procedimento.....	85
3.7. Participantes.....	86
3.8. Instrumento.....	87
3.8.1. O Rorschach Fenomenológico.....	112
3.8.2. Proposta de Revisão da Nomenclatura Rorschach: O Método Fenomenológico e as Categorias Existenciais.....	116
4. Resultados e Discussão.....	136
4.1. Essências Singulares.....	136
4.2. Essência Universal.....	161
5. Conclusão.....	179
6. Referências Bibliográficas.....	183

Lista de Tabelas

Tabela 1. Características dos Participantes da Pesquisa.....	86
Tabela 2. Grau de Parentesco entre a Vítima e o Agressor e Tipo de Abuso Sexual.....	86
Tabela 3. Nomenclatura Tradicional de Codificação das Respostas Rorschach.....	130
Tabela 4. Códigos das Subcategorias da Categoria Existencial <i>Simbólico</i>	131
Tabela 5. Códigos das Subcategorias da Categoria Existencial <i>Diabólico</i>	131
Tabela 6. Códigos das Subcategorias da Categoria Existencial <i>Vitimizado</i>	132
Tabela 7. S1: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas <i>Simbólico</i> , <i>Diabólico</i> e <i>Vitimizado</i>	137
Tabela 8. S2: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas <i>Simbólico</i> , <i>Diabólico</i> e <i>Vitimizado</i>	140
Tabela 9. S3: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas <i>Simbólico</i> e <i>Diabólico</i>	144
Tabela 10. S4: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas <i>Simbólico</i> , <i>Diabólico</i> e <i>Vitimizado</i>	146
Tabela 11. S5: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas <i>Diabólico</i> , <i>Vitimizado</i> e <i>Diabólico-Vitimizado</i>	149
Tabela 12. S6: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas <i>Simbólico</i> , <i>Diabólico</i> e <i>Vitimizado</i>	152
Tabela 13. S7: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas <i>Simbólico</i> , <i>Diabólico</i> , <i>Vitimizado</i> e <i>Diabólico-Vitimizado</i>	155
Tabela 14. S8: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas <i>Simbólico</i> , <i>Diabólico</i> , <i>Vitimizado</i> e <i>Diabólico-Vitimizado</i>	158
Tabela 15. Resultados da Equação <i>Simbólico</i> : <i>Diabólico</i> + <i>Vitimizado</i> em cada Participante e no Grupo	170
Tabela 16. Frequência das Unidades Temáticas <i>Simbólico</i> , <i>Diabólico</i> e <i>Vitimizado</i> nas Pranchas do Psicodiagnóstico Rorschach.....	172

Lista de Figuras

- Figura 1. Porcentagem grupal de respostas simbólicas, diabólicas, vitimizadas e neutras nos conteúdos *A* e *H*161
- Figura 2. Porcentagem grupal de respostas simbólicas, diabólicas e vitimizadas nos conteúdos *A* e *H*163
- Figura 3. Porcentagem grupal de respostas simbólicas, diabólicas e vitimizadas nas cinestésias *kan* e *K*165
- Figura 4. Porcentagem grupal de respostas simbólicas, diabólicas e vitimizadas no somatório dos conteúdos *A* e *H*167

Resumo

Este estudo realizou uma leitura qualitativa, fenomenológica-existencial, das respostas de conteúdo animal e humano fornecidas por 8 crianças vítimas de abuso sexual, submetidas aos estímulos das manchas do Psicodiagnóstico Rorschach. Buscou-se compreender como estas crianças percebem o humano em si e na convivência interpessoal; e detectar se havia danos psíquicos associados à capacidade de se relacionar interpessoalmente. Esta leitura revelou a necessidade de sintonizar a codificação destes conteúdos às experiências que estavam sendo comunicadas, o que nos motivou a propor um questionamento dos atuais códigos. Os resultados revelaram que a maioria das respostas do grupo (46%) se referiu à percepções de personagens agressivos e amedrontadores; personagens agredidos ou em situações de sofrimento físico ou psíquico representaram 30% das respostas; conteúdos que expressavam percepções positivas e construtivas dos personagens foram os menos frequentes (24%); e 62% das crianças projetaram no teste a relação agressor-vítima. Concluiu-se que o humano e os relacionamentos são, em sua maioria, imbuídos de conotações negativas, relacionadas à violência e dor, confirmando a presença de dano psíquico; e que o Rorschach é capaz de estimular um discurso projetivo no qual o sujeito revela, simbolicamente, fatos reais de uma história de vida.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; Psicodiagnóstico Rorschach; testes projetivos; perícia forense; dano psíquico; pesquisa qualitativa; fenomenologia; método fenomenológico.

Abstract

The present study has accomplished a qualitative phenomenological-existential reading of the animal and human content responses given by 8 children who were victims of sexual abuse, subject to the Rorschach Psychodiagnosis' blots. We sought to understand how these children perceive human element in themselves and in interpersonal exchange; and detect whether there were psychic damage to their capacity of relating interpersonally. Such reading has revealed the need to tune the human and animal content codes to the experiences which were being told by the children, which motivated us to propose of questioning the current codes. The results showed that most of the group responses (46%) were regarding scary and aggressive characters. Offended characters or characters in physically or psychically painful situations accounted for 30% of the responses. Contents expressing positive and constructive views of the character were the least frequent reaching only 24%. Overall, 62% of the children reflected in the test the relation offender-victim. We conclude that most of the times the human and the relationships are most times embedded in negative connotations associated to violence and pain, confirming the presence of psychic harm; and that the Rorschach diagnosis is able to stimulate a projective speech in which the subject reveals symbolically real facts from his life story.

Key words: Child sexual abuse; Rorschach Psychodiagnosis, projective techniques; forensic expertise; psychic damage; qualitative research; Phenomenology; phenomenological method.

Introdução

O abuso sexual é uma das formas de violência cometidas contra crianças e adolescentes de ambos os sexos; amplamente, o definimos como a participação destas em atividades sexuais que não são compatíveis com a sua idade e as quais não são capazes de compreender nem de consentir, impostas por uma pessoa mais velha em posição de autoridade com o intuito de utilizá-las para obter satisfação sexual.

O abuso sexual (que também envolve abuso físico e emocional), por seu caráter íntimo e relacional, é extremamente grave, afetando a vida da criança e do adolescente em suas relações sociais, familiares e pessoais, provocando danos físicos e psicológicos que podem aparecer imediatamente após a agressão sexual, ou a médio e longo prazo. É uma violação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes e da liberdade sexual do outro, como fica claro no artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Goiás, 2001, p. 8).

“A violência sexual contra crianças e adolescentes acontece em escala mundial, esteve sempre presente em toda a história da humanidade, e em todas as classes sociais, articulada ao nível de desenvolvimento e civilizatório da sociedade na qual acontece” (Faleiros, 2000, p. 17). A prática da violência sexual contra crianças e adolescentes se manifesta nas relações interpessoais, não é contemporânea nem restrita a uma determinada sociedade ou classe social, foi cultural e historicamente construída nos processos sociais, e está presente em nossa sociedade, no âmbito das

relações humanas, desde a sua formação (Magagnin & Almeida, 2000).

A vitimização sexual de crianças e adolescentes é essencialmente democrática em sua disseminação, pois, ao contrário do que se imagina, não se restringe às classes menos favorecidas social e economicamente, estando presente em todas as classes sociais e econômicas; também não há um perfil definido do agressor sexual, eles podem ser ricos ou pobres, podem ser pessoas de baixa instrução e baixa renda ou de um grau de instrução, educação e posição social elevados, podem estar em situação de desemprego ou não, podem ou não fazer uso de drogas lícitas e ilícitas, podem ter um credo determinado ou não (Silva, 2002). A expressão do abuso sexual pode ser mais freqüente nas classes mais pobres, já que no Brasil a pobreza alimenta, em parte, a prática da violência, visto que entre os fatores de aumento da violência (de uma forma geral) estão a má distribuição de renda e a desigualdade social.

O fenômeno do abuso sexual por parte de membros da família e de adultos em geral contra as crianças é ainda um costume perverso, consistente e alarmante na sociedade. Não podemos por enquanto afirmar, por falta de dados antecedentes, que este fenômeno tem aumentado, mas podemos afirmar que continua gerando vítimas, como os dados estatísticos demonstram. O abuso sexual infantil tem recebido cada vez mais atenção nos meios de comunicação, acadêmico e político, o que impossibilita a afirmação estrita de que este fenômeno tem aumentado, pois não se sabe até que ponto o que realmente aumentou foram os casos de violência ou as denúncias devido a uma maior atenção que vem sendo dada ao problema. São, portanto, importantes ações sociais dirigidas por políticas públicas, ações que devem ser integradas e sistêmicas, com o intuito de reduzir o fenômeno do abuso sexual.

A psicologia desenvolve, neste empreendimento social, um papel de extrema importância, porque intenciona a análise das variáveis psicológicas de personalidade

e das suas relações com os entornos sociais que provocam o abuso sexual, e, de outro lado, mede com seus instrumentos epistemológicos e metodológicos, a extensão e a profundidade do dano psíquico provocado nas vítimas, sugerindo e construindo medidas de prevenção, de reeducação para o agressor e de reconstrução e re-significação da experiência pelas vítimas que, associadas às outras ações de controle sociais, contribuem para restaurar não apenas a ordem, mas a ética familiar, as relações de gênero e as relações entre adultos e crianças.

Em virtude de tal demanda (vitimização sexual de crianças e adolescentes), o Ministério Público, promotores, juízes, Conselhos Tutelares e a Delegacia de Proteção à Criança e o Adolescente (DPCA), entre outras instituições, têm recorrido cada vez mais às organizações governamentais e não governamentais de Goiânia e do Estado de Goiás que fazem parte da Rede de Atenção à Crianças, Adolescentes e Mulheres Vítimas de Violência Sexual. Em muitas destas ocasiões, motivadas pela alegação do abuso sexual e pela falta de provas materiais e testemunhais, estas delegacias têm solicitado que um psicólogo realize uma avaliação psicológica pericial da criança ou do adolescente, preferencialmente através do Psicodiagnóstico de Rorschach (instrumento técnico de psicodiagnóstico), para que sejam fornecidas provas científicas (psicológicas) que forneçam indícios (ou não) da sua situação como vítima de abuso sexual. Em decorrência destas demandas, o Psicodiagnóstico de Rorschach tem sido amplamente empregado com finalidade pericial, na Psicologia Jurídica, e com finalidade de avaliação dos danos psíquicos, na Psicologia Clínica.

O Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ), atividade de extensão da Universidade Católica de Goiás (UCG), tem como principais objetivos o estudo e a pesquisa de diferentes temáticas na área da violência, além da prevenção,

tratamento e atendimento de crianças, adolescentes e famílias em situação de violência física, sexual e/ou psicológica. Na Aldeia Juvenil, são realizados tais trabalhos psicodiagnósticos periciais para ajudar no esclarecimento de alguns casos, pois em muitos casos denunciados não existem provas materiais nem testemunhais do abuso sexual e, freqüentemente, as denúncias das crianças não são consideradas verdadeiras por parte dos adultos. Nestes casos, a avaliação psicodiagnóstica tem sido de fundamental importância, como fica claro na fala das psicólogas envolvidas nesta proposta da Aldeia Juvenil:

Diante desse quadro de desequilíbrio de forças [palavra da criança *versus* palavra do adulto], a avaliação psicodiagnóstica tem sido um suporte científico importante na revelação da verdade. Sua contribuição tem, até, poupado crianças e adolescentes de serem expostas aos exames locais e aos interrogatórios que reeditam o trauma friamente, sem nenhum cuidado. Os psicodiagnósticos são feitos utilizando o teste de Rorschach, usado também nos meninos atendidos (Oliveira & Café, 2001, p. 45).

O psicodiagnóstico fornecido pelo Rorschach será de extrema importância, pois ele ajudará a decidir as ações futuras referentes ao caso, tanto no âmbito judicial quanto nos âmbitos familiar e pessoal.

Ajudar as crianças vítimas de abuso sexual não significa somente diagnosticar o abuso e punir o agressor, é necessário, também, um trabalho psicoterapêutico com estas crianças. Limitar-se apenas a esta função pericial de diagnóstico do abuso sexual para fornecer apoio aos juízes de execuções penais (condenação do agressor) não é suficiente e não seria ético, por isso foi dada a este trabalho uma autêntica dimensão ética: fornecer aos psicoterapeutas subsídios diagnósticos (através da avaliação do estado psicológico da criança – extensão e profundidade do dano psíquico) para os programas psicoterapêuticos. Tal avaliação também pode ser realizada através do Psicodiagnóstico Rorschach.

Estes programas psicoterapêuticos, como os desenvolvidos na Aldeia Juvenil,

têm como objetivo focalizar os aspectos intrapsíquicos do conflito, dar voz à criança e escutá-la sobre a experiência vivida e os sentidos construídos, e recuperar nela a confiança em si mesma e no adulto, com o intuito de auxiliá-la na elaboração desta experiência traumática; neste processo, a criança tem a oportunidade de externar suas angústias, raiva, medos, dificuldades, e de se expressar e de re-significar a própria vida, possibilitando a evolução psicológica, afetiva e sexual saudável, que foram bruscamente interrompidas pela violência sofrida (Borges, 2001; Oliveira & Café, 2001). O trabalho com a criança vítima de abuso sexual envolve tanto os profissionais da lei quanto os profissionais da saúde mental. Os primeiros intervêm de uma “perspectiva normativa para proteger as crianças do abuso e para punir os perpetradores pelo crime, enquanto os profissionais da saúde mental estabelecem programas de tratamento para lidar com as seqüelas psicológicas do abuso sexual da criança” (Furniss, 1993, p. 11). Os aspectos normativos e os aspectos de saúde mental precisam se integrar numa abordagem global à criança vitimizada.

Este trabalho procurou produzir conhecimentos que venham contribuir para o trabalho pericial de diagnóstico de crianças vítimas de abuso sexual, e para o conhecimento dos danos psíquicos (no que diz respeito aos danos causados à convivência interpessoal) que podem acometer tais crianças. O interesse por este estudo surgiu de um trabalho voluntário realizado pela mestranda no CEPAJ, na área pericial, na qual esta se interessou em estudar quais seriam as respostas mais freqüentes dadas pelas crianças e adolescentes abusados sexualmente, a fim de que esta prática se beneficiasse com um estudo científico e sistematizado de tais respostas. Nesta presente pesquisa, foram avaliados oito testes de Rorschach, já aplicados e que se encontravam depositados no banco de dados do CEPAJ; testes estes que confirmavam o abuso sexual da criança.

1. Abuso Sexual

A violência (de uma forma geral) contra as crianças, não é fenômeno recente na história da humanidade nem na história da sociedade brasileira; é parte constitutiva da história do Brasil e associa-se a alguns fatores, como o preconceito, a discriminação e a concepção que a infância possui no imaginário social (Monteiro, 2001). A criança é frequentemente pensada como inferior, dependente e incapaz, tendo como ponto de referência o adulto.

De acordo com Saffioti (1989), este caráter adultocêntrico e a ideologia machista da sociedade brasileira têm validado historicamente os homens e os adultos a exercer poder sobre os mais jovens e as mulheres, gerando um contexto de assimetria de poder no âmbito das relações sociais. O adulto, em geral, independentemente do parentesco ou do grau de responsabilidade com a criança, encontra-se socialmente autorizado a exercer poder sobre ela, e, por outro lado, a criança está, de acordo com as normas sociais, obrigada a submeter-se à sua autoridade, sem questioná-la. É o que Saffioti chama de “síndrome do pequeno poder”, onde o poder está associado a ser adulto, homem, branco e rico - são estas características que validam e autorizam o exercício do poder; isto explicaria, em parte, porque as meninas sofrem mais abusos sexuais que os meninos. Para Monteiro (2001), “essa disseminação ideológico-cultural das pequenas parcelas de poder é responsável, entre outras coisas, pela vitimização da criança e do adolescente” (p. 134). A violência contra crianças e adolescentes, nas suas diversas formas, é causada por múltiplos e diferentes fatores socioeconômico-culturais, psicológicos e situacionais, sendo impossível apontar uma única causa.

1.1. Contextualização e Principais Considerações

O abuso sexual, que vitimiza crianças e adolescentes no mundo inteiro, consiste na “participação de uma criança em práticas eróticas mediante a coerção (física ou psicológica) de um adulto” (Azevedo & Guerra, 1988, p. 12). Segundo Faleiros (2000), o abuso sexual é um relacionamento interpessoal sexual forçado, onde a criança é submetida ao poder do adulto. Por vitimização, entende-se “uma violência inerente às relações interpessoais, de nítido caráter abusivo, perpetrada pelo adulto, contra a criança ou adolescente” (Oliveira, 1989, p. 99). Para a Organização Mundial da Saúde (1999), o abuso sexual infantil

consiste no envolvimento de uma criança em atividade sexual que ela não compreende totalmente, é incapaz de dar consentimento informado, ou para a qual a criança não está preparada em termos de desenvolvimento e não pode dar consentimento, ou que viola as leis ou os tabus sociais da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado pela atividade sexual entre uma criança e um adulto ou outra criança que pela idade ou desenvolvimento tenha um relacionamento de responsabilidade, confiança ou poder, e a atividade tenha a intenção de gratificar ou satisfazer as necessidades de outra pessoa. Pode incluir, mas não se limita à indução ou coerção de uma criança a envolver-se em alguma atividade sexual ilegal; o uso explorativo de uma criança em prostituição ou em outras práticas sexuais ilegais; o uso explorativo de crianças em performances ou materiais pornográficos.

Uma outra boa definição é esta de Duarte e Arboleda (1997, citados por Ferrari, 2002a, p. 83-84), que considera que o abuso sexual na infância e adolescência consiste em práticas onde ocorrem

contatos entre crianças/adolescentes e um adulto (familiar ou não) nos quais utiliza a criança e o adolescente como objeto gratificante para as necessidades ou desejos sexuais do adulto causando dano àqueles. Essa experiência poderá interferir em seu desenvolvimento, considerando que a criança e o adolescente não têm ainda independência emocional e/ou maturidade plena para dar seu consentimento informado, o que nos leva a crer que sua participação foi obtida mediante coerção física ou psicológica, violando os tabus sociais ou os papéis familiares.

O abuso sexual pode se expressar de diferentes formas, com ou sem contato físico, e podem ou não vir acompanhados de uso de força física, ameaça ou intimidação (Azevedo & Guerra, 1988). As práticas sexuais que não envolvem contato físico incluem o assédio sexual, o abuso sexual verbal, o exibicionismo, o *voyeurismo* e a pornografia. Os abusos sexuais que envolvem contato físico incluem o atentado violento ao pudor, a corrupção de crianças e adolescentes, a sedução e o estupro (Ippolito, 2003). Este trabalho, que trata do tema do abuso sexual, referiu-se aos abusos sexuais intrafamiliares e extrafamiliares nos quais ocorreu o contato físico entre a criança e o abusador; especificamente, tratou-se de casos de atentado violento ao pudor (forçar a criança ou adolescente a praticar atos libidinosos ou permitir que tais atos sejam praticados contra ela, como masturbação, toques em partes íntimas, sexo oral e sexo anal).

Quanto ao local da ocorrência, os abusos sexuais podem ser classificados em intrafamiliar e extrafamiliar. No abuso sexual intrafamiliar (também conhecido como incesto ou abuso sexual doméstico), o violentador faz parte do grupo familiar da vítima, considerando-se não apenas a família consanguínea, como também as famílias adotivas e substitutas, sendo que na grande maioria das vezes o violentador é o pai ou o padrasto da vítima. O ato abusivo também pode ser conduzido por outros familiares, como avós, tios, primos e irmãos. Na grande maioria dos casos, o abusador é alguém de confiança da criança. O abuso sexual intrafamiliar é mais freqüente do que o extrafamiliar, mais traumático, mais difícil de se tratar e suas conseqüências para a vida criança e do adolescente são também mais danosas (Flores & Caminha, 1994; Tower, 1999, citado por Winton & Mara, 2001). A devastação do incesto é maior do que a dos abusos sexuais extrafamiliares, pelo fato do incesto se inserir na “constelação das emoções e dos conflitos familiares” (Forward & Buck,

1989, p. 30).

No abuso sexual incestuoso, é difícil que a criança o relate antes da adolescência, pois ela encontra-se envolvida na trama familiar e ainda é muito dependente dos seus pais; isso faz com que, muitas vezes, o incesto seja de longa duração, podendo durar até sete ou oito anos para ser revelado (Seabra et al., 1997, citado por Sadigursky, 1999). Muitas crianças e adolescentes fogem de casa e vão para as ruas numa tentativa de livrar-se dos abusos sexuais intrafamiliares (Ippolito, 2003); entretanto, perambular pelas ruas também as tornam extremamente vulneráveis a novos abusos.

O abuso sexual extrafamiliar pode ser cometido por pessoas totalmente desconhecidas ou conhecidas da vítima e de sua família, como amigos, vizinhos, médicos, professores, etc, que geralmente são pessoas de confiança da família e da criança.

Segundo Oliveira (1989), embora o abuso sexual também ocorra fora do lar, “é no contexto familiar que encontra o local ‘privilegiado’ para o seu surgimento, mantido pelo ‘silêncio’ familiar, pela cumplicidade imposta à vítima, pela autoridade que os pais exercem sobre os filhos” (p. 99). Por tratar-se de uma esfera privada, o abuso sexual intrafamiliar encontra-se envolvido por esta atmosfera de segredo, podendo ter a complacência de outros membros da família; muitas vezes o abusador é, inclusive, o provedor econômico da casa. Ippolito (2003) afirma que outros fatores também contribuem para que muitos casos de abuso sexual intrafamiliar não sejam denunciados pelas vítimas, como: medo de perder os pais ou de não ser acreditado; medo de ser expulso do lar ou de ter causado discórdia e até dissolução familiar.

1.1.2. Dados Estatísticos do Abuso Sexual

Vários estudos têm sido conduzidos em diversos países para determinar a incidência do abuso sexual na população, o tipo e forma mais freqüente de abuso, o principal perpetrador do abuso, entre outras características. Alguns dados serão agora apresentados para se ter uma idéia da dimensão da ocorrência do abuso sexual.

O Terceiro Estudo da Incidência Nacional do Abuso e Negligência Infantil (NIS-3), conduzido por Sedlak e Broadhurst (1996, citados por Winton & Mara, 2001), revelou que a taxa de incidência do abuso sexual nos Estados Unidos aumentou de 0,7 crianças em 1.000 em 1980 para 3,2 crianças em 1.000 em 1993; as meninas são mais propensas a serem sexualmente abusadas do que os meninos, e os homens abusam sexualmente das crianças numa taxa bem mais elevada do que as mulheres o fazem. Crianças que vivem em famílias com renda mais baixa são mais propensas a serem vitimizadas do que aquelas que vivem em famílias com renda mais alta, o que não significa que o abuso sexual ocorra somente nas classes mais baixas. Em um outro estudo realizado neste mesmo país, conduzido por Russel (1986, citado por Winton & Mara, 2001), constatou-se que 16% das mulheres tiveram ao menos uma experiência de incesto, enquanto 31% relataram experiências de abuso sexual fora da família. Incluindo experiências de abuso sexual onde não houve contato físico, esta taxa aumentou para 54%. Finkelhor (1994, citado por Winton & Mara, 2001), ao estudar a epidemiologia internacional do abuso sexual, comparou-a com a dos dados dos Estados Unidos e encontrou taxas similares nos outros países.

Ippolito (2003) afirma que nos Estados Unidos são registrados anualmente 300 mil casos de abuso sexual de crianças e adolescentes, e que uma criança é abusada a

cada quatro segundos. Uma em cada três meninas e um em cada quatro meninos são vitimizados antes dos 18 anos de idade, e 90% deles são abusados por pessoas conhecidas.

Em um estudo canadense realizado com 125 crianças menores de seis anos de idade hospitalizadas por abuso sexual, a proporção de meninas abusadas foi de 3,3 para cada menino, e 60% das crianças foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar (Rouyer, 1997). Na França, esta autora encontrou taxas semelhantes: cerca de dois terços dos abusos são cometidos por pessoas da família da vítima, um terço são cometidos por pessoas conhecidas da vítima, mas que não fazem parte da sua família (vizinho, educador, pessoas que tomam conta dela), e, mais raramente, os abusos sexuais forma cometidos por pessoas desconhecidas.

Bouhet, Pérard e Zorman (1997) citam um estudo conduzido em Rhône-Alpes, França, em 1989, realizado pelo Projeto Regional de Observação das Moléstias Sexualmente Transmissíveis (PROMST) no qual uma amostra da população (1.511 pessoas, de ambos os sexos, com idade entre 18 e 59 anos) foi entrevistada e os seguintes resultados foram encontrados: 93 pessoas, ou seja, 6,2% dos entrevistados declararam ter sido vítimas de um ou mais abusos sexuais antes dos 18 anos de idade, numa proporção de duas mulheres para um homem. Observando apenas a população feminina da amostra (772 mulheres), 7,8% declararam ter sofrido abuso sexual. Entre os homens (739 indivíduos), 4,6% deles declararam o abuso. Quanto à forma do abuso, 48,5% dos abusados declararam ter sido sem contato físico (conversas obscenas, apresentação de imagens pornográficas ou exibicionismo por parte do agressor) e 51,5% declararam ter havido contato físico (carícias, participação em cenas pornográficas e relações sexuais vaginais, orais ou anais). Quanto ao autor do abuso, 37% eram pessoas desconhecidas das vítimas e 63% eram

pessoas conhecidas, incluindo as do círculo familiar. Entre as vítimas, 39,8% delas afirmaram ter revelado o abuso sexual para alguém, e quase dois terços delas permaneceram em silêncio.

No Brasil, Azevedo e Guerra (1988) analisaram 168 casos da vitimização sexual intrafamiliar no município de São Paulo, denunciados em 1981. Em relação às vítimas, 93,5% eram do sexo feminino e 6,5% do sexo masculino. Quanto à idade, 53% foram vitimizadas até 10 anos de idade, e 43% entre 11 e 18 anos; as faixas etárias onde houve maior número de vítimas foram entre 7 e 10 anos (32,7%) e entre 11 e 13 anos (28,6%), que somadas atingem 61,3% da amostra. Em relação aos agressores, o pai biológico foi responsável por 69,6% das vitimizações, o padrasto por 29,8%, e um caso de abuso sexual foi perpetrado pelo pai adotivo (0,6%). Neste estudo, não foi registrado nenhum agressor do sexo feminino. A maior parte dos agressores se situa na faixa de 30 a 39 anos de idade (44,6%) seguida pela faixa de 40 a 49 anos (25%).

Agora serão apresentadas algumas estatísticas referentes à cidade de Goiânia - GO, local onde esta pesquisa foi realizada. Tais estatísticas de abuso sexual provêm de uma pesquisa realizada por Sousa e Moraes Neto (1997) que teve duração de cinco anos (1992 a 1996), realizada na região metropolitana de Goiânia; os autores incluíram também no seu exame, além das ocorrências registradas no município de Goiânia, as ocorrências de abuso sexual de vítimas residentes nos municípios de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, por serem municípios contíguos à cidade de Goiânia. Foram analisadas as denúncias de vitimização sexual contra crianças e adolescentes registradas na Delegacia de Defesa da Mulher (pois na época não existia uma delegacia especializada no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência), considerando-se criança o sujeito que possui idade entre 0 e 11

anos e adolescente aquele que possui idade entre 12 e 18 anos. Considerou-se abuso sexual o estupro (prática sexual onde ocorre penetração vaginal), o atentado violento ao pudor (toques em partes íntimas, sexo oral e anal) e a sedução (indução de mulheres virgens entre 14 e 18 anos a manterem relações sexuais, mesmo com o consentimento delas). A seguir, estão alguns dos resultados encontrados pelos autores.

Neste período, foram registradas nesta delegacia 621 ocorrências de abuso sexual, com 676 vítimas e 573 abusadores. Em 78,7% das ocorrências, o local onde o abuso aconteceu estava especificado: 35,8% ocorreram na residência da vítima; 20,1% na residência do abusador; 11,9% em terrenos baldios/matagais, e as outras porcentagens restantes referem-se a lugares diversos. Estes dados indicam um alto índice de violência sexual intrafamiliar. Quanto ao perfil das vítimas, 99,4% (672) eram do sexo feminino e 0,6% (04) do sexo masculino; Sousa e Morais Neto (1997) apesar de reconhecerem que as meninas são as vítimas preferenciais e potenciais dos abusos sexuais, acham bastante provável que, pelo fato da delegacia pesquisada ser especializada na defesa da mulher, isto tenha inibido as denúncias de ocorrências com meninos.

Das 676 vítimas, 5,2% delas não foram identificadas quanto à idade. Em relação às que foram identificadas quanto à idade, o maior número de vitimizações ocorreu na idade de 13 anos (14,5%). Agrupando as vítimas em faixas etárias, na faixa que vai do 0 aos 7 anos foram registradas 9,3% das denúncias; entre 8 e 11 anos registraram-se 16,8% das denúncias; e entre 12 e 18 anos, 73,9%. Numa outra forma de visualização dos dados, agrupando as vítimas nas categorias criança (0 a 11 anos) e adolescente (12 a 18 anos), encontrou-se que 26,1% das vítimas eram crianças e 73,9% eram adolescentes (Sousa & Morais Neto, 1997).

O tipo de abuso sexual mais freqüente foi o estupro (51,1%), seguido pelo atentado violento ao pudor (20%), tentativa de estupro (14,4%), sedução (11,5%), atos libidinosos (2,2%), pornografia (0,1%) e outros (0,7%). Das 676 vítimas, 626 identificaram o grau de aproximação com o agressor: em 27,6% dos casos, havia um grau de parentesco, em 50% dos casos, eram pessoas conhecidas da vítima, mas sem grau de parentesco, em 16,3% dos casos, o abusador era desconhecido, e 6,1% entraram na categoria “outros”. Dos casos em que a vítima tinha algum grau de parentesco com o abusador (173 casos), 43,9% deles eram o pai da vítima; 30,6% eram o padrasto; 12,7% o tio; 3,5% o primo; 2,9% o cunhado; 2,3% o avô; 1,2% o irmão; 0,6% a madrasta e 2,3% outros. Dos 573 abusadores registrados nas 621 ocorrências, 566 (98,8%) eram do sexo masculino e 07 (1,2%) eram do sexo feminino (Sousa & Morais Neto, 1997).

Estes dados nos dão uma idéia da dimensão da presença da violência sexual na nossa região, em cidades brasileiras e estrangeiras. Embora as estatísticas contribuam para o conhecimento das características e da amplitude do problema, é muito importante ressaltar que os dados aqui apresentados não correspondem com fidedignidade à realidade, pois para cada caso denunciado, existem muitos outros que não o são (Bouhet et al., 1997; Ippolito, 2003; Santos, 1991; Sousa & Morais Neto, 1997; Vitiello, 1989); Azevedo & Guerra (1988) denominam esses casos não notificados e que não chegam a ser conhecidos de “cifra negra”. Este sub-registro dos casos acontece principalmente devido ao pacto de silêncio que é imposto à vítima pelo agressor, especialmente quando se trata de abusos sexuais intrafamiliares; nesses casos, é comum que o ocorrido seja mantido em segredo, pois geralmente o abusador é o provedor econômico da casa e a principal figura de autoridade, a quem a criança aprendeu a obedecer. Nos casos de abuso sexual

extrafamiliar, a criança também sofre uma série de ameaças para não revelar, como ameaças de morte e de ferir ou matar seus irmãos ou sua mãe, gerando um complô de silêncio em torno do fato.

Segundo Azevedo e Guerra (1988), além das ameaças, o abusador faz a criança sentir-se envergonhada e culpada pelo que aconteceu, dificultando ainda mais a revelação. Um outro fator que também contribui para o não registro de casos é o descrédito que alguns adultos têm em relação às afirmações de abuso por parte das crianças; mesmo quando algumas delas chegam a revelar o abuso para alguém, muitos não acreditam nela e acham que tudo não passa de fantasias e invenções infantis. A este respeito, Gabel (1997) diz que “a criança tem medo de falar e, quando o faz, o adulto tem medo de ouvi-la” (p. 11).

Ippolito (2003) ressalta que os motivos pelos quais a vítima não denuncia o abuso sexual intrafamiliar podem ser de ordem afetiva ou por medo das ameaças que recebe caso revele; ela teme a prisão do familiar abusador (a quem ambivalentemente odeia e ama), a expulsão de casa, o descrédito em relação às suas afirmações, e de ser o causador de discórdia e possível dissolução familiar. O pacto de silêncio que é imposto à criança dificulta o reconhecimento da real amplitude do abuso sexual nas famílias e na sociedade.

Um outro fator que influencia os resultados das pesquisas que tentam conhecer a prevalência do abuso sexual na sociedade, é que muitos adultos, ao responderem os questionários e entrevistas dessas pesquisas, podem não se lembrar de abusos cometidos contra eles quando estes eram ainda muito pequenos (Montes de Oca, 1990, citado por Bouhet et al., 1997). Mian, Wehrspann, et al. (1986, citados por Bouhet et al.), constataram que 33% das crianças hospitalizadas por abuso sexual tinham menos de seis anos de idade. “A qualidade das respostas pode ter sido afetada

por falhas de memória, pela reconstrução dos fatos e eventualmente pela negação dos eventos traumáticos” (Bouhet et al., p. 30).

As estatísticas também podem variar segundo a conceitualização de abuso sexual adotada, pois este conceito inclui várias situações diferentes (Azevedo & Guerra, 1988; Kalichman, 1993, citado por Amazarray & Koller, 1998). “A utilização mais ou menos restritiva da definição dos abusos sexuais contribui para as variações observadas nas predominâncias evidenciadas pelos estudos epidemiológicos feitos no exterior” (Gabel, 1997, p. 12). Se o conceito adotado se referir, por exemplo, a abusos sexuais onde não houve contato físico, as estatísticas serão maiores do que se a pesquisa se basear no conceito de abuso sexual onde há contato físico.

Por todos estes motivos enumerados, tudo leva a crer que, infelizmente, os números de abusos sexuais no Brasil e no mundo são bem maiores do que as cifras revelam. É um fato extremamente grave e que frequentemente gera conseqüências negativas no desenvolvimento psicológico e psicossocial da criança vitimizada.

1.2. O Impacto do Abuso Sexual na Vida das Crianças e Adolescentes

O abuso sexual afeta a vida da criança em suas relações familiares, sociais e pessoais e provoca danos físicos, psicológicos e/ou psicossomáticos que podem aparecer a curto, médio e longo prazos; é “uma violação dos direitos da pessoa humana e da pessoa em processo de desenvolvimento; direitos à integridade física e psicológica, ao respeito, à dignidade, ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadios” (Faleiros, 2000, p. 46).

Segundo Ippolito (2003), as crianças avisam de diversas maneiras que estão sendo vítimas de abuso sexual, porém, na maioria das vezes estes avisos são não-verbais, e exprimem-se, principalmente, através de alterações no comportamento. Por esta razão, mudanças gradativas ou repentinas de comportamento em crianças devem ser observadas e investigadas pelos seus responsáveis com muita atenção e sempre acompanhadas de diálogo, pois podem ser indício de que algo grave esteja acontecendo. As crianças vítimas de violência, incluindo-se a sexual,

vivem um drama que afeta seu desenvolvimento tanto físico quanto emocional, o que pode gerar indivíduos com graves dificuldades de vinculação. Além disso, como consequência surgem seqüelas imediatas ou tardias, físicas e emocionais, traduzidas em sintomas como dificuldades escolares, de relacionamento social, distúrbios psicossomáticos, até invalidez ou a morte por homicídio e suicídio (Silva, 2002, p. 73-74).

É necessário também enfatizar que as evidências de ocorrência do abuso sexual são compostas não apenas por um, mas por vários indicadores, como os que serão apresentados nas seções seguintes. Faller (1993, citado por Winton & Mara, 2001) afirma que a presença destes indicadores não significa estritamente que o abuso sexual ocorreu, pois eles devem ser cruzados com outros dados provenientes da história do caso, das entrevistas e da avaliação psicológica. Os autores que serão apresentados a seguir referem-se às consequências do abuso sexual sem distinguir entre as diferentes formas deste, ou seja, tais consequências referem-se a atos de abuso sexual cometido contra crianças ou adolescentes onde houve contato físico, mas sem especificar qual foi a forma de abuso sexual que gerou tais consequências. Alguns autores também não diferenciam se as consequências psicológicas apontadas por eles referem-se aos casos de abuso sexual intrafamiliar ou extrafamiliar; alguns deles fazem esta distinção, e isto é apontado no corpo do texto.

1.2.1. Conseqüências Físicas do Abuso Sexual

As conseqüências físicas servem como indicadores de que o abuso sexual está ocorrendo ou ocorreu com uma criança ou adolescente; Ippolito (2003) considera os sinais corporais como provas materiais da vitimização sexual. Vitiello (1989) afirma que tais sinais são decorrentes de “coito ou tentativa, contatos orogenitais, coito anal, estupro e coito com violência física, embora seja indiscutível que a linha de separação entre o orgânico e o emocional é muito tênue” (p. 124); portanto, alguns sinais classificados como físicos também podem entrar na classificação de sinais psicológicos e vice-versa, como, por exemplo, sintomas psicossomáticos.

As principais conseqüências físicas apontadas por Ippolito (2003), Santos (1991) e Vitiello (1989) são as seguintes: lesões físicas gerais no corpo (quando há emprego de força física); lesões genitais e anais; gestação; doenças sexualmente transmissíveis (DST); infecções no trato urinário; enurese noturna; encoprese; distúrbios do sono; distúrbios da alimentação; enfermidades psicossomáticas de fundo psicológico e emocional (dor de cabeça, erupções na pele, vômitos e dificuldades digestivas); dificuldade de engolir (devido a inflamação causada por gonorréia na garganta), reflexo de engasgo hiperativo e vômitos (causados por sexo oral); dor, inchaço, lesões ou sangramento nas áreas genitais ou anais; canal da vagina alargado, hímen rompido, reto ou pênis com edemas; baixo controle dos esfíncteres; sangue ou sêmen na criança/adolescente ou na sua roupa; e ganho ou perda de peso com o objetivo de se tornar menos atraente para o agressor.

López Sanchez (1991, citado por Ferrari, 2002a), afirma que 17 a 20% das vítimas apresentam distúrbios do sono, 5 a 20% apresentam mudanças nos hábitos alimentares e 1 a 11% engravidam do agressor.

1.2.2. Conseqüências Psicológicas do Abuso Sexual

As conseqüências psicológicas predominam, de forma esmagadora, sobre as conseqüências orgânicas. Envolvem problemas de ajustamento sexual, de adaptação psicossocial, problemas interpessoais e educacionais, além de outros sintomas psicológicos (Azevedo, 1989). Rouyer (1997) afirma que a criança vitimizada sexualmente corre o risco de desenvolver uma psicopatologia grave que perturbará seu desenvolvimento psicológico, afetivo e sexual. Sabe-se, através das teorias psicanalíticas do desenvolvimento psicológico/psicossexual humano, que a mente (sua estrutura e conteúdos) forma-se na infância, e que as experiências que a criança vivencia neste período da vida entrarão na formação do seu psiquismo, principalmente em se tratando das experiências vividas na família. O abuso sexual, por ser uma experiência que está além dos limites de compreensão da criança e para a qual ela não está nem fisicamente nem psicologicamente preparada, e por ser uma situação imposta a ela numa atmosfera de coerção e abuso de poder, rompe o curso normal do seu desenvolvimento psicossexual e, como conseqüência, diferentes tipos de sintomas podem surgir.

Carmen e Mills (“s.d.”, citado por Santos, 1991) observaram que 43% dos pacientes psiquiátricos por eles analisados apresentaram história pregressa de abuso sexual na infância. Forward e Buck (1989) calculam que 20% de todos os pacientes psiquiátricos atendidos por eles foram vítimas de incesto. Em amostras compostas apenas por mulheres internadas para tratamento psiquiátrico, 22% a 57% delas foram vítimas de abuso sexual (Brown & Anderson, 1991, citados por Flores & Caminha, 1996).

Vários autores concordam que a gravidade do dano psíquico causado à criança

dependerá de uma série de fatores que se intrincam, pois o abuso sexual não produz o mesmo resultado em todas as crianças submetidas a ele. Segundo Rouyer (1997), em relação ao incesto, é preciso levar em conta o contexto no qual o abuso ocorre (a situação da criança na sua família) e o impacto da revelação deste, como as reações do círculo familiar e dos conhecidos e as decisões médicas, sociais e judiciárias que interferirão no caso. A idade e a maturidade física e psicológica da criança alterarão a gravidade do caso, pois quanto mais cedo ocorre o incesto, maior é o risco de que alguns danos sejam irreversíveis, principalmente danos causados à identidade da criança (Van Gijsegem, 1985, citado por Rouyer, 1997).

Ferrari (2002b) afirma que se a vitimização ocorrer nos primeiros anos de vida, todo o desenvolvimento do Eu fica abalado e “pode permanecer desestruturado, sem se integrar totalmente, ou apresentar traços que se aproximam do quadro de sintomas próprios das psicoses” (p. 42). Quando a vitimização ocorre em fases posteriores, quando o Eu já se estruturou (após o terceiro ou quarto ano de vida), podem surgir sintomas físicos/psicossomáticos, sintomas psicológicos e problemas sociais.

Uma criança vitimizada por anos pelo pai biológico apresentará uma sintomatologia mais grave do que uma criança vitimizada uma única vez por um estranho, por exemplo. Furniss (1993) aponta que a gravidade do dano psíquico dependerá da idade da vítima na época do início do abuso, da sua duração (se durou dias, meses ou anos), do grau de violência ou ameaça de violência imposta à criança, da diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a criança que o sofreu, do quão estreitamente relacionadas era o agressor e a criança, da ausência de figuras parentais protetoras, e do grau de segredo/sigilo imposto à criança. Ferrari (2002a) e Wright e Scalora (1996, citados por Amazarray & Koller, 1998) acrescentam ainda a personalidade da vítima (saúde emocional prévia precária), o tipo de atividade sexual

imposta à vítima (quanto mais invasiva, pior), a dissolução da família após a revelação do incesto, o envolvimento com a corte jurídica, a culpabilização da criança e reações negativas do ambiente como fatores que poderão aumentar a gravidade do dano causado à criança.

A gravidade das conseqüências do abuso sexual para as crianças dependerá também da capacidade de resiliência destas, que poderá atenuar os efeitos traumáticos da vitimização sexual. A resiliência consiste na “capacidade de um corpo de resistir, de ter flexibilidade ao ser submetido a uma força maior, sofrendo ação desta força e após cessada reage voltando ao seu estado de normalidade” (Celia, 1997, citado por Teloeken & Silva, 2002, p. 32). Algumas vítimas expressam seu sofrimento através de diversos sintomas que interferem negativamente no seu desenvolvimento, enquanto outras conseguem elaborar a situação traumática, havendo pouco prejuízo no seu desenvolvimento e na sua integridade psíquica. Relações familiares harmoniosas que proporcionam um desenvolvimento psicológico inicial sadio e que atendem as necessidades de continência da criança também são de grande ajuda no seu processo de elaboração do trauma (Teloeken & Silva, 2002). Tais análises são importantes para que se possa compreender a repercussão do trauma sobre as aquisições cognitivas, afetivas e relacionais, que poderão afetar o desenvolvimento global da criança ou de áreas específicas da sua personalidade (Levisky, 1997, citado por Teloeken & Silva, 2002).

Em relação ao abuso sexual intrafamiliar, a criança ou adolescente pode apresentar sérios problemas e dificuldades no “relacionamento sexual e no seu processo de desenvolvimento pessoal, favorecendo o uso de drogas, problemas escolares, promiscuidade, prostituição, rigidez, entre outros” (Azevedo & Guerra, 1994, citado por Magagnin & Almeida, 2000, p. 28). Em relação a este tipo de

abuso, Ferrari (2002a) afirma que as vítimas podem apresentar transtornos emocionais profundos e duradouros (como depressão crônica, baixa auto-estima, embotamento afetivo, isolamento social), transtorno de estresse pós-traumático, e sofrer com pesadelos constantes. Segundo Calhoun e Resick (1999, citados por Rovinski, 2004b), a vivência de abuso sexual na infância é preditor de uma possível sintomatologia crônica de transtorno de estresse pós-traumático.

Azevedo (1989), tomando por base a revisão de 50 anos de pesquisas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes realizada por Mrazek e Kempe em 1981, analisou os principais efeitos psicológicos da vitimização sexual intrafamiliar. Os estudos que foram alvo da revisão destes autores não distinguiram entre meninos e meninas abusadas, referindo-se os resultados ao grupo como um todo. Neste estudo, Azevedo agrupou as conseqüências psicológicas do abuso sexual em três grandes categorias: dificuldades de adaptação na esfera afetiva, na esfera interpessoal e na esfera sexual.

Na esfera afetiva, as vítimas costumam experimentar sentimentos de culpa, de auto-desvalorização e depressão. O sentimento de culpa deve-se aos seguintes fatos: a criança ou adolescente participa de um complô de silêncio e segredo em relação ao ato abusivo, pode sentir culpa por haver vivenciado prazer físico ou por ter se deixado abusar por muito tempo (Tsai & Wagner, 1978, citado por Azevedo, 1989). As vítimas se sentem também muito desvalorizadas e inferiores em relação a outras mulheres, e, como conseqüência de tudo isto, a maioria experimenta depressão. Segundo Courtois (1979, citado por Azevedo, 1989), das 30 vítimas de abuso sexual intrafamiliar por ele entrevistadas, 87% declararam ter sofrido quanto ao seu sentimento de auto-estima. De acordo com Herman (1981, citado por Azevedo, 1989), de 40 vítimas de incesto pai-filha por ele entrevistadas, 60% têm uma imagem

deteriorada de si mesmas e 60% apresentaram sintomas depressivos.

As vítimas do abuso sexual apresentam dificuldades na esfera interpessoal pelo fato do abuso ocorrer na trama de uma relação interpessoal. Costumam apresentar “recusa no estabelecimento de relações com homens, estabelecimento de relações apenas transitórias com homens e tendência a supersexualizar relações com homens” (Azevedo, 1989, p. 154).

A recusa no estabelecimento de relações duradouras com homens deve-se ao “medo da intimidade” e ao medo de estabelecer uma relação afetiva com confiança e respeito. O “medo da intimidade” pode estar ligado ao temor de que o trauma sexual seja reavivado, como também pode ser oriundo de um grande sentimento de desconfiança para com as pessoas em geral, principalmente nos casos em que o abusador foi o pai e a mãe não soube proteger a criança. Meiselman (1978, citado por Azevedo, 1989), constatou que, de 23 vítimas de incesto pai-filha por ele entrevistadas, 39% não havia se casado, contra 20% do grupo de controle.

As relações transitórias com homens caracterizam-se pela promiscuidade sexual e/ou pela prática da prostituição. Meiselman, neste mesmo estudo citado acima, verificou que 19% destas vítimas registraram um período de promiscuidade sexual em suas vidas. Quanto à prostituição, James e Meyerding (1977, citado por Azevedo, 1989) descobriram que de 136 prostitutas por eles entrevistadas, 52% tinham sofrido tentativas de relações sexuais antes de terem tido suas primeiras relações sexuais espontâneas. Um estudo realizado por Hyde (1996, citado por Sadigursky, 1999), na cidade norte-americana de São Francisco, revelou que 60% das prostitutas haviam sido vítimas de abuso sexual antes dos 16 anos de idade. Verifica-se que algumas vítimas têm uma tendência a supersexualizar as relações com homens, já que, no incesto, o afeto e o amor ficam associados a manifestações sexuais; acabam por

acreditar que, para receber afeto, precisam se entregar sexualmente.

Segundo Azevedo (1989), a esfera da sexualidade é uma das mais afetadas pela experiência do abuso sexual e pode estar ligada ao “medo da intimidade”, onde se observa a negação de qualquer relacionamento sexual ou a incapacidade de vivenciar um relacionamento sexual satisfatório. A negação de relacionamentos sexuais deve-se à ausência completa ou ao enfraquecimento do desejo e da motivação sexual; isto pode estar relacionado a um medo intenso e irracional das relações sexuais (reação fóbica) oriundo da experiência traumática da vitimização sexual. Becker, Skinner, Abel e Treacy (1982, citado por Azevedo, 1989) estudando um grupo de 12 vítimas do incesto, verificaram que 33% declararam não ter desejo sexual e 75% afirmaram ter pavor das relações sexuais. Algumas vítimas experimentam insatisfação sexual; Meiselman (1978, citado por Azevedo, 1989) constatou que 74% das vítimas de incesto pai-filha tinham problemas para atingir o orgasmo. Santos (1991) afirma que 74% das mulheres que apresentam disfunção sexual na vida adulta foram abusadas sexualmente quando crianças.

Ippolito (2003) considera os sinais do abuso sexual no comportamento da criança ou adolescente como provas imateriais do crime; agrupou tais sinais do abuso em algumas categorias: sinais no comportamento/sentimento; na sexualidade; nos hábitos e nos cuidados corporais e higiênicos; na frequência e no desempenho escolar; e no relacionamento social. Segundo a autora, há sinais gerais no comportamento e no sentimento, como: medo ou pânico de uma certa pessoa e do escuro; regressão a comportamentos infantis, como choro excessivo sem causa aparente, enurese, chupar dedos; mudanças extremas, súbitas e inexplicadas de comportamento; vergonha excessiva; culpa e autoflagelação; ansiedade generalizada e comportamento tenso, sempre em estado de alerta; baixa auto-estima; tristeza e

depressão; comportamento auto-destrutivo ou suicida; fraco controle dos impulsos; agressividade; e transtornos dissociativos na forma de personalidade dupla. Na esfera comportamental, Lorencini e Ferrari (2002) acrescentam que a criança pode apresentar tiques nervosos, gagueira e outras manias.

De acordo com Ippolito (2003), a criança ou adolescente também apresenta sinais da ocorrência do abuso sexual na esfera da sexualidade, tais como interesse e conhecimentos sobre questões sexuais que ultrapassam a sua capacidade etária, podendo isto ser observado na sua conduta verbal e não verbal (como, por exemplo, o desenho de órgãos genitais detalhados, gestos, comportamentos e linguagem erotizados e impróprios para a idade); expressão sexualizada do afeto ou provocação erótica; masturbação compulsiva; e brincadeiras sexuais persistentes com amigos, animais e brinquedos, na qual muitas vezes a criança repete os atos implicados na violência sexual sofrida.

Em relação aos hábitos e aos cuidados corporais e higiênicos, a criança abusada pode apresentar tais sinais: abandono do comportamento infantil (hábitos lúdicos, fantasias); perda (anorexia) ou aumento de apetite (obesidade); sono perturbado (pesadelos, insônia, gritos, suores); fugas de casa; uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas; prostituição; e aparência descuidada e suja. Santos (1991) afirma que estudos com crianças andarilhas ou desaparecidas de casa em países desenvolvidos revelam que 55% delas foram vítimas de incesto.

Segundo Ippolito (2003), em relação à frequência e ao desempenho escolar, pode ocorrer queda na frequência escolar; dificuldade de concentração e de aprendizagem; pouca participação nas atividades escolares; e desejo de permanecer por mais tempo na escola (chega cedo e sai tarde), numa tentativa de permanecer por mais tempo fora do lar (quando o abuso sexual ocorre dentro da casa da criança). No

relacionamento social, a criança costuma isolar-se dos colegas; apresentar um relacionamento com adultos com ares de segredo; dificuldade de confiar nas pessoas; e fuga de contatos físicos.

Uma grave consequência do abuso sexual que exerce um importante papel na manutenção do ciclo da violência nas famílias e na sociedade é a possível transformação da vítima em futuro abusador, pois, como afirma Lorencini e Ferrari (2002), a “criança violentada sexualmente hoje pode tornar-se um violentador amanhã” (p. 260). Forward e Buck (1989) citam um estudo realizado em Nova Jersey, Estados Unidos, que constatou que de 150 estupradores, 70% deles haviam sido vítimas de abuso sexual na infância.

Para Ippolito (2003), há grandes probabilidades de a criança ou adolescente abusado repetir a violência sofrida com outras pessoas, pois se sabe que muitos abusadores sofreram violência sexual quando crianças; por isso, é de fundamental importância o trabalho psicoterapêutico que ajude a vítima a elaborar a sua experiência de abuso. Silva (2002, p. 77) explica que este fato ocorre porque “as vítimas acabam assimilando valores desfigurados de respeito humano” através de mecanismos psicológicos de introjeção e de identificação com o agressor, dando lugar à formação de indivíduos que poderão exercer o papel de agressores dentro e fora da família. Segundo Rouyer (1997), a criança vítima de abuso sexual pode passar de uma posição passiva para uma posição ativa e repetir a cena traumática ainda na sua infância, através de brincadeiras sexuais entre elas ou às vezes até através da violência real, numa tentativa de elaborar o trauma que sofreu.

Ippolito (2003) também ressalta que as crianças e adolescentes abusados podem reagir ou experienciar o abuso sexual de várias formas; algumas fingem que não é com elas que isto está acontecendo, outras tentam entrar em estado alterado de

consciência, para parecer que tudo não passou de um sonho, e outras podem dissociar o corpo da mente e dos sentimentos e até mesmo negar a existência da parte inferior do corpo.

Alguns autores analisam e categorizam as conseqüências do abuso sexual em termos de seus efeitos a curto e a longo prazo. Ippolito (2003) indica como efeitos que podem surgir a longo prazo a dificuldade de ligação afetiva e amorosa; dificuldade em manter uma vida sexual saudável; tendência a supersexualizar os relacionamentos sociais; prostituição e uso de drogas lícitas e ilícitas.

López Sanchez (1991, citado por Ferrari, 2002a) afirma que os efeitos imediatos são aqueles que surgem nos dois primeiros anos após a ocorrência do abuso sexual, e que 60% a 80% das vítimas apresentam algum tipo de distúrbio ou alteração neste período. Em relação aos efeitos psicológicos, o autor afirma que 40 a 80% das vítimas experimentam sentimentos de medo; cerca de 58% têm baixa auto-estima; 25 a 64% sentem culpa; 27 a 40% apresentam conduta sexual anormal (masturbação compulsiva, exibicionismo); cerca de 25% têm depressão; 13 a 50% têm hostilidade em relação a pessoas do mesmo sexo do agressor; e algumas têm sentimentos de estigmatização, angústia, comportamentos agressivos e anti-sociais.

Para Rouyer (1997), as reações imediatas da criança servem como sinais clínicos que permitem suspeitar de um abuso sexual. Ela pode reagir com um estado de estresse emocional caracterizado por agitação, ou pode reagir pelo choque e recuo, com anestesia afetiva seguida por terror, regressões a comportamentos mais infantis e manifestações psicossomáticas. As queixas psicossomáticas são habituais, pois geralmente a criança expressa suas dificuldades não na fala, mas no corpo; as queixas mais comuns são: mal-estar, impressão de alteração física, dores nos ossos, enurese, encoprese, dores abdominais agudas, crises de falta de ar, desmaios,

náuseas, vômitos, anorexia e bulimia. As perturbações do sono também são freqüentes, como recusa a dormir por medo de ser abusado, colocar ao redor da cama objetos que possam fazer barulho caso alguém se aproxime, dormir vestido, despertar a noite angustiado e ter pesadelos. A criança também pode sofrer prejuízo nas suas funções intelectuais e criadoras, como parar de brincar e desinteressar-se pelos estudos.

Entre os efeitos a longo prazo, López Sanchez (1991, citado por Ferrari, 2002a) cita fobias, pânico, depressão, ansiedade, tensão; personalidade anti-social; idéias de suicídio, tentativa ou suicídio levado a cabo; sentimentos de estigmatização, isolamento; dificuldades alimentares; dificuldades de relacionamento com pessoas do sexo do agressor (amigos, pais, filhos, companheiros); distúrbios sexuais; drogadição e alcoolismo; e reedição da violência, ou seja, a vítima pode se transformar em agressor sexual.

Em um estudo canadense citado por Rouyer (1997), envolvendo 125 crianças com menos de 6 anos de idade, hospitalizadas por abuso sexual, observou-se que 67% delas manifestavam reações psicossomáticas e desordens no comportamento, como pesadelos, medos, angústias; 18% apresentavam comportamento sexual inadequado, como masturbação excessiva, introdução de objetos na vagina e ânus, brincadeiras sexuais com bonecas, comportamento sedutor, pedidos de estimulação sexual para adultos e crianças e conhecimentos sobre sexualidade adulta inadequados para a sua idade.

Gil, Recondo e Escosteghy (1996) e Kendall-Tackett, Williams e Finkelhor (1993, citados por Amazarray & Koller, 1998) afirmam que, conforme a idade da criança, verifica-se o predomínio de alguns sintomas. Na idade pré-escolar (0 a 6 anos) é mais comum aparecerem a dependência excessiva, sucção do dedo,

distúrbios da fala, medo dos adultos, ansiedade, pesadelos, transtorno de estresse pós-traumático e comportamento sexual inapropriado. Na idade escolar (7 a 12 anos), pode surgir queda no rendimento escolar, faltas à aula, mentiras, tiques, reações de ansiedade, estados fóbicos e obsessivos, depressão, reações de conversão somática, medo, distúrbios neuróticos, comportamento agressivo, pesadelos, hiperatividade e comportamento regressivo.

Berti, Firpo e Lavagna (2000) fizeram uma pesquisa com 35 pacientes psiquiátricos (07 homens e 28 mulheres), diagnosticados pelo DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e que foram vítimas de abuso sexual na infância para verificar quais psicopatologias são mais frequentes neste grupo. Encontram, nesta amostra, 21 pacientes com Transtorno de Personalidade Borderline (19 mulheres e 2 homens), 05 pacientes com Esquizofrenia (3 mulheres e 2 homens), 03 mulheres com Transtorno de Personalidade Histriônico, 02 homens com Transtorno Bipolar, 01 mulher com Transtorno de Ajustamento, 01 mulher com Transtorno Anti-Social de Personalidade, 01 mulher com Retardo Mental moderado e 01 homem com Pedofilia.

É importante novamente frisar que as seqüelas psicológicas variam de criança para criança e estão relacionadas a uma série de fatores que podem atuar como agravantes ou atenuantes, como já foi exposto em alguns parágrafos acima. Baker (1983, citado por Furniss, 1993) alerta para o fato de que não devemos afirmar estritamente que *todas* as crianças vítimas de abuso sexual ficam perturbadas em termos psiquiátricos, embora *todas* possam ficar confusas, em diferentes graus, em virtude da experiência do abuso.

Para Faleiros (2000), o abuso sexual cometido por adultos contra crianças e adolescentes (principalmente os de longa duração) é extremamente grave, pois passa

a ser organizador das estruturas psíquicas e sociais das vítimas, ou seja, entra na constituição da subjetividade individual e social, alterando a visão dos papéis sociais na sociedade. Segundo Lorencini e Ferrari (2002), “crianças ou adolescentes que foram sexualmente violentados por seu pai, tio, irmão, avô ou algum outro amigo ou conhecido de confiança da família poderão ter uma visão muito diferente do mundo e dos relacionamentos” (p. 260). Além de todas estas danosas conseqüências, tanto físicas como psicológicas, a vitimização sexual de crianças e adolescentes passa para estes a visão de um mundo violento, traiçoeiro e pessimista, onde não há em quem se possa confiar; constrói “subjetividades baseadas na desconfiança, na culpa, na menos valia de si” (Borges, 2001, p. 34). O abuso sexual deturpa as relações afetivas e rompe o curso normal do desenvolvimento psicosssexual, deixando, na maioria das vezes, traumas profundos na personalidade, difíceis de serem superados.

1.3. O Abuso Sexual como Situação com Potencial para Gerar Dano Psíquico à Vítima

No subitem anterior foram descritas as principais seqüelas psicológicas que acometem as vítimas de abuso sexual. Como visto, na grande maioria das vezes esta experiência é muito traumática para a criança, sendo também importante ressaltar que a gravidade destas conseqüências dependerá de vários fatores, também já citados neste trabalho. Porém, é unanimidade entre os estudiosos que tal experiência afeta profundamente a vida da criança e deixa marcas negativas no seu desenvolvimento pessoal, social, sexual, escolar e no seu funcionamento psíquico, podendo isto evoluir para situações mais graves, como prostituição, drogadição, transtornos psicológicos, suicídio e reedição da violência, entre outros efeitos. O abuso sexual,

portanto, configura-se como uma situação que traz dor e sofrimento psíquico à criança e que altera sua vida em várias esferas, podendo produzir conseqüências danosas que interferirão no seu desenvolvimento; sob este prisma, pode-se afirmar que o abuso sexual é uma situação com grande potencial para causar dano psíquico à criança. Na grande maioria dos casos de abuso sexual, as repercussões psíquicas do dano são mais significativas do que aquelas deixadas no corpo da vítima.

Echeburúa, Corral e Amor (2002, citados por Rovinski, 2004a, 2004b) afirmam que o dano psíquico é conseqüência de um evento negativo que aconteceu na vida de uma pessoa e que ultrapassa a sua capacidade de enfrentamento e de adaptação; o dano psíquico pode ser gerado, entre outras coisas, por uma ameaça à própria vida ou à integridade psicológica. O dano psíquico insere em seu conceito a noção de lesão às faculdades mentais, afetivas, volitivas e/ou ideativas, e seria o resultado dos efeitos maléficos produzidos pela dor, pelo sofrimento psíquico, pela perda da integridade físico-psíquica, da auto-estima, de inocência (em crianças), etc. A conseqüência do dano psíquico pode ser a criação de um quadro psicopatológico, o incremento de alguma psicopatologia pré-existente ou o desencadear de sintomas em uma personalidade predisposta ao desenvolvimento patológico (Castex, 1997, citado por Rovinski, 2004a, 2004b).

Castex (1997, citado por Rovinski, 2002, 2004a, 2004b) diz que há dano psíquico quando o indivíduo apresenta uma deterioração, disfunção, distúrbio ou transtorno que afeta suas esferas afetiva e/ou intelectual, limitando sua capacidade de gozo individual, familiar, laboral, social e/ou recreativo. O dano psíquico é associado a prejuízos psicológicos decorrentes de uma ou mais situações traumáticas que o indivíduo vivenciou.

No Brasil, juridicamente, dano psíquico está inserido dentro da classificação de dano moral. Arruda (1999), autor na área do Direito, afirma que o dano moral puro é o dano que afeta a integridade (estrutura) psicológica do indivíduo, e que esta seria constituída pelos valores morais, pelos princípios éticos ou religiosos, pela capacidade afetiva emocional e pelo sentimento de auto-estima. O dano moral puro é caracterizado, por exemplo, por preocupações graves, aborrecimentos sérios ou enfermidades que trazem ao indivíduo dor, sofrimento, infelicidade e intranqüilidade, tirando-lhe a paz e provocando sentimentos prejudiciais à sua integridade e saúde psicológicas.

Echeburúa et al. (2002, citados por Rovinski, 2004a, 2004b) distinguem dano psíquico de dano moral. O primeiro seria passível de ser medido por instrumentos de avaliação adequados (como testes psicológicos), enquanto o segundo seria um conceito mais subjetivo e estaria associado a prejuízos relacionados à honra, à liberdade pessoal e aos valores.

A percepção sobre a importância das evidências do dano psíquico tem feito crescer os pedidos de avaliação psicológica por danos causados por violência sexual em países como os Estados Unidos, seja para confirmar a acusação da vítima ou para esclarecer a extensão do dano para fins de ressarcimento (Boeschen, Sales & Moss, 1998, citados por Rovinski, 2004b, p. 78).

A avaliação psicológica pericial (da criança vitimizada) através do Psicodiagnóstico de Rorschach vem sendo usada para fins de confirmação do abuso sexual na falta de provas materiais ou quando estas não são conclusivas. A avaliação psicológica das conseqüências do trauma (extensão do dano psíquico e a gravidade das alterações psicológicas), também passível de ser captada por este teste, é importante para o direcionamento de programas psicoterapêuticos que tratam da criança vitimizada.

Nesta pesquisa, o dano psíquico objeto de avaliação através do Psicodiagnóstico Rorschach foi aquele associado aos prejuízos causados na área do relacionamento interpessoal (relacionado à capacidade de perceber e de se relacionar positivamente com outro ser humano). Procuramos saber se o abuso sexual produziu danos nas representações do outro, ou seja, nas representações da convivência interpessoal.

2. A Avaliação Psicológica Pericial da Criança Sexualmente Vitimizada

Dentre as denúncias de abuso sexual contra crianças, parte delas não dispõe de provas materiais e testemunhais de que a criança foi vitimizada, pois não há testemunhas (o abuso aconteceu em segredo, envolvendo apenas a vítima e o agressor), e, freqüentemente, há poucos ou nenhum vestígio físico no corpo da criança (Sgroi, 1982, citado por Winton & Mara, 2001). Ippolito (2003) declara que em apenas 30% dos casos há evidências físicas do abuso; Faller (1993, citado por Winton & Mara, 2001) referindo-se à realidade norte-americana, afirma que em menos de 5% dos casos de abuso sexual existem evidências físicas.

O atentado violento ao pudor, um tipo de abuso sexual muito freqüente nas crianças e que envolve masturbação, toques em partes íntimas, sexo oral e anal, raramente deixa vestígios físicos na criança, principalmente em meninos, mas nem por isso sua gravidade e suas repercussões psicológicas devam ser minimizadas. O estupro já pode ser mais facilmente detectado através de um Exame de Corpo de Delito, mas ainda assim restam inúmeros casos que não podem ser confirmados através de tal exame.

Existe a denúncia (a palavra da criança que confirma os fatos) e existe também

a palavra do agressor, sempre pronto a negar seu crime. O agressor, na grande maioria das vezes, acusa a criança de estar fazendo uma falsa acusação, sustentando, no seu discurso, que as crianças não sabem o que falam, que elas imaginam, inventam e fantasiam muitas coisas. Além disso, existe, no imaginário social e no sistema legal, a representação de que, em casos de conflito, as crianças mentem e os adultos dizem a verdade; para Furniss (1993), este é um precário conceito legal. A crença de que as comunicações da criança são menos válidas ou menos confiáveis do que as dos adultos impede que muitos abusos sexuais sejam interrompidos quando não se dispõe de provas materiais. Furniss diz que “as revelações ou comunicações das crianças que sofrerem abuso sexual muitas vezes não são acreditadas por razões legais” (p. 30).

Como saber então, na falta de provas materiais e testemunhais, se tal denúncia realmente é verdadeira, para que assim se possa condenar o agressor e propiciar o encaminhamento da criança à entidades que a ajudarão a elaborar esta experiência? Uma solução encontrada é a realização de uma perícia psicológica com a criança, que poderá fornecer indícios que confirmem (ou não) se ela foi sexualmente abusada. É importante ressaltar que as crianças não mentem quando confessam a um adulto que estão sendo abusadas sexualmente, pois elas nunca inventam este tipo de história (Ippolito, 2003; Winton & Mara, 2001), entretanto, elas podem ser induzidas por outros adultos a fazer uma falsa acusação, principalmente quando o que está em jogo é a guarda da criança em processos judiciais de separação dos pais (Silva, 2003). A veracidade das acusações precisa ser verificada, e diante disso, “algumas autoridades vêm aceitando laudos psicológicos para dar suporte às denúncias de violência sexual que não deixa marcas corporais” (Ippolito, 2003, p. 91). É necessário que o Judiciário passe a crer neste tipo de prova, senão muitas crianças

abusadas continuarão a conviver com o agressor e serão novamente vitimizadas, e o agressor poderá também fazer novas vítimas.

O pedido deste tipo de perícia psicológica forense chega constantemente ao serviço de psicodiagnóstico da Aldeia Juvenil, sendo realizada por profissionais da Psicologia e por estagiários supervisionados. O Psicodiagnóstico de Rorschach (um teste psicológico projetivo de personalidade), e outras técnicas de avaliação, como entrevistas com os pais da criança (ou apenas com a mãe ou outro responsável) e horas lúdicas com a criança, formam um conjunto de técnicas de avaliação psicológica usadas nestes casos, caracterizando uma abordagem do tipo multidimensional. Este trabalho se deteve apenas no estudo dos indícios de abuso sexual (e das suas repercussões psíquicas) levantados através do Rorschach, mas é importante lembrar que este instrumento insere-se dentro de um conjunto de técnicas usadas neste tipo de avaliação pericial, como citado logo acima. Os dados fornecidos pelo Rorschach devem ser sempre confrontados com os dados obtidos nas outras técnicas e nas entrevistas, para que assim se chegue a uma conclusão precisa sobre o caso analisado, pois nenhum indicador isolado pode ser o único critério para se decidir se o abuso sexual ocorreu ou não.

A avaliação psicológica pericial do abuso sexual tem sido utilizada tanto para confirmar a acusação da vítima (auxiliando o processo judicial de obtenção de provas e condenação do agressor) quanto para esclarecer a gravidade das alterações psicológicas e a extensão do dano psíquico (este dado é de grande importância para o direcionamento dos programas psicoterapêuticos e reeducativos que visam ajudar a criança a elaborar psicologicamente esta experiência). Segundo Rovinski (2004a), a avaliação do dano psíquico tem como objetivo analisar os prejuízos emocionais

decorrentes do evento traumático, verificando a presença e a intensidade dos sintomas emocionais causados por tal evento.

2.1. A Perícia Psicológica

A perícia psicológica insere-se no campo interdisciplinar da psicologia jurídica ou forense e da psicologia clínica. Ibañez e Ávila definem a psicologia forense como sendo toda psicologia “orientada para a produção de investigações psicológicas e para a comunicação de seus resultados, assim como a realização de avaliações e valorações psicológicas, para sua aplicação no contexto legal” (1990, citados por Rovinski, 2002, p. 183). A perícia psicológica forense pode ser definida como o exame ou avaliação do estado psíquico de um indivíduo com o objetivo de elucidar determinados aspectos psicológicos deste; este objetivo se presta à finalidade de fornecer ao juiz ou a outro agente judicial que solicitou a perícia, informações técnicas que escapam ao senso comum e ultrapassam o conhecimento jurídico.

No seu processo intrínseco de avaliação, a perícia tem o objetivo de “descrever (‘descrever a personalidade de X...’), fazer uma espécie de balanço (‘a repercussão que os fatos puderam acarretar no que se refere ao psiquismo de...’), ajudar a compreender (‘mencionar todos os dados úteis à compreensão dos fatos’)” (Viaux, 1997, p. 123). O mesmo autor afirma que a perícia é um momento breve, no qual se deve esboçar um retrato psicológico da criança e preconizar se um tratamento psicológico é necessário.

Segundo Silva (2003), recorre-se à prova pericial quando os argumentos ou provas de que se dispõe não são suficientes para o convencimento do juiz em seu

poder decisório, portanto, esta tem como finalidade última auxiliar o juiz em sua decisão acerca dos fatos que estão sendo julgados. A perícia psicológica é considerada um meio de prova no âmbito forense, e sua materialização se dá através da elaboração do chamado laudo pericial. O laudo pericial, que será apreciado pelo agente jurídico que o solicitou, deve ser redigido em linguagem clara e objetiva, para que possa efetivamente fornecer elementos que auxiliem a decisão judicial, devendo responder ao quesito solicitado, que, neste caso, concretiza-se numa pergunta do tipo: “há indícios de que esta criança foi vítima de abuso sexual?”. Segundo a autora, embora o Direito exija respostas imediatas e definitivas, o laudo psicológico poderá somente apontar tendências e indícios.

Rovinski (2004a) afirma que a avaliação forense dirige-se a eventos definidos de forma restrita, relacionadas a um foco circunscrito (o quesito solicitado), e seu objetivo será, “através da compreensão psicológica do caso, responder a uma questão legal expressa pelo juiz ou por outro agente jurídico” (p. 43).

Os instrumentos utilizados na perícia psicológica forense devem consistir de “métodos e materiais adequados, destinados a analisar e avaliar aspectos referentes à estrutura da personalidade, à cognição, à dinâmica e à afetividade das pessoas envolvidas” (Silva, 2003, p. 192).

Os métodos e técnicas mais utilizados na avaliação psicológica pericial da criança sexualmente vitimizada são as entrevistas clínicas com os pais (ou responsáveis), horas lúdicas (podendo haver o uso de bonecos anatômicos, que reproduzem com exatidão os órgãos sexuais do corpo) e testes psicológicos, em especial os testes projetivos. Os testes psicológicos auxiliam no conhecimento do estado mental dos indivíduos; segundo Ávila e Rodriguez-Sutil (1995, citados por Rovinski, 2002), tais testes seriam responsáveis pela crescente solicitação dos laudos

psicológicos periciais. Pesquisa realizada por Rovinski e Elgues (1999, citada por Rovinski, 2002) no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, encontrou que 87% dos psicólogos forenses pesquisados utilizavam outros instrumentos de avaliação além da entrevista, dando preferência para os testes projetivos.

Nas entrevistas com os pais ou responsáveis e nas interações com a criança (hora lúdica, testes projetivos), “o psicólogo poderá detectar algum ou vários aspectos que contribuirão para supor a existência ou não de vitimização, sua gravidade e frequência” (Silva, 2003, p. 136).

Os testes projetivos são instrumentos extremamente úteis neste tipo de avaliação e facilitam o trabalho na área forense, pois as respostas ao teste não podem ser manipuladas de forma consciente e intencional pelo examinando (Silva, 2003). Os resultados dos testes projetivos devem ser confrontados com os dados obtidos nas entrevistas com os pais e nas horas lúdicas com a criança. Este aspecto dos testes projetivos será tratado com mais profundidade no subitem a seguir.

2.2. Diagnosticando e Avaliando o Abuso Sexual em Crianças através de Técnicas e Testes Projetivos

Wintom e Mara (2001) afirmam que a avaliação psicológica da criança abusada envolve avaliações investigativas e clínicas. As avaliações investigativas destinam-se a facilitar a revelação de dados (sobre o abuso) pela criança, a coletar evidências, e fornece material relevante e legal para o tribunal e juízes. As avaliações clínicas têm como foco o conhecimento da percepção e dos sentimentos da criança sobre o fato ocorrido, o conhecimento do seu estado psicológico, dos efeitos colaterais do abuso, das suas habilidades de enfrentamento e da necessidade de tratamento

psicoterapêutico, procurando avaliar os efeitos do trauma no desenvolvimento emocional da criança. Segundo Mattos (2002), o diagnóstico de abuso sexual tem, além da finalidade de coleta de evidências para fins judiciais, a finalidade de fornecer informações sobre o estado psicológico da criança para fins psicoterapêuticos, procurando compreender a representação psíquica do abuso e avaliar o impacto da violência sobre o desenvolvimento da sua personalidade.

O Psicodiagnóstico Rorschach é um instrumento muito útil neste processo de avaliação investigativa e clínica, pois é capaz de fornecer indícios de que o abuso ocorreu e de analisar o estado psicológico da criança (as áreas mais danificadas do seu psiquismo e também as áreas não danificadas do seu funcionamento mental). A importância de se conhecer as áreas não danificadas deve-se ao fato de que é necessário “desenvolver a parte não comprometida do psiquismo, a parte não vitimada da criança, ou seja, seus potenciais cognitivos e emocionais” (Mattos, 2002, p. 199); isto é extremamente importante para o planejamento de estratégias psicoterapêuticas.

Para Furniss (1993) e Mattos (2002), nem todas as crianças abusadas apresentam dano psíquico ou ficam psicologicamente perturbadas, pois uma parte delas fica apenas assustada ou confusa com o acontecimento, entretanto, todas são afetadas psicologicamente, em maior ou menor grau, pela experiência abusiva, sendo que a maioria necessita de trabalho psicoterapêutico para minimizar o dano; a avaliação do dano psíquico se faz necessária para saber se a criança necessitará de psicoterapia. A psicoterapia visa atender às necessidades específicas de cada criança, daí a importância de se conhecer quais áreas do psiquismo da criança foram afetadas e quais não foram. Crianças que foram vítimas de abuso sexual grave e prolongado, por exemplo, podem necessitar de longa e intensiva psicoterapia. Segundo Mattos,

avaliar o grau do dano psicológico é importante também para se fazer um prognóstico do tratamento. Quanto mais áreas da vida psíquica da criança são comprometidas, maior o dano. Ippolito (2003) acredita que o conhecimento dos aspectos intrapsíquicos do trauma também pode contribuir para o desenvolvimento de metodologias para o atendimento da criança abusada.

Segundo Rovinski (2002, 2004a), as técnicas e os métodos de investigação utilizados na avaliação psicológica forense não diferem de forma substancial do processo de avaliação psicológica clínica, necessitando apenas de uma certa adaptação.

Nestas avaliações psicológicas realizadas com a criança abusada, diferentes técnicas e testes psicológicos podem ser utilizados para facilitar a sua comunicação e informação sobre o abuso, para conhecer seus sentimentos e pensamentos sobre o fato e para avaliar o seu estado psicológico: brincadeiras com fantoches, com famílias de bonecos, com bonecos anatômicos (que possuem órgãos genitais); técnicas projetivas gráficas como desenhos livres, desenhos da família, desenhos com estórias, HTP (House-Tree-Person); e testes projetivos verbais como o Teste de Apercepção Infantil (CAT), as Fábulas de Düss e o Psicodiagnóstico Rorschach, entre outros.

É fato reconhecido e afirmado por diversos psicólogos infantis que o brincar da criança é sua atividade essencial e sua melhor forma de expressão, assim como a do adulto é a linguagem verbal. Mattos (2002) afirma que através do brincar a criança se expressa, apreende e elabora o mundo, e exercita sua capacidade de relacionamento e de percepção de si e do outro. A entrevista com a criança envolve a brincadeira, mais do que apenas verbalizações, principalmente em se tratando de crianças pequenas.

Muitas crianças, especialmente as menores, não têm o conhecimento ou o vocabulário necessário para dizer aos clínicos o que aconteceu a elas, pois é difícil para uma criança colocar seus pensamentos e sentimentos em palavras. Além disso, quando o agressor é alguém da família da criança, ela frequentemente sente um intenso conflito ao ter que identificar o agressor e verbalizar o que experienciou; para uma criança, é bem mais fácil e menos estressante relatar o que aconteceu de forma lúdica e simbólica, através de técnicas e testes projetivos (Miller, Veltkamp & Jansom, 1987).

As técnicas e testes projetivos são um dos principais instrumentos de avaliação que o psicólogo utiliza para obter da criança dados relativos ao abuso. Existe, entre os psicólogos, a preocupação de, ao procurar colher provas do abuso com a criança, não expô-la a uma nova vitimização, a chamada revitimização ou vitimização secundária. Quando a criança chega ao psicólogo para uma avaliação da credibilidade da sua acusação, já teve que repetir sua história para diversos profissionais pelos quais já passou (delegado, médico, etc.). Além disso, muitas vezes a perícia chega vários meses ou até anos depois da revelação, despertando na criança um novo sofrimento ao fazê-la lembrar do abuso (Viaux, 1997). Winton & Mara (2001) sugerem que o número de entrevistas com as crianças seja minimizado, para não adicionar a ela mais estresse e sofrimento; Furniss (1993) alerta para o cuidado de que a intervenção de qualquer profissional deve ter como objetivo principal evitar a revitimização.

Furniss (1993) e Rouyer (1997) acreditam que as investigações médicas e judiciais podem produzir um novo trauma, ou seja, produzir a revitimização ao pedir para a criança lembrar as circunstâncias e detalhes da sua vitimização; à criança é perguntado coisas do tipo: “o que ele fez com você? Onde ele te tocou? De que

forma?”. Tais perguntas, embora necessárias ao andamento do processo judicial, provocam na criança intensa ansiedade e medo; a própria atuação profissional torna-se uma nova forma de violência contra a criança, gerando a revitimização.

Em 11 de março de 2005 aconteceu, na cidade de Goiânia-GO, o colóquio “Culturas e Práticas Não-Revitimizantes de Inquirição de Crianças e Adolescentes Sexualmente Explorados”, realizado pelo Projeto Invertendo a Rota, do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ), da Universidade Católica de Goiás (UCG). Neste colóquio, se buscou fortalecer o compromisso para a criação de uma vara especializada para o julgamento de crimes contra crianças e adolescentes e foi discutida a importância do atendimento multidisciplinar integrado às vítimas do abuso sexual, pois esta é uma maneira de evitar que tenham que repetir continuamente os fatos e de que sejam novamente expostas ao sofrimento e ao estresse psicológico (“A inquirição da criança vítima de abuso sexual”, 2005).

Por isso, neste momento de avaliação psicológica, evitam-se perguntas diretas sobre o abuso (para não expor novamente a criança a uma situação estressante, ansiogênica e revitimizadora), e a criança é convidada a falar de si, dos seus sentimentos e dos acontecimentos de uma forma lúdica, através de bonecos, desenhos, histórias e testes verbais que comunicam o abuso de forma simbólica, pois “as crianças abusadas sexualmente precisam de meios apropriados para expressar sua raiva, medo, hostilidade e outros sentimentos que possam estar inibidos ou reprimidos” (Miller et al., 1987, p. 48). Mattos (2002) afirma que o uso de tais instrumentos intermediários ajuda a criança a revelar os fatos do abuso de uma forma que não a expõe a uma situação constrangedora e revitimizadora, pois fornece a ela uma distância confortável dos fatos ocorridos.

Através dos testes e técnicas projetivas, a criança pode exteriorizar seu trauma e

mostrar o que aconteceu a ela, sem o estresse que seria gerado por perguntas diretas e intrusivas; estes são um meio através do qual ela “pode expressar uma gama de sentimentos conscientes e inconscientes e projetar sua experiência no mundo” (Winton & Mara, 2001, p. 138).

Os desenhos freqüentemente dramatizam o trauma que a criança vivenciou, são um meio através do qual ela pode comunicar como se sente ou o que aconteceu a ela, ou seja, é um meio de contar a sua história, além disso, o uso dos desenhos também é útil para levantar indícios de que a criança foi abusada sexualmente (Miller et al., 1987). Para estes autores, os desenhos também podem ser usados no tribunal, pois facilitam a comunicação da criança sobre o abuso, além do mais, as técnicas e testes projetivos fornecem informações clínicas relevantes que podem ajudar no processo global de avaliação da criança abusada sexualmente. É interessante relembrar um caso de abuso sexual avaliado pelo Prof. Dr. Rodolfo Petrelli no qual uma criança, do sexo feminino, abusada pelo pai, desenhou no teste do Desenho da Família, um dedo no lugar do pai, e, à IV prancha do Teste de Rorschach respondeu: “é o monstro que aparece toda noite no meu quarto”. Thomas (1980, citado por Miller & Veltkamp, 1989), aplicou o Desenho da Figura Humana em crianças abusadas sexualmente e constatou que tais desenhos tendem a ser mais sexualizados, com freqüente ênfase nas áreas genitais ou nos seios, o que indica preocupação com questões sexuais e conhecimento sexual que está além do apropriado para a idade infantil. O Desenho da Família pode prover dados clínicos que podem ser usados na avaliação da qualidade do relacionamento da criança com seus pais e com seus irmãos (Miller & Veltkamp, 1989).

Com relação aos bonecos anatômicos, Jample e Weber (1987, citados por Miller & Veltkamp, 1989) avaliaram seu uso por crianças abusadas e não-abusadas e

verificaram que as crianças abusadas sexualmente demonstraram mais comportamentos sexuais nas brincadeiras com tais bonecos do que as não abusadas.

O uso de histórias imaginativas, como, por exemplo, as Fábulas de Düss, ajudam a criança a expressar sentimentos e detalhes relacionados ao trauma e podem revelar com o que a criança está mais preocupada no momento. O Teste de Apercepção Infantil (CAT) pode revelar aspectos específicos de experiências de vida estressantes, como abuso sexual, abuso físico e negligência (Miller & Veltkamp, 1989).

Poucos estudos foram encontrados com relação ao levantamento de indícios e ao diagnóstico do abuso sexual utilizando-se o Psicodiagnóstico de Rorschach, e estes serão relatados no próximo subitem.

Para Mattos (2002), tais procedimentos facilitam a comunicação entre o psicólogo e a criança e a ajuda a identificar as pessoas e os fatos relativos ao abuso sem uma ansiedade excessiva e prejudicial, pois “é mais fácil para ela apontar num desenho a parte de seu corpo que foi tocada ou mostrar com os bonecos como o abuso se deu do que contar com palavras” (p. 188).

Esta forma de proceder na inquirição de crianças vítimas de abuso sexual minimiza o dano adicional que pode ser causado por uma inquirição mal conduzida que coloca a criança novamente em contato com lembranças extremamente dolorosas que adicionam a ela maior sofrimento psíquico. O inquérito sem dano, realizado através de brincadeiras e testes projetivos, faz com que a criança comunique o abuso de forma simbólica, porém tão realista e tão verdadeira quanto uma comunicação verbal direta, mas com a enorme vantagem de utilizar a forma mais natural e espontânea de comunicação infantil (o brincar) e de não causar uma revitimização. As respostas simbólicas fornecidas aos testes projetivos não podem

ser manipuladas de forma consciente e intencional pelo examinando, por isto elas comunicam fatos reais; é uma linguagem verdadeira e não manipulada, lembrando que as respostas das crianças às perguntas diretas sobre o abuso sexual podem ser manipuladas caso esteja sob ameaça do agressor para negar os fatos, ou caso esteja sendo induzida por um terceiro a afirmar a ocorrência de um abuso que não aconteceu. A análise das respostas simbólicas ao Psicodiagnóstico Rorschach tem se mostrado um meio muito útil de revelar indícios de abuso sexual, por isto este teste tem sido muito utilizado no serviço de psicodiagnóstico da Aldeia Juvenil.

Estes instrumentos (técnicas e testes projetivos, bonecos, brinquedos) estimulam o comportamento projetivo, entendido como a projeção, por parte do indivíduo, do seu mundo interno, dos seus sentimentos e das suas experiências e vivências passadas nos estímulos externos apresentados. Por indução dos estímulos projetivos, sentimentos e vivências passadas são exteriorizados e trazidos à superfície, mas sem que o indivíduo se dê conta disso, por isto se afirma que tais respostas não podem ser manipuladas de forma consciente e intencional pelo examinando; segundo Murstein et al. (1961, citados por Miller & Velkamp, 1989), nas técnicas e testes projetivos, o sujeito não está consciente do que está revelando de si mesmo. A projeção conserva o conteúdo do sentimento original (ligado ao objeto original que o produziu), e este sentimento pode ser deslocado e exteriorizado em um outro objeto que desperta as características do objeto original (Anzieu, 1984).

O Psicodiagnóstico Rorschach proporciona à criança um meio para projetar e expressar as experiências que vivenciou e seus sentimentos em relação a estas, através de respostas simbólicas. Dito de outra forma, é um instrumento de detecção da história de vida interior, que registra os eventos de forma simbólica, mas

realística, não sendo necessário expor à criança à perguntas diretas (e revitimizantes) sobre o abuso sexual.

O Psicodiagnóstico Rorschach tem sido empregado por algumas instituições e profissionais que trabalham com crianças suspeitas de terem sido abusadas sexualmente, para fins de confirmação ou não do abuso (de uma maneira não revitimizadora) e para a avaliação da extensão e da profundidade do possível dano psíquico causado a elas, pois é um teste de personalidade que detecta a história de vida interior e que avalia a estrutura e a dinâmica do funcionamento psíquico.

2.3. O Psicodiagnóstico Rorschach e as Avaliações Investigativas e Clínicas do Abuso Sexual

Foi dito nos parágrafos precedentes que as avaliações investigativas destinam-se a facilitar a revelação de dados (sobre o abuso) pela criança e a coletar evidências, além de fornecer material relevante e legal para o tribunal e juízes; já as avaliações clínicas têm como foco o conhecimento do estado psicológico da vítima, dos efeitos colaterais do abuso e da necessidade de tratamento psicoterapêutico (Winton & Mara, 2001). O Psicodiagnóstico Rorschach se presta a ambas as avaliações: na perícia psicológica forense (avaliação investigativa), o Psicodiagnóstico Rorschach tem sido empregado para coletar evidências e indícios de vitimização sexual, principalmente através da linguagem simbólica e lúdica da criança; na avaliação clínica, analisa de forma global e dinâmica a estrutura e a qualidade do funcionamento psicológico, detectando as seqüelas e os possíveis danos psíquicos.

O Rorschach, na avaliação investigativa, levanta indícios da ocorrência do abuso sexual pois, como é um teste projetivo, estimula respostas de alto valor

simbólico, nas quais as crianças vitimizadas contam e revelam todo o seu drama sem correrem o risco de serem revitimizadas. A verdade contida na linguagem simbólica deve ser aceita como prova pericial, ajudando a diminuir o risco de retraumatizar e revitimizar a criança através de perguntas diretas e ofensivas a respeito do abuso; este é o ponto de vista desta pesquisa, que procurou nos conteúdos verbalizados no Rorschach de crianças abusadas, temas que exprimissem esta vivência.

Em relação a este tipo de avaliação, Ephraim (2002, p. 9) afirma que

a avaliação do trauma é freqüentemente experimentada como uma intrusão pela pessoa que é objeto de estudo. Embora exista a possibilidade de retraumatizá-la, o que requer que o examinador seja cuidadoso e sensível ao sofrimento do outro, o método de Rorschach apresenta algumas vantagens para a avaliação do trauma, em comparação com as entrevistas estruturadas e os auto-questionários. Especificamente, (a) o Rorschach freqüentemente elude as defesas evitativas e a reticência das pessoas traumatizadas (Levin & Reis, 1997; van der Kolk & Ducey, 1989); (b) os métodos projetivos geram dados de experiência através dos quais “adquirem vida” (Lating, Zeichner & Keane, 1995) os sintomas e as alterações pós-traumáticas da personalidade; (c) por último, a ação dos mecanismos de enfrentamento e de defesa pode ser detectada nas respostas ao Rorschach, refletindo diferenças individuais essenciais para o planejamento do tratamento.

Alguns autores procuraram nas respostas ao Rorschach, traços que pudessem indicar a presença de traumas relacionados ao abuso sexual e de danos psicológicos, outros autores procuraram por características de personalidade comuns a estas crianças.

Armstrong e Loewenstein (1990, citados por Kamphuis, Kugeares & Finn, 2000) desenvolveram o TC/R (Índice de Conteúdo Traumático), que corresponde à soma do total de respostas mórbidas, de sangue, anatômicas, sexuais e de movimentos agressivos (TC), divididas pelo total de respostas ao teste (R). Estes autores aplicaram o Rorschach em 14 pacientes diagnosticados com Transtorno Dissociativo de Identidade ou com Transtorno Dissociativo de Personalidade sem outra especificação e encontraram o escore do TC/R variando de 30% a 80%.

Concluíram que os protocolos destes pacientes (incluindo o escore do TC/R) que eram freqüentemente interpretados por outros pesquisadores como contendo tendências em direção a uma regressão psicótica, na verdade indicam tendências dissociativas e auto-hipnóticas de se defender contra a intrusão de memórias traumáticas na consciência. Este estudo influenciou Kamphuis et al. (2000), que realizaram um estudo que comparou os testes de Rorschach de três grupos de pacientes adultos não-dissociados: aqueles com histórias confirmadas de abuso sexual; pacientes com suspeitas não confirmadas de abuso sexual na infância (eles não se lembram de nada, mas suspeitam que possam ter sido abusados); e um terceiro grupo formado por pacientes que não sofreram abuso sexual.

O estudo de Kamphuis et al. (2000) foi motivado pela observação clínica de que o TC/R (Índice de Conteúdo Traumático) também era freqüentemente elevado nos testes de Rorschach de pacientes não-dissociados (que não sofriam do Transtorno Dissociativo de Personalidade nem do Transtorno Dissociativo sem outra especificação), mas com histórias de abuso sexual. Um dos objetivos do seu estudo foi verificar se a associação entre TC/R e abuso sexual seria suficientemente forte para auxiliar no diagnóstico de pacientes abusados e não-abusados sexualmente. “Um indicador de trauma sexual no Rorschach seria muito útil nos contextos clínico e forense porque muitos pacientes com histórias documentadas de abuso sexual fracassam em recordar estes incidentes anos depois” (Widom & Morris, 1997; Williams, 1994, citados por Kamphuis et al., 2000).

Os resultados encontrados por Kamphuis et al. (2000) revelaram que os pacientes com histórias confirmadas de abuso sexual tiveram um escore significativamente mais alto no TC/R do que os pacientes que não sofreram abuso sexual. Houve uma associação estatisticamente significativa entre a freqüência do

abuso sexual e o escore TC/R, ou seja, este aumenta com o número de vezes em que o paciente foi abusado. Outro resultado encontrado foi que os pacientes abusados deram respostas com elevado conteúdo traumático quando comparados com os não abusados. Para finalizar os autores advertiram que o TC/R nunca deve ser usado como o único indicador de abuso sexual, pois esta é uma variável entre muitas que os clínicos devem usar para avaliar a probabilidade de uma pessoa ter sido sexualmente abusada.

Um outro estudo realizado com o Psicodiagnóstico Rorschach, utilizando uma amostra de dez mulheres adultas vítimas de incesto na infância, procurou examinar os efeitos psicológicos a longo prazo do abuso sexual (Meyers, 1990). Todas as participantes escolhidas relataram experimentar dificuldades pessoais, e sentiam que o abuso foi significativo para seus problemas de ajustamento. As características de personalidade encontradas, comuns a elas, foram: dificuldade em expressar adequadamente os afetos e fraco controle dos impulsos, com várias respostas se referindo a conteúdos como foguetes, vulcões lançando fogo, e sangue ou comida derramados; graves reações depressivas e potencial suicida, com presença de respostas de conteúdo mórbido; dificuldades de relacionamento interpessoal e dificuldades de lidar com os limites dos outros, com presença de respostas *Hd*, (*H*) e (*Hd*) em número maior do que as respostas *H*; sentimentos de falta de integridade corporal, com várias respostas de conteúdo anatômico sexual, sendo comum o conteúdo “vagina sangrando”; problemas de identificação sexual, com constante confusão a respeito dos atributos masculinos/femininos das figuras; e tendências dissociativas, indicadas pelo grande número de respostas de movimento de objeto.

Mariuza, Azeredo e Netto (2004) conduziram um estudo com o Psicodiagnóstico Rorschach no qual foram avaliadas quatro crianças vítimas de

abuso sexual por parte do pai ou padrasto, com idade entre 8 e 10 anos de idade, três do sexo feminino e uma do sexo masculino. O objetivo foi investigar aspectos intrapsíquicos (através do Rorschach tradicional) e a percepção destas crianças em relação às figuras paterna e materna (através do Rorschach temático). As porcentagens expressas entre parênteses indicam quantas crianças da amostra apresentaram as referidas características. Em relação aos aspectos intrapsíquicos, os resultados encontrados apontaram para vivências depressivas (50%), ansiedade (100%), defesas dissociativas e sobreadaptativas (50%), sentimentos ambivalentes em relação às figuras paterna e materna (50%), busca de determinação da sua posição frente às imagens parentais e sofrimento perante esta instabilidade (100%), e retraimento em um universo solitário sem clara definição entre o real e o imaginário (100%).

Com base nos conteúdos das histórias contadas pelas crianças no Rorschach temático, no que diz respeito à percepção das imagens parentais, todas as crianças da amostra se referiram à figura materna (investigada nas pranchas I e VII) como incapaz de amparar, proteger e de suprir suas necessidades básicas, sendo vista também como agressiva; exemplo de uma resposta: “era uma vez uns passarinhos recém nascidos que começaram a gritar de fome, os pais foram buscar comida daí roubaram os passarinhos”.

A figura paterna (investigada na prancha IV) foi percebida por 50% das crianças como monstruosa, ameaçadora e destruidora, as outras 50% a perceberam como frágil e doente, e todas as crianças (100%) a perceberam como alguém que não cumpriu seu papel de proteção. Exemplos de respostas destas crianças: “é o gigante que destrói tudo”, “é o cachorro sarnento andando por aí, daí tocaram água nele, e daí ele saiu como louco”.

Vagostello, Silva e Tardivo (2004) realizaram, através do Rorschach, um estudo de caso de um menino de 8 anos de idade, vítima de negligência que o deixou exposto a uma série de abusos sexuais que veio a sofrer. Os resultados encontrados no Rorschach foram: intensa hostilidade, prejuízo na percepção do outro, dificuldades nas relações interpessoais, representações humanas empobrecidas e negativas, movimentos humanos marcados pela agressividade, alto índice de isolamento, pouca preocupação consigo mesmo, auto-imagem desvalorizada, vivências depressivas, graves conflitos de identidade, de auto-imagem e de relacionamento.

A análise temática dos conteúdos das respostas desta criança vítima de abuso sexual revelou vivências extremamente persecutórias, como, por exemplo, na prancha I: “Um morcego. Está voando para catar uma pessoa. Muito bravo”; na prancha IV: “Fantasma correndo para catar uma pessoa”; na VI: “Um gato tentando catar um rato”; na X: “Uma coruja em cima de uma árvore fugindo de um gato”.

Fazemos a seguinte observação a respeito destas respostas de conteúdo persecutório: nelas, a criança está exprimindo simbolicamente a sua condição de vítima, já que tais respostas trazem um agressor e um agredido; a criança, na sua linguagem lúdica e simbólica, exprime a sua condição de vítima de uma violência; agressor e vítima estão presentes em uma mesma resposta, tanto nas de conteúdo humano como nas de conteúdo animal. Percebemos, no processo de análise dos dados desta pesquisa, que este é um tipo de resposta freqüente em crianças vítimas de abuso sexual, e propomos, neste trabalho, uma nova proposta de codificação de tais tipos de respostas, para que faça transparecer nos códigos Rorschach (e não somente na leitura do discurso Rorschach) tanto o ator quanto a vítima da ação agressiva, pois os atuais códigos acabam por não captar os dois pólos da relação

agressor-vítima, e terminam por atribuir à criança que vê tais conteúdos a noção de que é ela a “portadora” desta intensa agressividade dirigida aos relacionamentos humanos. Sugerimos, no capítulo “Proposta de Revisão da Nomenclatura Rorschach: O Método Fenomenológico e as Categorias Existenciais” uma nova maneira de codificar este tipo de resposta, para que não se confunda a vítima com o protagonista da ação malevolente.

Gravenhorst (2002), psicóloga perita do Departamento de Justiça Argentina, aplicou o Rorschach em 90 crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, de ambos os sexos, com idade entre 4 e 16 anos. Seu objetivo era saber como o trauma e o dano psíquico se expressam no Rorschach. A autora afirma que os resultados aos quais chegou são altamente relevantes para a detecção do abuso e para a avaliação das suas conseqüências no psiquismo da criança. Em relação aos indicadores quantitativos, os resultados encontrados foram os seguintes: baixo número de respostas no teste, indicando restrição a motivo das experiências traumáticas de dano; $F\%$ e $F\%$ *estendido* dentro do esperado, indicando esforços do ego para ser objetivo e lógico; $F+ \%$ e $F+ \%$ *est.* muito diminuídos, indicando falha na função de reconhecimento e de adaptação à realidade; índice de realidade (IR) zero ou diminuído, indicando uma séria patologia, associada ao item anterior; índice de uso de múltiplos determinantes (DM) aumentado, indicando crise; índice de conflito (IC) aumentado, indicando intensa carga conflitiva; o psicograma também pode apresentar somente respostas de forma (F), indicando rigidez defensiva, dissociação ou sobreadaptação.

Entre os indicadores qualitativos do estudo de Gravenhorst (2002), destacam-se: respostas que se referem à situações penosas que os sujeitos tiveram que suportar; na prancha VI, presença de respostas que se referem às experiências traumáticas de

dano associadas à sexualidade; presença do conteúdo esqueleto, como um elemento melancólico; presença do conteúdo sangue; respostas sexuais diretas, não simbolizadas, por falha no mecanismo de repressão; figuras masculinas percebidas como persecutórias, violentas e agressivas; e a presença dos seguintes Fenômenos Especiais: ação sofrida/suportada (Endured Action) indicando que o sujeito suportou passivamente uma ação violenta; respostas mórbidas (MOR), por identificação com um objeto danificado, destruído, quebrado ou morto; respostas de complexo oral-sádico associadas à sexualidade; Anulação da Consciência da Interpretação, com auto-referências negativas na mesma resposta, indicando dano psíquico severo, perda dos limites e do julgamento da realidade; envolvimento do aplicador do teste como uma procura por segurança.

Neste artigo, Gravenhorst (2002) apresentou partes do protocolo Rorschach de quatro crianças/adolescentes vítimas de abuso sexual, que reproduziremos aqui integralmente pelo altíssimo valor simbólico das respostas, pois acreditamos que tais tipos de resposta são essenciais para se diagnosticar o abuso, uma vez que a criança está a nos comunicar, através da linguagem simbólica que lhe é própria, o abuso e todo o seu sofrimento. Reproduziremos também, junto com a resposta de cada sujeito, os comentários da autora a respeito destas respostas.

Protocolo 1, Alicia, 13 anos de idade; declarou que foi abusada por seu tio e seu primo. Prancha I: “Dois homens lutando com uma menina no meio, pegando as mãos dela e eu imagino que ela estava olhando para baixo”. A autora comenta que esta resposta se relaciona com a situação do abuso, na qual seu primo e seu tio a tocaram ao mesmo tempo.

Prancha II: “Duas meninas, machucadas e unidas. Juntas dando as mãos. O vermelho é como se elas estivessem machucadas porque parece sangue, elas parecem

que estão ajoelhadas e tentando se unir no seu sofrimento”. A autora explica que esta é uma resposta significativa porque a irmã de Alicia também disse que seu tio a tocou.

III: “Algo revoltante. Parece uma garota com as pernas abertas”, revelando situações repugnantes associadas ao conteúdo sexual feminino.

IV: “Um homem com dupla personalidade. É como um monstro, por causa das mãos, das pernas e do que ele tem aqui (apontando para o detalhe fálico da figura), eu não sei o que ele tem aqui... o ‘pito’” (usando o termo para pênis). A figura masculina é percebida como persecutória.

VI: “Que horrível! ... um animal morto, como se estivesse deitado no chão, coitado, morto, despedaçado”. Isto evidencia uma sexualidade prejudicada, com experiências traumáticas e melancólicas (esta é a prancha que evoca o simbolismo sexual).

VIII: “Uma menina sofrendo. Eu imagino o corpo de uma mulher, aqui é seu bumbum e ela se sente mal, machucada com sangue e parece um esqueleto”. Ela se identifica com a garota que sofre, e o bumbum (que ela se refere ao ânus) machucado, com sangue, pode ser associado às suas declarações de que seu tio colocou o pênis nele.

X: “Um homem violento, com seus braços e pernas abertos”. Ela associa a violência à figura masculina.

Podemos adicionar mais comentários a este protocolo: pode-se perceber claramente o valor simbólico e denunciante das suas respostas, nas quais ela revela o seu sofrimento por ter sido abusada, acusa uma figura masculina pelo ato (percebida com monstruosa e violenta), revela experiências traumáticas associadas à sexualidade, e expõe a parte do seu corpo tocada: o bumbum. Além disso, em suas

respostas ela projeta sua situação de vítima, como na I: a menina pela qual os homens lutam; na II: duas meninas machucadas, com sangue, sofrendo; na VI: um animal morto; na VIII: uma menina sofrendo, machucada e com sangue. É possível ver como no Rorschach se projetam simbolicamente as situações associadas aos fatos denunciados, confirmando, assim, a acusação da vítima, pois as repostas ao Rorschach não podem ser manipuladas intencionalmente pela consciência. Este protocolo confirma a acusação da vítima, demonstrando como este teste é de valiosa importância para o diagnóstico e confirmação do abuso sexual na falta de provas materiais e testemunhais.

Protocolo 2, Carlos, 9 anos de idade; declarou que foi abusado pelo seu pai. Prancha II: “Sangue na parede, o vermelho é o sangue, e parte de uma parede cinza e branca; sangue vermelho aqui e aqui, como se estivesse manchado”.

Prancha VI (posição invertida): “Um escorpião todo despedaçado, cabeça, chifres, todo o corpo um pouco cortado e aqui o rabo; cortado porque suas pernas traseiras estão faltando; aplainado porque foi despedaçado (fazendo o mesmo gesto com a mão)”. A autora comenta que esta resposta se refere a uma sexualidade prejudicada, danificada.

X: “Como uma guerra; há muitas cores, e isso aqui parece um homem, como se ele fosse o diabo...; ele tem pernas, asas, apontando a cara, brigando como numa guerra, especialmente a cor vermelha, sangue”. Aqui ele se refere a uma figura masculina agressiva e persecutória, e a resposta tem conteúdo sinistro.

Nas percepções desse menino, podemos notar a presença de respostas de conteúdo traumático (sangue), respostas que indicam a presença de elementos agressivos e prejudiciais na vivência da sexualidade e uma figura masculina

percebida como agressiva e má. Todas estas respostas condizem com indícios de ter sido abusado sexualmente.

Protocolo 3, Paula, 6 anos de idade; declarou ter sido abusada pelo seu pai. Prancha III: “Esta é a parte de trás do coração de um esqueleto; esta é a barriga e o coração está em cima; tem a forma de uma barriga; o corpo está todo aberto”. A autora comenta que esta é uma resposta de má forma que a criança não consegue explicar, indicando experiências danosas e melancólicas sobre as quais ela não consegue refletir adequadamente.

Prancha VI: “Isto parece um rato que foi morto; a forma das pernas e da cabeça; está morto porque eu o vejo despedaçado assim, despedaçado, suas partes internas foram comidas, estava todo aberto”. Segunda a autora, esta resposta indica experiências orais melancólicas associadas à sexualidade.

Podemos perceber nesta última resposta referências a uma sexualidade que foi destruída, ou, na própria linguagem simbólica da criança, morta, despedaçada, seu interior foi devastado, comido. O rato é o personagem explícito da resposta, mas nota-se também a presença de um personagem implícito: aquele que “comeu”, que lhe fez mal, denunciando uma situação na qual houve uma vítima e um agressor.

Protocolo 4, Marta, 4 anos de idade; abusada sexualmente por um amigo muito próximo da família. Prancha I: “Não sei, eu acho que é o Pedro (este é o nome da pessoa que ela disse que abusou dela) e o Pedro também me sangrou; ele me limpou e ele sangrou minha ‘potota’” (ela usa este termo para o órgão genital feminino).

Prancha II: “Parece meu sangue, esse é meu sangue quando eu me limpei com o papel”.

III: “Ele tirou seu ‘pito’ (ela usa esse termo para o pênis); eu vi que ele estava tocando seu ‘pito’; ele me disse isso e isso não deve ser feito”.

IV: “Eu acho que isso é o ‘pito’ (ela aponta para o detalhe fálico da figura) porque os ‘pitos’ são embaixo”.

V: “Isso é... eu não tenho nenhuma idéia, tudo isso é o Pedro”.

VI: “Ai! O que é isso? Eu não sei o que é isso... o que você acha que é? É o corpo do Pedro”.

VII: “Você não tomou nota de que o Pedro me jogou na cama? Não? Ele está vindo me dar um beijo de namorado na minha boca”.

VIII: “Esses são os animais; há o ‘pito’ do Pedro e há sangue”.

IX: “Nos dois lugares há o ‘pito’ de Pedro e há sangue”.

X: “Há um rato, o ‘pito’ e outro rato, e esse é um rato com um pau e as raízes e o ‘pito’ do Pedro de novo, nada mais. Ele não pode estar usando um sutiã! Há a pequena haste e o rato de novo e o ‘pito’ do Pedro”.

A autora comenta, a respeito deste protocolo, que o Rorschach agiu como um desencadeador de respostas referentes ao trauma vivido, dando lugar aos Fenômenos Especiais que ela denomina Anulação da Consciência da Interpretação, Respostas Sexuais Diretas e Auto-referência. Isto indica um severo dano psíquico, diminuição do julgamento da realidade e um ego devastado por um trauma longo e repetitivo. A criança projetou no teste aquilo que ela disse que o agressor fez a ela. “Marta fez uma projeção maciça das situações experienciadas, que a invadem, escapam ao seu controle, com incapacidade do seu psiquismo para elaborá-las no momento” (Gravenhorst, 2002, p. 81-82).

Percebemos com este exemplo como em alguns casos o Rorschach é capaz de reconstruir os fatos de maneira material, real, e não apenas de maneira simbolizada. As respostas da criança são altamente denunciadoras e incriminatórias, ela inclusive revela o nome do agressor e os seus atos libidinosos contra ela. Estas memórias (ou

mesmo fragmentos dela) atualizam-se perante os estímulos das pranchas, e o sujeito revive os fatos de forma simbólica ou real (material). Estas memórias se prestam à reconstrução de uma história de vida interior, de fatos vividos e experienciados. Para Gravenhorst (2002) os resultados do Rorschach permitem não somente diagnosticar o abuso como também fazer um prognóstico e a recomendação terapêutica mais adequada para cada caso.

Os exemplos das respostas ao Rorschach fornecidas pelos participantes desta presente pesquisa se encontram na parte dos resultados.

Petrelli (comunicação pessoal, 04 de maio de 2005), reunindo anos de experiência de trabalho com o Rorschach no diagnóstico e na avaliação da personalidade de crianças e adolescentes sexualmente abusados, relata as principais seqüelas deixadas pelo abuso sexual na estrutura de personalidade destas vítimas. Em relação à convivência social, há dissociação entre a inteligência e a afetividade, as crianças/adolescentes tornam-se mais alertas, com a inteligência voltada para a auto-defesa, e a afetividade se empobrece. A capacidade de estabelecer relações afetivas positivas com os outros é abalada; o humano é internalizado de forma negativa, e se constitui em fonte de angústia, há medo das intenções dos outros, insegurança, inibição e temor de envolvimento. Há uma visão negativa e pessimista do mundo, com perda da dimensão lúdica; o lúdico é substituído pelo trágico, a inocência se perde. O sentimento intenso de violação da privacidade afeta profundamente sua auto-estima e auto-percepção. A constituição da identidade psicosexual aparece carregada de ansiedade e angústia.

Infelizmente, não dispomos de muitos estudos e pesquisas realizadas com o Rorschach na avaliação investigativa e clínica das crianças vítimas de abuso sexual, mas podemos notar que diferentes autores o estão usando tanto para avaliar os danos

psíquicos associados ao trauma do abuso quanto para acessar esta experiência, passível de ser captada e desvelada na linguagem simbólica da criança vitimizada.

3. Método

3.1. A Fenomenologia

A Fenomenologia apresenta-se como escola de pensamento filosófico e também como método de pesquisa nas ciências humanas. Edmund Husserl (1859-1938), filósofo tcheco que se radicou na Alemanha, é considerado o pai da Fenomenologia; esta surgiu, portanto, no campo da Filosofia.

A palavra Fenomenologia vem de duas expressões gregas: *phainomenon* (fenômeno), significando aquilo que se mostra por si mesmo, o manifesto, e *logos*, significando discurso esclarecedor; portanto, etimologicamente o termo Fenomenologia quer dizer “discurso esclarecedor a respeito daquilo que se mostra por si mesmo” (Machado, 1997). Significa estudo dos fenômenos, mais precisamente, dos fenômenos que surgem à consciência de quem os percebem, pois o fenômeno não é o objeto em si, independente, fora do sujeito, mas sim o objeto tal qual se apresenta e é percebido na nossa consciência. A Fenomenologia é, portanto, a ciência dos conteúdos de consciência, e sua tarefa consiste em “estudar a significação das vivências da consciência” (Moreira, 2002, p. 65), ou seja, a significação dos fenômenos/vivências/experiências para uma consciência.

Trata-se de explorar esse dado, “a própria coisa” que se percebe, na qual se pensa, da qual se fala, evitando forjar hipóteses, tanto sobre a relação que liga o fenômeno com o ser do qual ele é fenômeno como sobre a relação que o liga ao Eu para quem ele é fenômeno (Lyotard, 1967, p. 9).

A Fenomenologia prega a volta às próprias coisas, ou seja, o retorno ao fenômeno tal como este se mostra à consciência, o retorno ao mundo da experiência, à existência e à vivência original do sujeito, para que se possa “fazer ver a partir de si mesmo aquilo que se manifesta” (Gilles, 1989, p. 94), e assim encontrar a essência

do fenômeno. Como Luijpen (1973) esclarece, nesta volta às próprias coisas e ao mundo vivido, o sujeito existente deve ser conhecido como a mais original experiência do mundo.

Petrelli (2001a) define a Fenomenologia como a ciência descritiva dos objetos, dos eventos e dos fatos da realidade, da forma como estes se apresentam à consciência de quem os experenciam. A Fenomenologia consiste em apresentar as coisas nelas mesmas, como estas se mostram e se revelam por si só; parte da descrição (aparência) dos fenômenos e visa penetrar na essência destes. Como afirma Petrelli (2001a), “fenomenológico é todo procedimento metodológico que, partindo dos fenômenos, nos conduz ao conhecimento das essências” (p.16). Segundo Coppe (2001), o objetivo da Fenomenologia é descrever a essência do fenômeno para compreendê-lo.

Giles (1989) acrescenta que Husserl concebia a Fenomenologia como a ciência que estava em “contato direto com o ser absoluto das coisas. Todavia, já que o absoluto só pode ser o essencial da coisa tal como se apresenta na sua realidade, toda a orientação da fenomenologia consistirá em dirigir o conhecimento para esse essencial” (p. 57).

3.2. O Método Fenomenológico Aplicado à Pesquisa em Psicologia

A Fenomenologia parte do estudo do fenômeno tal como este é percebido e vivido pela subjetividade que experenciou o fenômeno em questão, por esta razão, se diz que a pesquisa fenomenológica é a pesquisa do vivido e dos seus significados (Amatuzzi, 1996, 2003), pois acessa o mundo interno do indivíduo (seu mundo de

significados pessoais) e trabalha com o saber da experiência vivida, explorando o significado desta experiência para a pessoa que a vivenciou. Na pesquisa fenomenológica, é necessário deixar o fenômeno se manifestar por si através do sujeito que o experienciou, pois “as situações que alguém vivencia não têm, apenas, um significado em si mesmas, mas adquirem um sentido, para quem as experiencia” (Forghieri, 1993, p. 57, citado por Moreira, 2002, p. 109).

A experiência contém, implicitamente, além do seu significado, uma estrutura, e esta estrutura também é decisiva quanto ao significado que uma experiência adquire para o indivíduo que a vivenciou; Keen (1979) nos diz que a significação de uma experiência já está, em parte, implícita na própria estrutura e natureza desta experiência, mas outros significados e sentidos de ordem estritamente individual e particular serão acrescentados à experiência pelo indivíduo que a vivenciou.

A Fenomenologia aplicada à Psicologia se configura como uma atitude que possibilita a compreensão do psiquismo humano e a compreensão de como o homem significa a si próprio e ao mundo (Coppe, 2001). O objetivo da Fenomenologia aplicada ao psicodiagnóstico é compreender a experiência da existência do indivíduo na sua particularidade e especificidade (R. Petrelli, comunicação pessoal, 18 de outubro de 2004). O nosso experimentar é um processo de atribuir significados aos acontecimentos, por esta razão, o método fenomenológico focaliza a experiência vivida e sua significação, descrevendo-a na sua particularidade, ou seja, tal qual se apresenta na consciência do sujeito que a expressa através do seu discurso (França, 1989; Keen, 1979). Assim sendo, o método fenomenológico busca a compreensão da experiência vivida.

A psicologia fenomenológica visa a compreensão e o “estudo das relações do homem com/ou no mundo” (Brito, 1984, p. 15, citado por França, 1989, p. 29), e isto

é viabilizado através do estudo das experiências vividas e das significações atribuídas a estas experiências e a estas relações; como complementa Giorgi (1997), a psicologia fenomenológica procura analisar concretamente os significados psicológicos de experiências específicas. Keen afirma que “o mundo é a própria experiência” (1979, p. 85), querendo dizer que é a experiência que vincula o homem ao mundo, e é através dela que o homem e o mundo adquirem uma presença para o outro; Machado (1997) também compartilha esta posição ao afirmar que a Fenomenologia centra-se na análise das experiências que emergem do relacionamento do sujeito com seu mundo. A compreensão da experiência permite a compreensão das relações indivíduo-mundo e a compreensão dos significados e do sentido que o mundo tem para este indivíduo. O mundo, sempre presente e pleno de significação, fornece o contexto dentro do qual experiências significativas emergem. Em síntese, a Fenomenologia procede ao estudo da vida interior que se constrói na relação Eu – Mundo. Mundo, experiência e significação encontram-se entrelaçados no estudo fenomenológico do homem.

A partir da história de vida do indivíduo e das experiências que a constituem, significados próprios sobre os fatos vividos são construídos por este sujeito. O conhecimento destes significados tornará possível, também, a compreensão das relações deste indivíduo com o mundo, com as pessoas. O significado que as crianças abusadas sexualmente construíram sobre este fato, o abuso sexual, permitirá que se compreenda, além de como o próprio abuso sexual foi significado, como estas significam, agora, a si próprias, o mundo à sua volta e o relacionamento com as pessoas.

O indivíduo, com sua consciência dirigida para o mundo (intencionalidade), impregna suas vivências e experiências com significados particulares que passam a

integrar a experiência vivida; por intermédio da intencionalidade, a experiência vincula o homem ao mundo, ou seja, vincula a consciência à existência. “Na relação intencional do homem com o mundo, ou em outras palavras, da consciência com a experiência, é que os significados pessoais vão sendo atribuídos e se incorporando ao próprio experienciar” (França, 1989, p. 32). A tarefa da Fenomenologia será, portanto, “analisar as vivências intencionais da consciência para perceber como aí se produz o sentido dos fenômenos” (Dartigues, 1973, p. 29).

O princípio da intencionalidade diz que a consciência é sempre consciência de alguma coisa, e um objeto, um acontecimento, um fenômeno, só têm significado para a consciência que o percebe e que o vivencia; a Fenomenologia apresenta-se como um método de análise do dinamismo psíquico que atribui significados aos fatos e às experiências (Dartigues, 1973).

A pesquisa em Psicologia que tem como base a metodologia fenomenológica procurará desvelar dimensões da experiência humana que não poderiam ser acessadas a partir de uma abordagem puramente experimental do fenômeno, pois “o psiquismo humano (...) apresenta outros aspectos que não podem ser atingidos diretamente pela observação externa. Tal é o caso da vivência, ou experiência vivida, que só pode ser alcançada, diretamente, pelo próprio sujeito” (Forghieri, 1993, p. 57, citado por Moreira, 2002, p. 109). Esta visão é complementada por Martinez, ao colocar que “as realidades cuja natureza e estrutura peculiar só podem ser captadas a partir do marco de referência interno do sujeito que as vive, exigem ser estudadas por intermédio do método fenomenológico” (1985, p. 179, citado por França, 1989, p. 19).

Para a Fenomenologia, ninguém melhor do que o próprio indivíduo que viveu o fenômeno para nos dizer a respeito dele e da sua experiência com ele, a partir de um

“voltar-se” à sua própria vivência. Neste discurso se manifesta a experiência existencial do sujeito, e a pesquisa fenomenológica buscará na sua fala elementos para a apreensão e compreensão da sua experiência vivida. Para Augras (1998b), a fala do cliente, seja esta um relato espontâneo ou sejam respostas a determinados estímulos (testes), se constitui como o “material básico que fundamenta a compreensão do ‘caso’” (p. 82), e o estudo da linguagem serve de parâmetro para a “avaliação fidedigna do indivíduo dentro do seu mundo” (p. 79).

Amatuzzi (2003) nos diz que a experiência do indivíduo pode ser acessada pelo pesquisador através, por exemplo, de uma pergunta que estimule o indivíduo a falar de um determinado assunto (o assunto pesquisado) a partir da sua própria experiência de vida, e não a partir de teorias ou opiniões sobre o assunto, mas a partir da sua vivência com ele. A pesquisa fenomenológica pretende, através de uma análise objetiva dos dados subjetivos obtidos, explorar os significados da experiência vivida e construir uma compreensão do fenômeno em estudo. Augras (1998b) coloca que a Fenomenologia atende aos requisitos que postulam o reconhecimento da subjetividade e os meios de elaborar uma compreensão objetiva, associando o subjetivismo ao objetivismo. A “Fenomenologia é ciência objetiva (rigorosamente objetiva) da mais pura subjetividade” (Petrelli, 1999, p. 15).

A Fenomenologia procura penetrar na vivência do sujeito que se pretende conhecer e busca captar o seu modo de ser e existir no mundo, o que permite a compreensão da sua existência (Binswanger, 1956, citado por Forghieri, 1984).

3.2.1. A Redução Fenomenológica segundo Rodolfo Petrelli: Método da Pesquisa Fenomenológica

Na análise fenomenológica, o que é colhido num primeiro momento é o que é dito, é a descrição, a aparência do fenômeno. A Fenomenologia pretende, a partir de tal descrição, compreender o fenômeno, ou seja, penetrar na sua essência e apreender o seu significado, e isto é conseguido através da redução fenomenológica, ato compreensivo que opera em três momentos, conforme descreveremos mais adiante (Petrelli, 2001a).

De acordo com Petrelli (2001a), Husserl propôs a redução fenomenológica como meio de se chegar às essências constitutivas e universais de um determinado fenômeno, que eram chamadas por ele de *eidós*. Para Husserl, a Fenomenologia era uma ciência eidética, uma ciência das essências universais. A essência universal de um fenômeno é aquilo que se percebe como invariante ao se analisar as diferentes e diversas aparências e manifestações deste fenômeno.

Petrelli (2001a) afirma que Martin Heidegger (1889-1976), filósofo alemão e discípulo de Husserl, privilegiou, através do método fenomenológico, a busca das essências individuais, das características que particularizam o fenômeno e que o diferencia dos demais fenômenos da mesma ordem.

As duas visões eidéticas (a essência universal de Husserl e a essência singular de Heidegger) devem se complementar no estudo de um fenômeno, garantindo o significado e o valor do fenômeno em estudo e tornando sua compreensão mais significativa (Petrelli, 2001a); para se chegar a estas essências ou *eidós*, opera-se a redução fenomenológica que acontece em três momentos.

O primeiro momento da redução fenomenológica é chamado de redução teórica ou *epoché*, e consiste em suspender, momentaneamente, os pré-conceitos,

as pré-concepções, as teorias, os julgamentos e as expectativas em relação ao fenômeno que está sendo estudado, para que assim se possa ater-se ao dado enquanto tal e descrevê-lo em sua pureza, ou seja, entrar em contato com a sua singularidade que se revela naquele momento. “Temos de deixar de lado todas as teorias, as construções psicológicas, tudo que é simples interpretação e julgamento. Devemos-nos voltar puramente para o que podemos compreender, distinguir e descrever em sua existência real” (Jaspers, 1973, p. 72).

De acordo com Forghieri (1993b, citado por Coppe, 2001), a redução é o recurso que permite chegar ao fenômeno como tal, ou seja, à sua essência, pois permite o retorno às coisas mesmas, o retorno ao mundo da vida antes de qualquer alteração produzida por princípios filosóficos, por preconceitos ou teorias.

Segundo Giorgi (1997), tornar não-influente o conhecimento passado associado com o atual fenômeno permite ao pesquisador estar inteiramente presente diante do fenômeno tal como ele realmente se apresenta. Esta atitude é necessária para que se evite possíveis direcionamentos do olhar sobre o fenômeno, direcionamento estes conscientes ou não.

A *epoché* consiste em uma abertura ao fenômeno enquanto tal, divorciada das nossas idéias antecedentes, para que este possa ser visto, em um primeiro momento, com sua própria significação e estrutura, e, em um segundo e terceiro momentos, nas suas dimensões universais e singulares, respectivamente. Como Jaspers (1973) coloca, é necessário passar “de um estágio em que imaginamos de um modo determinado o psíquico, para uma apreensão direta e despreconcebida do psíquico assim como é em si mesmo” (p. 72). A *epoché* permite nos fazer retornar à experiência conforme ela é experienciada, apreender a experiência vivida conforma é vivenciada (Keen, 1979).

Como Moreira (2002) assinala, a Fenomenologia é uma ciência que parte em direção ao estudo do fenômeno tal qual é vivido por um sujeito, sem pressuposições *a priori*, onde “o único ponto de partida admissível seria a experiência comum, partindo-se dos processos comuns de pensamento e da linguagem comum, sem o auxílio de quaisquer teorias científicas ou filosóficas” (p. 83). A Fenomenologia parte do estudo daquilo que pode ser diretamente acessado e que se encontra antes de todos os pontos de vista, “orienta-se para as próprias coisas, interroga as próprias coisas na sua própria maneira de se lhe oferecerem, deixando de lado os preconceitos que são necessariamente alheios à própria coisa” (Giles, 1989, p. 56).

A Fenomenologia não explica o fenômeno a partir de conceitos prévios, ela o aborda e o interroga diretamente, procurando vê-lo da forma como ele próprio se mostra e buscando captar a sua essência (Martins & Bicudo, 1983, citado por França, 1989).

Não se pode perder de vista que o fenômeno em estudo é a experiência, a vivência de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, e, a respeito disto, Holanda (2003) nos diz que devemos abandonar temporariamente nossas crenças e suposições no que as pessoas sejam num determinado momento para que possamos entrar em contato com a realidade única e singular das suas experiências vividas, a partir das suas perspectivas e não das do pesquisador, para, então, poder colher quais significados foram construídos sobre estas vivências. Augras (1998b) afirma que todo parâmetro externo e toda apreensão *a priori* do fenômeno devem ser relegadas para segundo plano, para que se possa extrair da observação o verdadeiro sentido deste fenômeno, o seu significado, a sua essência.

Este estudo procurou olhar para os seus dados sem categorias de análise *a priori*, sem categorias pré-determinadas, pois estas serão construídas posteriormente,

a partir do que for se revelando fenomenologicamente. Como Bicudo (1997) esclarece, é preciso libertar-se de conceitos prévios que estabeleçam o que é para ser visto, conseqüentemente, o método fenomenológico dispensa hipóteses, pois, como Giorgi (1989, 1997) bem coloca, a abordagem fenomenológica é orientada para a descoberta, e para isto é preciso ter uma atitude aberta ao fenômeno.

O segundo momento da redução fenomenológica caracteriza-se pela busca da essência universal, das estruturas fundamentais dos fenômenos, e para alcançá-las é preciso suspender qualquer elemento individualizante e buscar o que é universal e invariante em um dado fenômeno, em uma certa experiência. Os eventos e fatos pesquisados precisam ser reconhecidos nas suas estruturas universais e imutáveis (Petrelli, 2001a). Estes elementos invariantes constituirão a estrutura geral do vivido, seu sentido ideal ou verdadeiro. Para Moreira (2002), a essência representa aquilo que é característico do fenômeno, sua unidade básica, sem a qual o fenômeno é impensável, deixa de ser o que é, não é mais ele mesmo.

A essência é o significado mais invariante e fundamental, é a identidade constante do fenômeno, ou seja, a essência é constituída por uma característica constante (ou por várias características) que permanece idêntica através das variações individuais (Giles, 1989; Giorgi, 1997). Para se atingir esta essência universal, é necessário remover do fenômeno tudo aquilo que não lhe é essencial, ou seja, tudo aquilo que lhe é dispensável em um dado momento e que não altera a sua natureza, ou seja, que o faz continuar sendo o que é. Os fenômenos que se manifestam mostram, além de um aspecto concreto e individual, um significado essencial, comum e idêntico em todas as individualidades (Luijpen, 1973). Nesta etapa, o pesquisador procura saber “como diferentes pessoas experenciam uma certa condição que é comum a elas” (Gomes, 1998b, p. 31).

Moreira (2002), ao clarificar a aplicação do método fenomenológico à pesquisa, faz a seguinte observação:

o fenômeno é algum tipo de experiência vivida, comum aos diversos participantes, como, por exemplo, haver passado por uma ocorrência traumática, sofrer de um certo mal, ter vivenciado uma dada situação, etc. Os diversos aspectos da experiência, comum a todos os participantes, constituir-se-ão na essência dessa experiência vivida (p. 114).

Neste estudo, este momento se caracteriza pela busca de uma identidade experiencial entre as crianças vitimizadas, ou seja, pela busca de elementos invariantes (significações comuns construídas sobre a experiência de ter sofrido abuso sexual) que emergem da análise do discurso estimulado pelos estímulos projetivos do Psicodiagnóstico Rorschach.

O terceiro momento é o da redução ao *eidós* individualizante, no qual se retém momentaneamente a estrutura geral e universal (da experiência) anteriormente atingida para que dela se manifestem as características individualizantes e singulares de um fenômeno (Petrelli, 2001a). É o momento de se buscar a essência individual, a particularidade da experiência vivida por cada indivíduo, pois há variações no universal de sujeito para sujeito, há variações na maneira como cada um significa uma mesma experiência; embora tenham experienciado o mesmo fenômeno, cada indivíduo, como ser único que é, elaborará suas experiências à sua maneira e dará um significado totalmente particular a ela. Nesta etapa do itinerário redutivo, procura-se observar como a essência universal se particulariza e se expressa na vivência de cada sujeito, qual é a configuração específica e individual que o universal adquire em uma existência particular. No contexto deste trabalho, este é o momento de compreender como cada criança significou o abuso sexual em sua vida.

O método fenomenológico consiste nestes três momentos, que, embora teoricamente distintos, “são simultâneos num único ato de conhecimento e de análise da realidade” (Petrelli, 1999, p. 18).

Petrelli (1999, 2001a) definiu estes três momentos redutivos nos quais se suspende provisoriamente uma parte do fenômeno (primeiramente suspensão das teorias e pré-concepções, depois suspensão dos elementos individualizantes e por último suspensão do elemento universal) como sendo o itinerário metodológico da pesquisa fenomenológica e das investigações psicodiagnósticas. Este modelo proposto por Petrelli se constitui como uma das formas de aplicação do método fenomenológico à pesquisa empírica, e será o modelo adotado nesta pesquisa.

Outras variantes do método fenomenológico surgiram e surgem quando da transposição deste, oriundo do campo filosófico, para a pesquisa empírica. Embora exista um só método fenomenológico, ele admite muitas variantes, e “talvez isso aconteça porque o método fenomenológico é ‘emprestado’ da filosofia de Husserl e, como sabemos, o próprio Husserl não especificou rigorosamente no que consistia o método” (Moreira, 2002, p. 117).

Especificamente, além do já citado método fenomenológico de Petrelli (1999, 2001a), será analisada a contribuição de Giorgi (1989, 1994, 1997) à aplicação do método fenomenológico na pesquisa em ciências humanas, pois a metodologia fenomenológica desenvolvida por este autor complementarará a metodologia adotada. Moreira (2002) afirma que a feição específica que o método fenomenológico adquire na prática da pesquisa depende da área de pesquisa onde será aplicado, podendo variar de autor para autor.

Giorgi (1997) apresenta o método fenomenológico filosófico em três passos: redução, descrição e busca das essências, e afirma que, para se trabalhar a nível

científico e não apenas a nível filosófico, a ordem dos passos deve diferir e ser: descrição, redução e busca das essências. Esse passo descritivo, anterior ao passo redutivo, será acrescentado ao método adotado para melhor compreensão da metodologia fenomenológica de análise dos dados. Segundo Giorgi (1994), o método fenomenológico pesquisa fenômenos humanos (tais como vividos e experienciados), e isto é possível a partir da análise das descrições de experiências dos sujeitos que experienciaram o fenômeno em estudo.

Assim sendo, primeiramente deve-se obter, com os sujeitos que experienciaram o fenômeno em estudo, descrições de suas vivências e experiências com o tema abordado (Giorgi 1989, 1994, 1997). Posteriormente, deve então o pesquisador ser capaz de realizar o primeiro ato da redução fenomenológica, que consiste em suspender todo o conhecimento prévio sobre o fenômeno que é apresentado pela descrição do sujeito para colhê-lo com sua significação própria. Por último Giorgi (1997) busca a essência do fenômeno, sua estrutura, e defende que o objetivo principal da análise científica fenomenológica é alcançar a estrutura essencial do fenômeno (ou seja, sua essência universal) e as múltiplas variações desta estrutura (essências singulares).

Como resultado da junção do método fenomenológico de Petrelli (1999, 2001a) com o de Giorgi (1989, 1994, 1997), que são confluentes e apontam para os mesmos objetivos, o método fenomenológico adotado neste trabalho será caracterizado pela descrição – redução teórica (*epoché*) – busca da essência universal – busca das essências singulares.

3.2.2. Os Quatro Passos Analíticos da Pesquisa Fenomenológica Propostos por Amedeo Giorgi

Uma das maneiras de tornar este método exequível para se alcançar os objetivos propostos acima, é através da operacionalização dos quatro momentos metodológicos propostos por Giorgi (1989, 1994, 1997) para a análise qualitativa dos dados. “O objetivo é a obtenção de ‘unidades de significado’ (ou seja, temas ou essências) contidas nas descrições e reveladoras da estrutura do fenômeno” (Moreira, 2002, p. 123). Após a obtenção das descrições da experiência pelos sujeitos, aplicam-se a estas os seguintes procedimentos, com a atitude de redução teórica perpassando todos estes passos: (a) busca do sentido do todo, (b) discriminação de unidades de significado dentro de uma perspectiva psicológica, focado no fenômeno pesquisado, (c) transformação das expressões cotidianas dos sujeitos numa linguagem psicológica, com ênfase no fenômeno pesquisado, e (d) síntese das transformações das unidades de significado numa declaração consistente da estrutura da experiência.

No primeiro momento (busca do sentido do todo), se faz uma leitura geral de cada descrição para se ter um senso geral do que foi colhido em cada uma das descrições; obtém-se também um sentido geral expresso pelo conjunto das descrições.

No segundo momento (discriminação de unidades de significado dentro de uma perspectiva psicológica, focado no fenômeno pesquisado), divide-se cada descrição em partes (unidades de sentido). Como a Fenomenologia está interessada em significados, a base da divisão em diferentes partes ou unidades é a discriminação de diferentes significados (unidades de sentido) que emergem da análise do discurso dos sujeitos. “As discriminações das unidades de significado são percebidas

diretamente na descrição quando o pesquisador, ao reler o texto, torna-se consciente de uma mudança de significado da situação para o sujeito” (Giorgi, 1994, p. 11). Estas unidades de significado não existem *per se*, mas em relação à perspectiva que interessa ao pesquisador, que, no âmbito desta pesquisa, configura-se como uma perspectiva psicológica, e, mais especificamente, fenomenológica-existencial do Psicodiagnóstico Rorschach. Estas unidades também não são dadas *a priori*, mas emergem do próprio contexto, do próprio discurso, o que é uma característica da pesquisa fenomenológica (orientada para a descoberta). Para descobrir significados, é necessária uma atitude aberta e livre de pré-conceitos.

Uma série de unidades de significado (unidades temáticas) são identificadas, e ainda expressas na própria linguagem do sujeito. Amatuzzi (1996) amplia o sentido do termo unidades de significado, fazendo entender que este se refere não apenas a uma divisão do texto em partes, em unidades, já que o material de análise pode ser outro que não apenas depoimentos verbais. Amatuzzi chama estas unidades de “elementos experienciais”, referindo-se aos elementos de significado vivido que são identificados no material analisado.

No terceiro momento (transformação das expressões cotidianas dos sujeitos numa linguagem psicológica, com ênfase no fenômeno pesquisado), as unidades significativas que foram identificadas e expressas na própria linguagem dos sujeitos na fase anterior são agora transformadas e expressas na linguagem utilizada pela perspectiva adotada. Já que a perspectiva desta pesquisa é psicológica, busca-se o significado psicológico de cada uma das unidades de significado discriminadas, ou, como diz Amatuzzi (1996), busca-se a “explicitação do significado de cada elemento” (p. 8). Para Giorgi (1989), esta fase constitui o âmago do método. O

objetivo é “elucidar os aspectos psicológicos num aprofundamento apropriado à compreensão dos eventos” (Giorgi, 1994, p. 17-18).

As unidades significativas são transformadas na linguagem Rorschach (numa perspectiva fenomenológica-existencial); esta linguagem é formada por um sistema de códigos (sinais) que exprimem o significado da resposta que o sujeito forneceu ao teste, ou seja, exprimem o significado da experiência que o sujeito descreve de forma simbólica no teste. A compreensão do que o sujeito comunica no teste subjaz à codificação Rorschach. Há uma compreensão contida nas transformações das unidades significativas (França, 1989). Analisa-se o discurso para se compreender que significados foram atribuídos às experiências, e assim as unidades de significado identificadas no discurso do indivíduo são transformadas nos códigos Rorschach.

No quarto e último momento (síntese das transformações das unidades de significado numa declaração consistente da estrutura da experiência) se faz “uma descrição consistente das unidades de significado transformadas” (Giorgi, 1989, p. 122), para se determinar quais são verdadeiramente essenciais ao fenômeno. O pesquisador deve “sintetizar e integrar as compreensões contidas nas transformações das unidades significativas numa descrição consistente da estrutura psicológica do evento” (Giorgi, 1994, p. 19); no nosso caso esta descrição refere-se a como as crianças vítimas de abuso sexual vivenciam o humano e a convivência interpessoal. Relatam-se os aspectos essenciais do fenômeno abordado e exprime-se a estrutura geral do fenômeno, ou seja, a estrutura da experiência, do vivido (sua essência). Procura-se determinar quais unidades de significado (já transformadas) são invariantes e verdadeiramente essenciais ao fenômeno, compondo a essência universal, ou seja, a estrutura comum com que este fenômeno se manifesta em diferentes subjetividades. Suspendendo-se esta essência universal, este elemento

comum encontrado nas variadas manifestações do mesmo fenômeno, obtem-se as essências individuais, ou seja, as características do fenômeno que são próprias e particulares a cada indivíduo com uma história e experiência únicas de vida.

Estes quatro momentos metodológicos serão aplicados à análise dos dados fornecidos pelo Psicodiagnóstico Rorschach e utilizados como meio de se chegar à descrição e compreensão da experiência das crianças vítimas de abuso sexual, no que esta experiência possui de universal e generalizável a esta amostra e no que possui de estritamente individual e particular.

3.3. Fenomenologia e Pesquisa Qualitativa

A respeito da Fenomenologia, Turato (2003) afirma que ela tem sido “a principal base filosófica para as metodologias qualitativas atuais” (p. 209). A pesquisa fenomenológica insere-se no contexto das pesquisas qualitativas, pois acessa a experiência vivida e busca o significado desta experiência, que é acessada através da linguagem. De maneira análoga, a pesquisa qualitativa tem como objetivo acessar a experiência vivida e o mundo interno e subjetivo do homem, que é não-observável, não-quantificável e não-acessível pela metodologia quantitativa (Holanda, 2003; Moreira, 2002); por esta razão, o método fenomenológico é adequado para se estudar dados desta natureza.

A pesquisa qualitativa procura compreender e/ou interpretar os significados e os sentidos que os indivíduos atribuem às suas experiências, ou, dito de outra forma, ela quer saber quais os sentidos e significações que um determinado fenômeno tem para os sujeitos da pesquisa. Este tipo de pesquisa busca não a explicação, mas a

compreensão do individual, do específico, do particular que se estuda (Coppe, 2001); a Fenomenologia investiga a experiência não no sentido de explicá-la, mas sim de compreendê-la, ou seja, de “ver o modo peculiar específico, do objeto existir” (Machado, 1997, p. 36). A Fenomenologia e a pesquisa qualitativa estão profundamente entrelaçadas, inclusive “foram os alicerces do pensamento fenomenológico que permitiram a abordagem qualitativa” (Turato, 2003, p. 209).

A investigação fenomenológica “trabalha sempre com o qualitativo, com o que faz sentido para o sujeito, com o fenômeno posto em suspensão, como percebido e manifesto pela linguagem” (Bicudo, 2000, p. 74, citado por Turato, 2003, p. 210). O método fenomenológico está em perfeita sintonia com o tratamento qualitativo que foi empregado na análise dos dados fornecidos pelo Psicodiagnóstico Rorschach. A abordagem fenomenológica dos dados também pode fazer análises quantitativas destes com o intuito de compreender melhor o fenômeno em estudo (e isto foi igualmente realizado nesta pesquisa), porém, esta abordagem não define a natureza do fenômeno pela sua característica quantitativa, numérica, assim como não converte o dado quantitativo na explicação única da realidade (S. P. Ramón, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2004).

Este estudo insere-se na linha qualitativa de trabalho metodológico, porém, serão quantificadas algumas variáveis qualitativas, pois, para a Fenomenologia, os resultados e conclusões de ambas as análises (qualitativa e quantitativa) devem se combinar e se complementar para uma melhor apreensão e entendimento do fenômeno em estudo. A visão quantitativa e a qualitativa operam em sintonia, não de forma excludente ou oposta, mas complementar, pois os dados qualitativos podem ser convertidos em dados quantitativos, e diferenças quantitativas podem desvelar diferenças qualitativas. Num estudo conduzido por Gomes, Reck, Bianchi e Ganzo

(1993, citado por Gomes, 1998a), mostrou-se “como quantificantes são importantes para indicar e calcular a magnitude de recorrências temáticas. Em contraste, apresentou-se como qualificantes esclarecem resultados quantitativos, oferecendo condições mais rigorosas para a interpretação de achados” (p. 14). A exemplo deste estudo, nesta pesquisa também foi usado indicadores quantitativos e descritores qualitativos para uma melhor compreensão dos dados.

Não podemos dizer que ambos os métodos não se complementariam na prática: enquanto os métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparável entre si, os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser (Haguette, 1995, citado por Turato, 2003, p. 145).

O método fenomenológico, a abordagem qualitativa e o Psicodiagnóstico Rorschach estão em perfeita sintonia, pois ambos compartilham pontos em comum: trabalham com o discurso e, através deste, penetram no mundo interior, na subjetividade, no mundo da experiência de um sujeito; defendem a possibilidade de estudo de um fenômeno através do indivíduo que experienciou uma determinada situação; procuram conhecer e compreender os significados que os indivíduos atribuem às suas experiências.

A análise qualitativa propiciará a compreensão do indivíduo em si, a visão particular deste sujeito, a compreensão profunda da sua história de vida e da sua estrutura individual. Este tipo de análise é chamada de compreensão idiográfica ou ideográfica (*idio* = particular). Outro tipo de análise também pode ser feita a partir dos dados do Psicodiagnóstico Rorschach. Vários estudos anteriores feitos desde a criação do teste estabeleceram medidas e médias para comparação das respostas do indivíduo em estudo com o que é considerado normal, padrão. Os dados obtidos podem ser quantitativamente analisados, comparando-se os resultados das médias calculadas do indivíduo em questão com as médias-padrão, permitindo a apreciação

deste indivíduo não mais em “si mesmo”, como na interpretação idiográfica, mas em relação ao grupo. Esta forma de análise (numérica, quantitativa e padronizada), é denominada compreensão normotética ou nomotética (*normo* = lei) (R. Petrelli, comunicação pessoal, 18 de outubro de 2004).

A análise nomotética na pesquisa qualitativa indica um movimento de passagem do nível individual para o geral, ou seja, move-se do aspecto psicológico individual para o psicológico geral da manifestação do fenômeno. . . . Esta direcionalidade para a generalidade é obtida pelo pesquisador ao articular as relações das estruturas individuais entre si (Machado, 1997, p. 42).

O Psicodiagnóstico Rorschach é capaz, portanto, de fornecer dados para uma análise qualitativa, que propicia o entendimento particular do indivíduo em questão (momento idiográfico), como é capaz também de fornecer dados para uma análise quantitativa, que propicia a visão do indivíduo em relação ao grupo-padrão, permitindo, assim, saber se este se encontra dentro do que é esperado, do que é mais freqüente para, por exemplo, sua idade (momento normotético).

Nesta ocasião também é possível notar pontos em comum entre as análises idiográfica e normotética do Psicodiagnóstico Rorschach e o segundo e terceiro momentos da redução fenomenológica como proposta por Petrelli (2001a).

O segundo momento da redução fenomenológica propõe a busca das essências universais, de uma característica invariante em, por exemplo, uma experiência pela qual várias pessoas passaram. Procura identificar as convergências que passarão a caracterizar a estrutura geral do vivido, busca uma estrutura em comum dentre uma experiência vivenciada por vários indivíduos. É possível fazer um paralelo entre este momento de busca da essência universal e o momento normotético, pois ambos intencionam identificar uma estrutura invariante na experiência, que formarão a estrutura normotética ou grupal.

O terceiro momento da redução fenomenológica, caracterizado pela busca das essências individuais e da particularidade da experiência vivida por um sujeito, pode ser relacionado com o momento idiográfico, pois este procura compreender a subjetividade em si, a particularidade da experiência de um indivíduo, pois este é único e dono de uma experiência de vida única, irrepetível. Buscam-se as divergências que irão caracterizar a maneira particular como cada um reage e significa uma determinada experiência.

Por meio destas análises, a universal e a singular, a normotética e a idiográfica, chega-se à estrutura geral de uma experiência vivida por um grupo de indivíduos e aos elementos comuns desta experiência, como também se alcança as estruturas individuais e seus significados particulares.

3.4. A Inter e a Transdisciplinariedade como Exigências Ética, Epistemológica e Metodológica da Fenomenologia

Um dos objetivos a que se propõe a Fenomenologia é a administração da relação do saber com o seu objeto de estudo, pois para esta ciência é o próprio objeto e sua posição ontológica que deve determinar sua própria epistemologia e metodologia, ou seja, estas devem se adequar à natureza do objeto. Nas ciências de uma maneira geral, dependendo do pressuposto epistemológico assumido, haverá uma prática correspondente para a busca do conhecimento, fundada basicamente em princípios idealistas ou materialistas. A Fenomenologia surgiu “procurando ultrapassar os dualismos do idealismo e do realismo, do formalismo e do existencialismo vivencial” (Capalbo, 1973, p. 31). A Fenomenologia não surgiu como uma outra alternativa epistemológica ao idealismo e ao materialismo, mas

como gestora destes dois momentos que devem se adequar às exigências do objeto estudado. “O ‘objeto’ reivindica a sua própria ‘episteme’. O observador deve aceitá-la.... Quem dita o método é o objeto, é o fato, é a natureza dos dados: a realidade!” (Petrelli, 1999, p. 19).

De acordo com Petrelli (2001a), o método da Fenomenologia (a redução fenomenológica com seus três momentos redutivos) “deveria ser o ponto de partida para que cada área de conhecimento o adapte às suas próprias exigências, obedecendo à natureza específica dos seus objetos de estudo: a cada região de realidade, a sua própria episteme!” (p. 10), pois para “cada objeto de estudo, é necessário um específico ato penetrante da inteligência” (p. 30). Segundo Capalbo (1973), a Fenomenologia “não possui uma ortodoxia. Ela se questiona constantemente, ela se diversifica, mas fundamentalmente tenta conservar a unidade da sua atitude metodológica, que pode ser aplicada nos diferentes setores do conhecimento” (p. 35).

Petrelli (comunicação pessoal, 18 de outubro de 2004) afirma que esta era a posição defendida por Husserl: para cada região ontológica dos eventos, fatos e objetos, deve haver uma específica penetração epistemológica-metodológica, ou seja, para cada região de significado é necessária uma ordem, um sistema de conhecimento que respeite a especificidade do fato e colha-o em sua significação. Não são os fatos que têm que se reduzir ao esquema epistemológico-metodológico do pesquisador, mas é o pesquisador que deve se sintonizar com a essência do próprio objeto ou fato. A Fenomenologia prega uma epistemologia diversificada e adequada à natureza constitutiva do objeto, neste sentido, “a Fenomenologia é um corretivo das patologias da epistemologia” (Petrelli, 2001a, p. 11).

A Fenomenologia administra as ciências que circundam um objeto, porque Husserl exigiu que para cada objeto deveria haver um olhar epistemológico específico; como existem objetos complexos, deve haver a confluência de vários olhares científicos para poder colher o fenômeno em toda a sua complexidade e riqueza (R. Petrelli, comunicação pessoal, 18 de outubro de 2004).

A Fenomenologia, portanto, surgiu como uma tentativa de colocar ordem nas epistemologias e de coordenar o debate inter e transdisciplinar, pois reconhece que cada objeto possui várias dimensões de significado que podem ser colhidas por diferentes sistemas de saberes. Ela é a ciência que “pretende buscar a realidade, penetrando e desvelando a autenticidade dessa realidade: ‘o em si’ da realidade e seus diferenciados significados” (Petrelli, 1999, p. 69). A Fenomenologia tem presente todas estas dimensões ao avaliar um fenômeno, pregando o respeito às suas diversas significações; administra a inter e a transdisciplinariedade, sempre obedecendo às exigências do próprio objeto de estudo, pois cada um exige determinados saberes e determinado método de estudo e investigação. (R. Petrelli, comunicação pessoal, 05 de abril de 2005).

A Fenomenologia disciplina, organiza e administra os saberes em relação a um evento; eventos humanos são sistemas complexos e não podem ser reduzidos a apenas um saber e a um sistema de interpretação; em cada momento o evento exige um tipo de olhar. “O método fenomenológico propõe caminhos para a compreensão, visando respeitar a complexidade do real e encontrar o sentido dentro do próprio fenômeno” (Augras, 1998b, p. 16).

O fenômeno estudado se dá a conhecer cada vez mais na medida em que mudarmos a perspectiva, gerando novos aprofundamentos e apreciamentos; fechar o fenômeno numa única definição é destituí-lo da riqueza dos múltiplos sentidos nele

contidos. A Fenomenologia, ao defender uma posição antidogmática, reconhece a inesgotabilidade de sentidos do fenômeno; é neste ponto que se encontra a fundamentação da interdisciplinaridade. Antes de tudo, porém, o pesquisador deve ter em mente quais são as perspectivas mais relevantes na abordagem do fenômeno (França, 1989).

De acordo com Petrelli (comunicação pessoal, 18 de outubro de 2004), cada objeto pode ser situado em uma ou mais regiões ontológicas de significado, desta forma, o abuso sexual e sua repercussão na personalidade e nas representações dos humanos e dos relacionamentos das crianças-vítimas, remontam a saberes antropológicos, históricos, psicanalíticos, de psicologia da personalidade, de psicologia social, de psicologia clínica, de psicologia forense, de psicologia evolutiva, de psicopatologia e de tantos outros quanto forem necessários para a compreensão deste evento. O abuso sexual é um evento complexo que exige vários olhares que não se excluem mutuamente, mas que se combinam compreensivamente. A inter e a transdisciplinariedade já está posta pela própria complexidade dos eventos humanos. A Fenomenologia administra as epistemologias e as diferenciadas leituras sobre o fato para chegar à sua compreensão; ela não é uma alternativa interpretativa, mas sim uma gestora que coordena as diferentes interpretações de acordo com as exigências, dimensões e natureza do objeto, articulando estes vários momentos interpretativos do evento em um único ato compreensivo. Gomes (1998a) vê na Fenomenologia “um instrumento de diálogo com diferentes tendências do pensamento psicológico contemporâneo” (p. 14).

Ela nos faz abandonar uma visão dogmática e absoluta, por reconhecer que tal visão é uma entre outras possíveis. Ela nos faz adotar um certo relativismo de perspectivas várias, que confluem para a compreensão da realidade e da verdade, mas que são sempre dependentes da posição e da situação em que estamos inseridos, quer do ponto de vista da percepção, do meio social ou

intelectual, do meio sócio-cultural, histórico ou religioso (Capalbo, 1973, p. 35).

Os fatos devem ser postos em seu devido lugar ontológico de significância, e, “em cada um, os fatos se iluminam de um significado próprio. A Fenomenologia recolhe todos esses significados em um único ato compreensivo e em um único e ponderado juízo” (Petrelli, 2001a, p. 37). A compreensão fenomenológica abrange todas as interpretações e as múltiplas significações do fato, integra a essência universal do fato com sua essência singular, combina dados quantitativos e normotéticos com dados qualitativos e idiográficos, no intuito de chegar a uma extensa e profunda compreensão da dimensão existencial da experiência.

3.5. Objetivos

Esta pesquisa estabeleceu como objetivo geral compreender, através de uma leitura qualitativa fenomenológica-existencial das respostas de conteúdo animal e humano no Psicodiagnóstico Rorschach, como as crianças vítimas de abuso sexual representam e vivenciam as pessoas e a convivência interpessoal. Os objetivos específicos configuraram-se em torno dos seguintes propósitos: descrever qual fenomenologia do animal e do humano foi mais frequentemente percebida pelas crianças; avaliar a gravidade do dano psíquico causado a elas (no que diz respeito aos danos causados à convivência interpessoal); e apresentar uma proposta de refinamento da codificação dos conteúdos Rorschach, de modo a adequá-la à analítica existencial.

3.6. Procedimento

Primeiramente, a mestranda entrou em contato com a psicóloga do CEPAJ responsável pela realização da avaliação psicológica pericial com crianças suspeitas de terem sido vítimas de abuso sexual. Neste contato, pediu-se a esta psicóloga que disponibilizasse, para esta pesquisa, dez testes de Rorschach, já aplicados, que se encontravam no banco de dados desta instituição. A amostra foi selecionada com base nos seguintes critérios: a) os testes deveriam ser de crianças de ambos os sexos, cuja avaliação psicológica realizou-se quando estas tinham, no máximo, 12 anos de idade, e na qual a suspeita de abuso sexual foi confirmada pelo teste; e b) os testes de Rorschach deveriam ter sido aplicados a partir do ano de 2002, pois estes já se encontravam organizados nos arquivos desta instituição e dispunham de alguns dados básicos sobre a criança, como a entrevista de anamnese, o grau de parentesco ou de conhecimento que havia entre a vítima e o agressor, e o boletim de ocorrência registrado na delegacia, que permitia ter acesso aos detalhes do ato criminoso (como o tipo de abuso sexual sofrido pela criança, por exemplo).

Dez testes foram então escolhidos; posteriormente, este número foi diminuído para oito testes (numa escolha aleatória) em função da extensa análise qualitativa individual que seria feita com o Rorschach de cada participante.

As respostas ao teste foram novamente cotadas, conjuntamente, pela mestranda e pelo supervisor, com base nas categorias de análise de conteúdo propostas pelos mesmos para esta pesquisa.

3.7. Participantes

Os participantes desta pesquisa foram oito crianças vítimas de abuso sexual (6 meninas e 2 meninos), cujos testes de Rorschach encontravam-se depositados no banco de dados do CEP AJ. A tabela 1 mostra o sexo de cada criança, a idade que tinha na época do abuso e a idade que tinha quando a avaliação psicológica foi realizada; a tabela 2 mostra o grau de parentesco ou de relação que havia entre a criança e o agressor, e o tipo de abuso sexual que cada uma sofreu.

Tabela 1

Características dos Participantes da Pesquisa

Participantes	Sexo	Idade na época do abuso	Idade na época da avaliação
S1	F	4	4
S2	F	11	11
S3	F	7	8
S4	M	6	7
S5	M	4	5
S6	F	8	8
S7	F	7	8
S8	F	5	6

Tabela 2

Grau de Parentesco entre a Vítima e o Agressor e Tipo de Abuso Sexual

Participantes	Agressor	Tipo de abuso sexual
S1	Avô	Atentado violento ao pudor
S2	Avô	Atentado violento ao pudor
S3	Avô	Atentado violento ao pudor
S4	Vigilante (estranho)	Atentado violento ao pudor
S5	Dois monitores da creche	Atentado violento ao pudor
S6	Padrasto	Atentado violento ao pudor
S7	Primo	Atentado violento ao pudor
S8	Avô	Atentado violento ao pudor

3.8. Instrumento

O Psicodiagnóstico Rorschach foi criado pelo psiquiatra e psicanalista suíço Hermann Rorschach (1884 – 1922) e foi publicado em 1921, sendo, desde então, alvo de diversos estudos e pesquisas que visam aprimorar cada vez mais este instrumento psicodiagnóstico. O Psicodiagnóstico Rorschach é um teste projetivo de personalidade que consiste em dez pranchas com manchas de tinta, cinco das quais são acromáticas e cinco cromáticas (duas em vermelho e preto e três policromáticas).

Estas manchas estão distribuídas simetricamente pela prancha e são ambíguas e pouco estruturadas, não havendo nenhuma definição *a priori* do que tais manchas poderiam representar; como diz Vaz (1980), as manchas são difusas e sem organização concreta em termos conceituais. O examinador pede ao sujeito que diga o que vê em cada uma das pranchas, e cada sujeito terá uma visão própria e particular do que tais manchas poderiam ser, pois entrará em ação o mecanismo da projeção, através do qual o indivíduo projeta nos estímulos externos seu mundo interior, suas características de personalidade, seus sentimentos e suas experiências passadas, dito de outra forma, ele projeta a si mesmo, assim, pode-se avaliar a sua personalidade. Como cada indivíduo é um ser único, com uma história de vida única que imprimiu nele características únicas e particulares de personalidade, cada pessoa terá uma visão própria do que tais manchas (estímulos projetivos) poderiam ser.

Os testes projetivos constituem uma forma de linguagem que fornece informações sobre as representações que as pessoas fazem do mundo, de si mesmas e das suas experiências de vida (Silva, 1981). Para Anzieu (1984), os testes projetivos, como o Psicodiagnóstico Rorschach, “levam o sujeito a produzir um protocolo de respostas de tal modo que a estrutura do mesmo corresponde à estrutura da sua

personalidade” (p. 18).

Como os estímulos das pranchas (as manchas de tinta) são ambíguos, podendo ser e significar várias coisas, caberá ao sujeito examinado definir o que está à espera de definição e nomeação, e, ao estruturar ativamente e espontaneamente este campo não-estruturado, ele revela a composição da sua própria personalidade, pois é a organização da sua personalidade que estruturará a percepção das manchas (Anzieu, 1984; Augras, 1998a). Diante de um campo o menos estruturado possível, o indivíduo atribuirá a esse campo as suas próprias pulsões, desejos, sentimentos e intenções, e toda a sua conduta será símbolo da estrutura da sua personalidade (Morali-Daninos, 1962, citado por Augras, 1998a). Em relação a tal comportamento projetivo do sujeito, Landisberg (1991) acrescenta:

Ao responder ao Rorschach, o sujeito está limitado à sua interpretação do que vê num campo visual circunscrito. Admite-se que seus padrões visuais mnemônicos e emotivo-associativos irão determinar sua seleção de áreas da mancha de tinta e a construção e o conteúdo de suas respostas. O que projeta e a maneira pela qual projeta surgem de suas experiências, necessidades e desejos psicológicos (p. 464).

O Psicodiagnóstico Rorschach evoca expressões menos conscientes e menos controladas da personalidade do indivíduo; lembrando o que já foi dito, as respostas simbólicas fornecidas aos testes projetivos não podem ser manipuladas de forma consciente e intencional pelo examinando, por isto elas comunicam fatos reais; é uma linguagem verdadeira e não manipulada. O discurso da criança pode ser manipulado a nível consciente, para que ela responda da forma que melhor interesse às partes envolvidas no processo criminal, mas a nível inconsciente é difícil que esta expressão possa ser controlada e manipulada, portanto, a verdade pode ser revelada de forma simbólica no discurso Rorschach (R. Petrelli, comunicação pessoal, 15 de março de 2005).

Os desenhos que a criança realiza, as histórias que conta e as brincadeiras com

bonecos permitem a ela que projete neles suas experiências de vida e seus sentimentos, porém de forma mais controlada e mais consciente do que com o Rorschach, pois são estímulos que, apesar de provocar uma certa distância dos fatos ocorridos, alguns ainda são muito próximos da existência humana (bonecos da figura humana, por exemplo). Assim como o “desenho da pessoa evoca fatores de controle mais conscientes do que os conceitos mais impessoais da casa e da árvore” (Landisberg, 1991, p. 468), assim também o Psicodiagnóstico Rorschach é um teste que estimula um tipo de discurso menos controlado pela consciência, e, portanto, mais revelador da verdade interior do sujeito, pois, como dito, os estímulos são manchas ambíguas que *a priori* não são coisa alguma, estando, portanto, distantes de algo que é conhecido e que pode ser controlado conscientemente pelo indivíduo. Ao nomear o que vê em cada prancha, o indivíduo não está consciente de quais aspectos está revelando de si no teste.

O Psicodiagnóstico Rorschach é um instrumento universal de avaliação da personalidade por ser um teste intercultural, aplicável em indivíduos de qualquer cultura, idade, sexo, condição sócio-econômica, etc. O teste “revela a organização básica da estrutura da personalidade, incluindo características da afetividade, sensualidade, vida interior, recursos mentais, energia psíquica e traços gerais e particulares do estado intelectual do indivíduo” (Adrados, 2000, p. 5). Avalia a estrutura e a dinâmica do funcionamento psíquico, e registra de forma simbólica eventos de uma história de vida.

Para Traubenberg e Boizou (1999), o Psicodiagnóstico Rorschach “faz apelo a uma atividade perceptiva visual, atividade constante e imperceptivelmente orientada, desviada, enriquecida ou alterada pela vivência, a problemática ou a fantasmática, vivência que, no caso da criança, se exprime muito amplamente” (p. 21).

O psicólogo encarregado de realizar a avaliação psicológica da criança suspeita de ter sido vítima de abuso sexual dirigirá sua atenção para a análise da linguagem e do discurso simbólico da criança, revelado pelo conteúdo do teste, pois tudo o que está na linguagem está na experiência. Um nome, uma expressão, um símbolo, uma metáfora são expressivos de uma história de vida. É possível também proceder ao exame de indicadores da situação psíquica da criança, procurando sinais que indiquem desconfortos, déficits, danos e patologias, assim como também potencialidades e recursos atuais e latentes do psiquismo.

Para Chabert (2004), o Rorschach caracteriza-se simultaneamente pela ambigüidade e pela qualidade indutora de associações específicas, de solicitações simbólicas. Cada uma das dez pranchas do teste possui um significado simbólico que estimula associações referentes à temática simbólica da prancha. O Rorschach evoca fragmentos de memória ligados aos diferentes temas que cada prancha suscita, despertando no indivíduo o mesmo tipo de sentimento e de reação que este tem em situações da vida real semelhantes às propostas pelas pranchas (R. Petrelli, comunicação pessoal, 04 de maio de 2005). As respostas dadas a cada prancha (o discurso do sujeito com o conteúdo simbólico que comunica) são analisadas de acordo com o simbolismo evocativo da prancha. A interpretação do simbolismo do conteúdo, na sua relação com o simbolismo da prancha, segundo Augras (1998a), enriquece a compreensão da subjetividade do indivíduo.

Como a interpretação da linguagem e do simbolismo dos conteúdos verbalizados é feita em relação ao simbolismo de cada prancha do teste, serão feitas agora algumas considerações sobre os estímulos simbólicos específicos das pranchas.

Barison e Tognazzo (1982) definem de modo original e singular a

especificidade do Psicodiagnóstico Rorschach, vendo-o como um “teatro” dos fenômenos da existência, no qual se desvelam e se desenrolam eventos de uma história de vida. Cada prancha do Rorschach revive uma situação da relação eu - mundo, cada uma delas tem a capacidade de mobilizar diferentes temáticas que se identificam com a experiência arquetípica e universal da humanidade, ou seja, as pranchas mobilizam temáticas que dizem respeito à existência humana, às experiências pelas quais a humanidade passou, comuns a todos os povos e culturas. Segundo Piotrowski (1971, em McCully, 1980), as experiências arquetípicas são experiências primárias vividas por todos os indivíduos em alguma época da vida, por isto, os arquétipos revelam os problemas básicos da existência humana. A fonte dos arquétipos são experiências coletivas e vitais que constituem a essência da experiência humana acumulada. Os arquétipos são “supra-individuais ou coletivos, isto é, são partilhados de forma semelhante por muitas pessoas a despeito das numerosas diferenças existentes entre os indivíduos de um grupo” (Piotrowski, 1971, em McCully, 1980, p.12).

Das dez pranchas que compõem o teste, três delas são de fundamental importância para a avaliação pericial da criança abusada, em função do simbolismo que evocam: II (traumas), a IV (figura masculina, paterna) e a VI (sexualidade), o que não exclui, de maneira alguma, a necessidade e a importância do estudo global do teste, que fornecem outros elementos importantes para a compreensão do caso e do funcionamento psíquico da criança.

Dessa forma, cada prancha, com sua estrutura e significado próprio, é capaz de estimular determinadas dinâmicas e temáticas no indivíduo; cada prancha possui a capacidade de ativar uma fonte arquetípica da experiência humana (McCully, 1980). As pranchas I, IV, V, VI e VII são acromáticas (em preto, branco e cinza); as

pranchas II e III são também acromáticas, mas contêm alguns detalhes vermelhos que estimulam a emergência de afetos fortes em forma de respostas pulsionais (libidinais ou agressivas); as pranchas VIII, IX e X são policromáticas, formadas por tons pastéis, que estimulam a afetividade mais socializada do sujeito e experiências de prazer e desprazer ligadas aos contatos iniciais do sujeito com seu meio social (Chabert, 2004). Assim, temos as seguintes pranchas com seus respectivos significados simbólicos, explorados por diversos autores (Anzieu, 1984; Augras, 1998a; Chabert, 2004; McCully, 1980; Mucchielli, 1968; Petrelli, no prelo; Traubenberg, 1998; Traubenberg & Boizou, 1999; Vaz, 1980).

1. Prancha I: por ser a primeira, faz o sujeito reviver a experiência de um primeiro contato com uma situação nova, com um objeto desconhecido, e revela os recursos e as maneiras com que o indivíduo enfrenta tal situação, pondo em jogo a sua capacidade de adaptação. Esta prancha também está relacionada com a maternidade, pois evoca as relações com os primeiros objetos, os primeiros contatos mãe-filho em seus aspectos positivos ou negativos. Em mulheres, esta prancha é capaz de fornecer informações acerca da sua aceitação ou não do papel feminino.

2. Prancha II: representa, de maneira geral, ameaça, e mobiliza experiências dramáticas e traumáticas vividas. Revela se as experiências de uma pessoa na infância foram dirigidas pelo trágico ou pelo lúdico; a personalidade traumática desvela-se nesta prancha. Segundo Petrelli (no prelo), esta prancha revela se a pessoa vivenciou situações de violência e se tem estrutura e recursos psíquicos para reverter o impacto destas experiências; mobiliza três arquétipos de traumas: trauma da violência e da agressão à

corporalidade (como, por exemplo, mutilações, espancamentos e estupro); trauma gerado por experiências de perda, abandono e luto; e trauma por culpa e por violação à integridade, à imagem e à honra do Eu. Seus detalhes em vermelho podem evocar nas meninas projeção de preocupações relativas à sua sexualidade; o detalhe vermelho inferior geralmente relaciona-se a agressões sexuais (Petrelli, no prelo). Esta prancha pode solicitar, nos meninos, a angústia de castração. “O indivíduo revive, nela, alguns dos principais conflitos de sua infância” (Anzieu, 1984, p. 112).

3. Prancha III: prancha das relações humanas; revela como está estruturada a identidade do indivíduo, como este se representa face a seu semelhante e como o outro é reconhecido como pessoa humana; desperta o ego e o alterego. O tipo de relação procurada e estabelecida junto ao outro também pode ser expressa. Revela também o nível de energia disponível para um projeto de vida.

4. Prancha IV: relaciona-se com o arquétipo paterno e com o arquétipo masculino, da autoridade, do poder, da força. Inclusive, é devido ao seu impacto de poder e força que esta possui qualidades masculinas (McCully, 1980). Relaciona-se com o simbolismo fálico. Pode representar tanto a figura paterna como a figura masculina, ou figuras em posição de autoridade. As respostas a esta prancha decorrerão do tipo de relação estabelecida com esta imagem que tem força de lei e poder. Pessoas com dificuldades de relacionamento com a figura paterna, masculina ou de autoridade revelam nesta prancha sentimentos de angústia, medo, ansiedade e bloqueio afetivo (Petrelli, no prelo).

5. Prancha V: expressa o próprio ego do indivíduo; relaciona-se com a representação de si: sua imagem corporal, seu auto-conceito, sua identidade. Avalia a integridade psíquica do indivíduo ou a presença de indícios de desintegração e dissociação psíquica; por esta razão, esta prancha também é representativa da adaptação do indivíduo à realidade, em outras palavras, é a prancha do teste de realidade.

6. Prancha VI: Evoca o simbolismo sexual, pois possui detalhes que sugerem o falo e a genitália feminina; a recusa desta prancha ou a supressão destes detalhes evoca dificuldades nesta área. Refere-se à sexualidade e a como esta é experienciada e integrada à personalidade e à identidade do indivíduo, como este a administra perante o outro. Convida o indivíduo a definir-se diante da própria genitalidade e sexualidade. Revela se a experiência da sexualidade traz ao indivíduo alegria, prazer e satisfação ou se, pelo contrário, é fonte de ansiedade e medo, provocadora de traumas, conflitos e perturbações que dificultam o encontro no amor e na intimidade com o outro (Petrelli, no prelo). Segundo Mucchielli (1968, p. 115), o modelo situacional oferecido por esta prancha permite avaliar “as reações do sujeito ao apelo sexual (ou simplesmente erótico) e a representação *a priori* que ele tem dessas relações e dele mesmo em tais situações”, o que leva a conhecer “as significações pessoais que ele dá a esta relação”.

7. Prancha VII: representa a relação materna na estruturação básica da personalidade e os primeiros contatos mãe-bebê (olho no olho), por isto, desperta associações relativas às modalidades de relação com a figura materna. Possui simbolismo feminino. Evoca a capacidade de estar junto,

intimamente, em uma relação interpessoal (eu em relação ao tu). Dificuldades nesta prancha podem estar relacionadas com problemas de convivência com figuras do sexo feminino ou com a figura materna, despertando, em relação a esta, complexo de abandono, insegurança, sentimentos de carência e vazio.

8. Prancha VIII: pode representar o mundo externo e despertar reações afetivas de natureza psicossocial, potencialidades de sociabilidade e de convivência com os outros no nível dos sentimentos. Representa os contatos afetivos com o meio exterior. Pode evocar representações do interior do corpo, associados a temas de fragmentação ou destruição.

9. Prancha IX: evoca lembranças maternas precoces, inclusive pré-natais. Estimula a afetividade íntima, primária e profunda, e a intimidade ligada à mãe. Nesta prancha projetam-se as configurações emocionais moldadas nas relações primárias com a mãe. Solicita uma abertura mais profunda ao outro, na qual o sujeito tem que exprimir os seus sentimentos íntimos através de uma relação interpessoal ou social. Pode representar o próprio examinando e seus problemas existenciais atuais.

10. Prancha X: revela a capacidade do indivíduo de enfrentar a realidade do mundo, múltipla e variada, mantendo a unidade e a integridade do eu. Mede também a capacidade produtiva do indivíduo. Pode despertar no indivíduo angústia diante da possibilidade de aniquilamento e fragmentação psíquica.

Hermann Rorschach (1978) estabeleceu que fosse atribuído a cada resposta do sujeito um código que exprimisse a localização da resposta na mancha, o determinante que a produziu e o conteúdo que foi visto. Cada resposta recebe,

portanto, três códigos, cada um relativo a uma destas três características; ao longo do desenvolvimento que o teste tem sofrido desde o falecimento do seu criador, outras subcategorias de análise dentro destas três categorias principais foram incluídas. As respostas também podem ganhar um quarto código adicional, que indica se ela é uma resposta popular (banal, vulgar), ou seja, vista frequentemente pela grande maioria das pessoas. De acordo com a classificação das respostas segundo o sistema da Escola Francesa do Rorschach (Anzieu, 1984; Loosli-Usteri, 1965), estas podem ser, quanto à sua localização, globais (*G*), de detalhe (*D*), de pequeno detalhe (*Dd*) e no espaço em branco (*Dbl*), com combinações entre estes três tipos básicos de localização da resposta na mancha. O determinante que produziu a resposta pode ter sido unicamente a forma da mancha (*F*); ou pode ter sido a impressão de movimento que esta suscitou, que se subdivide em movimento humano (*K*), humano parcial (*kp*), movimento animal (*kan*) e movimento de objeto (*kob*); a resposta pode também ter sido determinada pela cor cromática da mancha (*C*); ou mesmo pela cor negra dos estímulos (*Clob*) ou pelo seu esfumado, ou seja, pelas nuances da cor negra (*E*). O conteúdo visto é o que possui mais subcategorias, visto a ampla possibilidade de o indivíduo ver nas manchas qualquer espécie de coisas. Os conteúdos mais frequentemente vistos são: humano (*H*), animal (*A*), natureza (*Nat*), plantas (*Pl*), objetos (*Obj*), respostas sexuais (*Sex*), respostas anatômicas (*Anat*), nuvens (*Nuv*), sangue (*Sg*), fogo (*Fg*), respostas geográficas (*Geog*) e arquitetura (*Arq*), dentre outros que podem aparecer.

A Escola Francesa do Rorschach foi a escolhida pois seus pressupostos de interpretação das respostas privilegiam a análise qualitativa, porém sem negligenciar os aspectos quantitativos. É a escola de interpretação do Rorschach que está mais próxima à Fenomenologia (método escolhido para guiar a interpretação qualitativa

das respostas), pois procede ao estudo aprofundado da experiência subjetiva, do mundo interno do sujeito, preocupando-se com os dados da experiência vivida (R. Petrelli, comunicação pessoal, 22 de julho de 2004).

Esta pesquisa se limitará a trabalhar com a análise temática do conteúdo, ou seja, com a análise do que cada criança diz que viu nas manchas, especificamente com o conteúdo humano e com o conteúdo animal em uma dimensão qualitativa, ou seja, explorando os significados e as qualidades atribuídos a estes conteúdos. As categorias de movimento humano e animal também serão analisadas, entendidas aqui como características intrínsecas ao conteúdo e constituintes da qualidade da ação e da relação atribuída aos personagens humanos e animais percebidos.

Para Orr (1958), as pranchas do Rorschach têm o poder de “evocar e representar para os sujeitos o mundo ambiente em miniatura, no qual projetam suas imagens interiores nas formas simbólicas que acreditam realmente perceber”, podendo então o indivíduo “ver a si mesmo dentro do conteúdo do Rorschach; ele constrói sua ‘imagem psíquica’ por meio de símbolos” (p. 10). Prossegue a autora com seu curso de pensamento:

nós sustentamos que, da mesma forma que o sujeito pode perceber a imagem de seu corpo refletida num espelho, pode-se ver sua “imagem psíquica” no conteúdo do Rorschach, quer dizer, suas identificações e relações de objetos, seu estado de socialização e sua capacidade de tomada de consciência e de auto-conhecimento. O conteúdo é uma totalidade, um auto-retrato psíquico em miniatura, construído através dos símbolos (p. 10).

Orr (1958) concebe a estrutura do psiquismo com um campo de forças e de tensões que formam uma unidade, uma totalidade, passível de ser reproduzida em miniatura no Rorschach, tanto pelo lado formal das respostas quanto pelo conteúdo das mesmas. Os engramas (traços deixados na memória por todo evento ou acontecimento) “mais carregados de afetividade, mais característicos, mais traumatizantes e atuantes são reproduzidos pelo conteúdo simbólico que não é uma

amostra parcial e recortada ao acaso, mas uma imagem da unidade psíquica em miniatura” (p. 11). Orr acredita que os engramas latentes mais carregados de afetividade são novamente ativados e projetados nas pranchas do Rorschach; as relações de objeto e as identificações são repetidas nas formas simbólicas, e assim pode-se tirar uma conclusão sobre a totalidade do psiquismo decifrando estes símbolos presentes nos conteúdos das respostas.

Petrelli afirma que a leitura do Rorschach permite uma leitura dos conteúdos da consciência (comunicação pessoal, 21 de setembro de 2004). Para ele, no Rorschach se projeta a relação eu - mundo, a relação eu - outro, as vivências em situações complexas, que dizem respeito às situações e experiências inerentes à existência humana (como visto nos temas arquetípicos das dez pranchas). Os temas que aparecem nos conteúdos das respostas ao Rorschach proporcionam informações acerca de como o mundo e as pessoas são percebidos, significados e vivenciados pelo sujeito.

As representações que as crianças constroem sobre o mundo e as pessoas fornecem informações sobre como estes se apresentaram a elas, com quais características e com quais valores, que foram assimilados e que agora fazem parte da sua maneira de percebê-los. Indivíduo e mundo constroem-se mutuamente, a criança representa o mundo como o mundo se apresentou a ela; o mundo é uma construção do eu e um sistema operante sobre o eu. Indivíduo e mundo coexistem num processo de construção mútua e, do ponto de vista do indivíduo, esta coexistência leva às experiências de vida (Augras, 1998b). Para Keen (1979), o indivíduo está no mundo e em virtude das experiências o mundo também está nele, o mundo é o que aparece à consciência através da experiência; quando procuramos compreender as outras pessoas aquilo que compreendemos é seu ser-no-mundo. “A

relação entre o homem e o mundo é tão íntima que seria errado separá-los, num exame psicológico ou psiquiátrico” (Van Den Berg, 2000, p. 38).

Através do modo como os conteúdos são percebidos (levando em conta também suas representações simbólicas), é possível colher tais representações e temas de vida, procedendo assim à compreensão de suas experiências vividas.

Uma das tarefas que esta pesquisa buscou realizar foi, através da análise das respostas de conteúdo humano e animal verbalizados no Rorschach pelas crianças vítimas de abuso sexual, identificar temas simbólicos comuns e agrupá-los dentro de uma grande temática que exprimisse o modo como os indivíduos e os relacionamentos interpessoais são vivenciados. A análise do conteúdo verbalizado pelos sujeitos no Psicodiagnóstico Rorschach proporcionará a compreensão da sua estrutura psíquica e a compreensão do esquema geral das suas vivências, e, mais especificamente, a análise dos conteúdos humanos e animais revelará a maneira como as pessoas e os relacionamentos foram vivenciados e significados na sua história de vida, permitindo que se compreenda como as pessoas são atualmente percebidas e vivenciadas. Através da análise da linguagem e dos conteúdos no Rorschach é possível abrir fendas que ajudam a desvelar uma história de vida interior, uma história de significados construídos sobre as experiências vividas.

Algumas percepções são determinadas por um valor afetivo particular, consciente ou inconsciente, e estas podem situar-se dentro de uma mesma temática (Traubenberg & Boizou, 1999). Segundo Augras (1998a), os conteúdos no Rorschach podem ser agrupados dentro de grandes temas que, de maneira simbólica, revelam as reações dos sujeitos frente às experiências que vivenciou. É preciso ver ao redor de quais temas se agrupam as imagens percebidas no teste, prestando atenção nas recorrências temáticas, pois quanto mais um tema se repete, mais

hipóteses existem de que ele constitua a trama do conflito do sujeito (Traubenberg & Boizou, 1999). É o que Schafer (1953) chama de análise temática do conteúdo, que consiste em identificar temas comuns verbalizados nos diferentes conteúdos, o que, segundo ele, requer que enfoquemos o conteúdo em certos níveis de abstração psicodinâmica, para que seja possível agrupar dentro de uma mesma temática conteúdos que possuam um significado dinâmico similar. Ele cita como exemplo os conteúdos “um berço, um bebê-pássaro com a boca aberta, um estômago e um garçom, representando quatro categorias diferentes e tradicionais de conteúdo, todas parecendo ter uma forte conotação passiva e oral-receptiva. Em um certo nível de abstração elas têm um tema em comum” (p. 336).

Para Hermann Rorschach (1978), os conteúdos podem fornecer indicações sobre os conteúdos do psiquismo, mas este ponto de vista não foi totalmente desenvolvido por ele (seu falecimento foi súbito e prematuro), mas Morgenthaler (em Rorschach, 1978) assinala que em seus últimos estudos Hermann Rorschach já dava um pouco mais de atenção a eles, e que sua análise adquiriu, posteriormente, uma importância maior do que a que o próprio Rorschach supunha.

Minkowska (1956) considerou o teste uma “experiência existencial”. Procurou levantar os temas que surgiam da análise da linguagem, identificando os temas próprios a cada tipo de personalidade estudada (análise qualitativa). Para ela, o caráter qualitativo do teste deveria sobressair-se, pois não gostava de se exprimir em números quando se tratava do ser humano. Através da análise da linguagem empregada no Rorschach, ela buscou identificar a visão de mundo dos tipos por ela estudados (tipo esquizóide, tipo epileptóide); para isto era preciso identificar o que é comum a estes tipos (traços essenciais que os caracterizam – essência universal), pois acreditava que “cada tipo vê o mundo através dos traços que lhe são próprios”

(p. 7). Procurou também identificar os traços secundários que diferenciavam um caso do outro (essência singular de cada caso, traços individuais). A sua busca do que era típico, característico a um distúrbio, se encontrava com o método fenomenológico, pois este permite, mesmo através da análise de um único caso, “colocar em evidência aquilo que deve constituir o essencial para todo um grupo” (p. 12).

Van Den Berg (2000) em seu livro sobre psicopatologia fenomenológica observa que o depressivo descreve o mundo como escuro e sinistro, o paciente maníaco vê as coisas cheias de cor e beleza, o esquizofrênico vê indícios de catástrofe e desastre mundial. Afirma que quando o paciente conta como seu mundo lhe parece, este está a descrever, na verdade, o que ele mesmo é. Afirma que em relação ao paciente, o importante é saber como é a sua existência.

Minkowska (1956) utilizou a linguagem no estudo da estrutura de vida, pois esta nos informa sobre a existência do sujeito. Para isto se fazia necessário esmiuçar o teste palavra por palavra. As palavras devem ser consideradas em função das situações vitais às quais elas se referem. Um exemplo ao qual Minkowska se refere é o da análise da linguagem de uma menina que viu no teste coisas como “trapo, farrapo, maltrapilho, galhos mortos, rato morto”, o que, para ela, são “expressões reveladoras de um estado de devastação interna, característica do fator esquizofrenoesquizóide, plenamente confirmado pela observação clínica da menina” (p. 32).

Da mesma forma, este estudo procedeu a uma compreensão dos significados contidos na linguagem e nos conteúdos verbalizados no Rorschach (análise qualitativa de orientação fenomenológica) para conhecer os temas comuns que apareciam no discurso das crianças abusadas, possibilitando assim a compreensão da visão dos humanos e dos relacionamentos destas crianças (essência universal). Buscou-se também identificar traços individuais e singulares, próprios de cada

criança (essência singular). A análise quantitativa realizada nesta pesquisa procedeu ao cálculo da frequência dos grandes temas que se fizeram mais presentes no discurso Rorschach das oito crianças pesquisadas.

Para saber qual a representação do humano e da convivência interpessoal que um indivíduo possui, analisa-se a qualidade da percepção do conteúdo humano (*H*) e a qualidade da ação (*K* ou *kp*) atribuída a ele no Rorschach. Como este trabalho foi realizado com crianças, fez-se necessário estender esta análise também para o conteúdo animal (*A*) e para suas ações (*kan*), pois, em crianças, a percepção humana é substituída pela animal, aparecendo as respostas de conteúdo humano numa frequência bem menor. As crianças, a motivo dos processos de desenvolvimento, identificam-se mais com os animais; no Rorschach, conseqüentemente, as percepções animais precedem evolutivamente as percepções humanas. A dimensão qualitativa do *H*, *K*, *kp*; e do *A* e *kan* expressam diferentes modos de conceber e de vivenciar as pessoas e os relacionamentos interpessoais.

De uma maneira geral, os conteúdos no Rorschach refletem os interesses do indivíduo, seus problemas e suas preocupações atuais (Traubenberg, 1998). A amplitude de temas que recobrem e a sua variabilidade são indicativas do nível cultural e da qualidade do intelecto (Ames, Learned, Metraux & Walker, 1961). Para Adrados (2000), os conteúdos no Rorschach são símbolos daquilo que o indivíduo incorporou e introjetou.

Em uma análise temática e aprofundada dos conteúdos é preciso levar em conta os adjetivos e os verbos que os qualificam, pois estes podem mudar completamente seu significado inicial (Traubenberg & Boizou, 1999). Mais do que apenas se preocupar com a porcentagem de aparecimento de um conteúdo no Rorschach, ou

com o aparecimento de uma resposta esperada em determinada prancha, é importante investigar que tipos de vivências e sentimentos estes conteúdos comunicam.

Não estamos defendendo que a análise quantitativa da frequência dos conteúdos e dos outros elementos do teste (o psicograma) não seja importante, mas sim que, em uma análise qualitativa fenomenológica que busca compreender em profundidade a experiência subjetiva do indivíduo, uma análise minuciosa dos conteúdos é de primordial importância. Num estudo clínico é extremamente importante analisar todos os elementos que compõem o teste, proceder ao cálculo do psicograma e das frequências e compará-los com as médias estabelecidas, aliando a este estudo a análise qualitativa e simbólica dos conteúdos, encontrando, assim, o equilíbrio entre a interpretação do lado formal e a interpretação do conteúdo. Como diz Loosli-Usteri (1965), a interpretação do simbolismo enriquece a interpretação do psicograma e, “se Rorschach tivesse continuado sua obra, ele teria se servido cada vez mais do simbolismo para arrancar os últimos segredos dos processos verbais dos sujeitos” (p. 95). Segundo esta autora, a análise do simbolismo confirma os dados do psicograma, pois estas duas fontes de informações provêm do mesmo psiquismo: o que é expresso em uma faceta do resultado também se exprime na outra. Mas como a proposta desta pesquisa é o estudo e a análise dos conteúdos humanos e animal e do simbolismo que comportam, nos restringimos a este aspecto e não procedemos ao cálculo do psicograma.

Um mesmo conteúdo, dependendo da maneira como é qualitativamente percebido, comporta significados simbólicos diferentes. Por exemplo, uma resposta esperada na V prancha do Rorschach é a de um animal alado inteiro, visto na totalidade da mancha (tal resposta poderia ser “borboleta”), o que indica harmonia psico-física e sentimento de integridade do eu, além de ser uma resposta indicativa

de uma percepção objetiva da realidade; o conteúdo desta resposta seria cotado como A (animal). Agora vejamos esta resposta, também à V prancha, fornecida por uma criança vítima de abuso sexual: “borboleta, a mãe dela morreu e ela ficou sozinha, a perna dela era torta, queria voar e não conseguia”. De acordo com a cotação das respostas, seu conteúdo também seria cotado como A e, quantitativamente, entraria no cálculo $A\%$, mas, se uma análise qualitativa deste conteúdo não for realizada, quando parte do seu significado psicológico e existencial se perderia (a saber, carência em relação à figura materna, o sentir-se abandonado, a impossibilidade atual de libertar-se, de realizar-se). Traubenberg e Boizou (1999) analisando esta forma como os conteúdos são cotados, fazem a seguinte observação:

a informação que o conteúdo nos dá, tal como é cotado, é de fato bastante reduzida: não considerando senão a prevalência do mundo animal observada na criança, tal como no adulto, ela nada nos diz, enquanto tal, sobre a maneira de viver e sentir o mundo ambiente. A análise do bestiário usado é já mais reveladora e o estudo das características da atividade ou da posição do animal é o mais ainda (p. 78).

Hermann Rorschach (1978) afirmou que os conteúdos não são independentes da nuance afetiva que os acompanham, e assinalou, em relação ao determinante cor cromática, a importância de que se capte a essência do conteúdo que é comunicado, pois esta não pode ser captada apenas através da cotação das respostas, pois várias respostas que carregam significados diferentes recebem um mesmo código. Como as respostas de cores representam os afetos, ele forneceu como exemplo respostas de cor que, apesar de terem os mesmos códigos, representam afetos de diferentes tonalidades, tendo em vista o conteúdo que comunicam: haverá diferenças no fato de alguém interpretar uma mancha vermelha da prancha como uma ferida aberta, ou se esse mesmo alguém visse nesta mancha vermelha, ao invés de uma ferida, pétalas de rosas.

Acreditamos que a análise qualitativa dos conteúdos deve adotar códigos que façam transparecer na sua cotação algo que indique a direção dos significados que comunicam. Este é também um ponto central nesta pesquisa, que será desenvolvido e explicitado um pouco mais adiante. Deteremos-nos um pouco mais na análise dos significados que os conteúdos humano e animal comportam no teste.

As respostas ao teste, segundo Traubenberg (1998), refletem as modalidades de ação e de relação do sujeito com as diversas situações com as quais é confrontado. A natureza da relação que é projetada nos conteúdos percebidos, como, por exemplo, a natureza da relação que o indivíduo percebe existir entre os personagens humanos ou animais no Rorschach, é, para Richards (1958), um indicador importante de como as relações humanas são concebidas pelo sujeito. Segundo este autor é possível, pelas respostas ao teste de Rorschach, fazer inferências sobre a concepção que o indivíduo tem das relações humanas na sua vida, e sobre os tipos de experiências passadas que formaram a base dessas concepções.

Em relação ao conteúdo humano (*H*) percebido no Rorschach, de uma forma geral, pode-se afirmar que os indivíduos que percebem figuras humanas no teste têm capacidade para estabelecer contatos humanos. A ausência de percepções humanas no teste é um indício de perda do contato humano em nível profundo e da capacidade de se identificar com o ser humano (Anzieu, 1984). Porém, a forma como o humano é percebido e a ação atribuída à ele é que indicará como os vínculos e os contatos são estabelecidos, afinal, ter capacidade para estabelecer contatos humanos não nos diz nada a respeito da qualidade deste contato, pois, por exemplo, um psicopata também é capaz de se relacionar com as pessoas; o importante é investigar qual a intenção e a qualidade deste contato, que se desvelará na análise fenomenológica-qualitativa deste conteúdo. A maneira pela qual o humano é percebido no teste revela a forma

como o ser humano é percebido e vivenciado pelo sujeito, e, conseqüentemente, revela a forma pela qual o indivíduo lida e se relaciona com os outros. Para Endara (1967), as respostas *H* são um ponto de partida a partir do qual se pode conhecer a significação afetiva das relações interpessoais.

Quando o humano é percebido em ação, cota-se, junto com o *H*, a sigla *K* ou *kp*. Vejamos primeiramente as respostas *K*. O significado das respostas cinestésicas é um dos pontos mais controvertidos do Rorschach, pois diversos autores vêem nela significados diferentes, que se complementam, não sendo necessariamente significados opostos. Para se ter uma idéia de tal dimensão, citaremos na íntegra a observação de Vaz (1980, p. 71) a respeito destes diversos significados:

o Movimento Humano é basicamente assim entendido pelos autores: Rorschach definia-o como o representante das vivências e das experiências da pessoa. Cristiano de Souza (1953) como o mundo da criatividade e das fantasias normais do ser humano. Schafer (1954) dando-lhe cunho psicanalítico, o identifica como a expressão do Ego. Rappaport (1946) diz ser a riqueza das vivências da personalidade e Schachtel (1969) vendo sua importância na avaliação das condições de relacionamento humano, refere-se ao Movimento Humano como o poder de empatia.

A seguir serão expostas as contribuições de diferentes autores a respeito do significado que as respostas *K* comportam. Para Anzieu (1984) significam inteligência e capacidade de interiorização, e, pelo fato dela ser uma projeção pura (é o indivíduo que projeta no ser humano percebido na mancha a impressão de movimento), representa a projeção da vida inconsciente, dos desejos profundos e das motivações do sujeito. O autor afirma que as crianças quase não produzem *K*, e seu aparecimento se dá à medida que o ego se desenvolve e amadurece, e à medida que a criança adquire consciência da própria personalidade. Porém, as *K* aparecem em quantidade nas crianças difíceis, parecendo estar ligados aos conteúdos dos conflitos psíquicos. Para Baher (1950, citado por Anzieu), as *K* constituem a evocação inconsciente de traumas psíquicos, tanto em crianças como em adultos. Anzieu

afirma ainda que a análise qualitativa e simbólica das *K* “conduz ao núcleo dos problemas profundos do sujeito, da sua história de vida e de sua estrutura neurótica eventual” (p. 76).

Para Adrados (1985, 2000), a *K* representa a fantasia interna criadora. Quando as *K* são produzidas em conteúdos humanos percebidos como degradados, desvitalizados ou desumanizados, tem correlação inversa com a força do ego, e indica que a figura humana foi incorporada de maneira deficiente, implicando na presença de conflitos internos. Salas (1945, citado por Adrados, 2000), diz que tais respostas provêm da parte dinâmica do núcleo da personalidade, e o estudo do conteúdo que comunicam é importante, visto que ela comporta diferentes significados caso o indivíduo interprete o movimento como uma luta, ou como pessoas se beijando, ou fugindo ou dando ordens, por exemplo. Endara (1967) vê nas respostas de ações agressivas (luta, ataque) uma possível relação com severos sentimentos agressivos contra o mundo.

Para Jacquemin (1975), as respostas *K* relacionam-se com a inteligência, a imaginação criadora, as tendências introversivas da personalidade e com a estabilização dos afetos, e seu aparecimento aumenta sensivelmente à medida que aumenta a idade da criança.

Petrelli (no prelo) relaciona as respostas *K* com o poder de ação, com a energia de vida, com a atividade dotada de intencionalidade e desejo. Elas manifestam dinamismos orientados com controle ativo da mente e impulsos vitais, necessários ao indivíduo quando este necessita se expandir, superar limites e obstáculos. Vaz (1980) vê nas respostas *K* a expressão do mundo interno do indivíduo.

Além dos significados da *K* já expostos, Traubenberg (1998) acrescenta que a *K* relaciona-se também com a maturidade afetiva. Para a autora, serão cotadas como *K*

não apenas as respostas que indiquem um movimento explícito, mas sim todas aquelas que exprimem uma intenção ou uma presença (IV: “um homem, ele é mau”) por parte do humano percebido, “de tal modo que não pode haver qualquer dúvida sobre a sua realidade para o sujeito; não só ele as vê como sente a sua proximidade, teme a sua aproximação ou as considera com simpatia” (p. 85). Os conteúdos comunicados na *K* proporcionam a possibilidade de apreciar as motivações inconscientes do indivíduo, porém, a autora adverte que haja prudência nesta análise, pois, por exemplo, a hostilidade ou a agressividade do humano percebido não é necessariamente a do sujeito, mas pode ser a que ele atribui aos outros ou a que ele receia se submeter. Neste tipo de análise qualitativa das *K*, um dos pontos a que Traubenberg se refere diz respeito à representação do humano percebido (sexuado ou não, personagem real ou irreal, desempenhado um papel social ou não), ao tipo de movimento executado (se implica um movimento que estabelece uma relação com outro humano ou se é um atividade motora sem trocas) e à tonalidade afetiva que envolve esta resposta. Somente a avaliação qualitativa das *K* revelará seu papel exato dentro da resposta e seu significado essencial.

Na concepção de Traubenberg e Boizou (1999), ao projetar ações nas formas percebidas o indivíduo serve-se da sua vivência, da sua experiência e das suas preocupações. Fornecer respostas *K* pressupõe um recurso ao imaginário, no qual o inconsciente se infiltra, e, assim, necessidades, motivações, temores ou desejos, conflitos ou tensões ganham voz. Para entender o significado da *K* dentro de uma resposta e dentro de um protocolo é necessário analisar suas características qualitativas.

Hermann Rorschach (1978) também realçou a importância da análise qualitativa das *K* ao diferenciá-las em movimentos de distensão e de flexão, pois

para ele estas duas qualidades do movimento comportam significados diferentes. As pessoas que projetam nas pranchas cinestésias de distensão são ativas, embora sujeitos à inibições neuróticas; as que projetam movimentos de flexão são mais passivas e resignadas.

Os movimentos projetados no conteúdo humano podem receber, ao invés do código *K*, o código *kp*. Isto acontece em duas situações: quando o personagem humano visto em movimento é percebido em um detalhe pequeno da mancha (*Dd*) ou quando é visto uma parte do humano em movimento, como, por exemplo, “um pé chutando”, “uma mão acenando”. No primeiro caso, o significado do *kp* é de capacidade imaginativa e atitude lúdica, mas quando não aparece respostas *K* no teste mas aparecem as *kp*, estas últimas tomam então o significado de limitação do agir, recusa de envolvimento, timidez e devaneio pouco produtivo. No segundo caso, tais respostas indicam ansiedade e temor (Traubenberg, 1998).

Anzieu (1984) vê nas respostas *kp* um índice de propensão ao devaneio, de timidez e de sentimentos de inibição e inferioridade.

Petrelli (no prelo) acrescenta, àquelas duas situações nas quais o movimento humano é cotado como *kp*, uma terceira situação: são cotadas como *kp* as respostas nas quais a cinestesia indica sofrimento, medo, temor, terror, inferioridade, abandono, perda, desvitalização, opressão ou queda. Exemplos destes tipos de respostas que são cotadas como *kp*: “monstro avançando ameaçadoramente”, na prancha IV, quando o sujeito não se identifica com o monstro e relata espontaneamente ou no inquérito sentimentos de temor, medo, podendo ainda acrescentar que ele se identifica com um imaginário menino escondido e assustado. Na III prancha: “dois homens atropelados derramando sangue” (sofrimento) ou “duas sombras saindo de um túmulo” (desvitalização), também são cotadas como *kp*.

O significado das respostas *kp* é de queda da energia de ação, limitação do agir, impotência na execução de um desejo, atividade coagida, bloqueio, inibição, atitudes de inferioridade.

O significado do mundo vivido colhe-se nas representações do conteúdo humano, mas a maneira como a criança vive o mundo e a si própria pode ser explorada através dos conteúdos humanos e animais, pois nas crianças o mundo humano é substituído pelo mundo animal. Segundo Anzieu (1984), as crianças apresentam quase que exclusivamente respostas animais. Jacquemin (1975) pesquisou 480 crianças de ambos os sexos, com idade entre 3 e 10 anos, na cidade brasileira de Ribeirão Preto-SP e constatou uma média de respostas de conteúdo humano oscilando entre 10,7% a 17,5%, enquanto as respostas de conteúdo animal representaram 55,2% das respostas. No adulto, um índice muito alto de respostas animais em um protocolo (mais de 60-70%) indica pensamento estereotipado, automatizado e pobre, até infantil, enquanto um índice muito baixo (abaixo de 30%) indica dispersão do pensamento e desinteresse pelo meio (Anzieu, 1984).

Quando o animal é visto em movimento, atribui-se à resposta o código *kan*. É de se esperar que as crianças produzam muitas respostas *kan*, pois estas se relacionam com algumas características próprias da infância: imaturidade e labilidade emocional, impulsividade, egocentrismo, necessidades primárias e instintivas, e espontaneidade na expressão dos desejos (Adrados, 2000; Anzieu, 1984; Traubenberg, 1998).

As respostas *kan* são uma característica da infância (Vaz, 1980), pois as crianças se identificam muito com os animais e acabam projetando neles seus sentimentos com muita naturalidade (Jacquemin, 1975). Para Chabert (2004), atribuir ações aos animais constitui um mecanismo de deslocamento que facilita a

expressão dos conflitos e a expressão da representação de si e dos relacionamentos; Loosli-Usteri (1965) acredita que o animal também pode ser portador de simbolismo humano, portanto, o animal pode facilmente simbolizar os comportamentos e as intenções humanas.

Para as crianças, “a atividade do animal é mais significativa e mais representativa das suas emoções do que a atividade humana: o deslocamento da suas próprias necessidades sobre o animal é inteiramente natural” (Traubenberg & Boizou, 1999, p. 53). De acordo com as autoras, projetar o conflito das relações sobre o animal é menos angustiante do que projetá-lo sobre as imagens humanas, porque estas últimas reenviam o conflito diretamente para as imagens parentais.

Assim como é feito em relação às cinestésias humanas (*K*), as *kan* também devem ser analisadas em sua dimensão qualitativa, principalmente em se tratando de crianças, pois é no *kan* que serão projetadas suas principais necessidades e desejos.

Quando se projetam nos animais dinamismos ativos ligados a impulsos de crescimento, conhecimento e atividades lúdicas, indicam potencialidades de crescimento, energias primárias que ainda irão amadurecer, visto que a criança ainda encontra-se em processo de crescimento e amadurecimento. Porém, quando são projetados nos animais dinamismos passivos e regressivos ligados a atividades primárias (oralidade, analidade, defesa, fuga, agressão, regressão, abandono, sofrimento, carência), as *kan* adquirem o significado de energias que estão retidas, de regressão e fixação a estágios anteriores do desenvolvimento (Petrelli, no prelo).

A partir da análise qualitativa dos conteúdos humano e animal verbalizados no Rorschach, pode-se destacar se há uma temática recorrente, que revelará a maneira como a criança vive o mundo e a si própria (Traubenberg & Boizou, 1999). O que se pretende é conhecer o sentido que o sujeito dá a si mesmo, aos outros e à realidade, e

as implicações que isto tem na sua maneira de existir.

3.8.1. O Rorschach Fenomenológico

O Psicodiagnóstico Rorschach é um teste projetivo verbal que busca acessar o mundo interno (o mundo da experiência) ao estimular os indivíduos a falarem de si, mesmo que de forma simbólica, inconsciente e indireta, já que esta é a linguagem estimulada por um teste projetivo. Por meio deste discurso simbólico e da análise qualitativa da linguagem empregada nas respostas ao teste, é possível penetrar na vivência e na existência do sujeito, e, através de uma análise fenomenológica deste discurso, penetrar no significado existencial construído sobre as suas experiências de vida. É assim que o Rorschach sob o ponto de vista fenomenológico procede. O conhecimento de tais significados proporciona a compreensão das relações Eu - Mundo. Van Den Berg (2000) afirma que ao apresentar ao indivíduo as pranchas do Psicodiagnóstico Rorschach e pedir-lhe que descreva o que vê, o psicólogo está procurando “determinar o significado que os objetos do desenho têm para o paciente. Ele consegue conhecimento do sujeito por meio da pesquisa dos seus objetos, das coisas sólidas e reais do seu mundo” (p. 38).

A Fenomenologia é um método para a compreensão da existência, esta é seu objeto de estudo; como é através do discurso que o indivíduo exprime sua própria existência, a Fenomenologia se coloca como um método para a compreensão dos significados da existência através da análise da linguagem. A Fenomenologia é a ciência dos conteúdos da consciência, sua tarefa é estudar o significado das experiências vividas para a subjetividade que as vivenciou, ou seja, procura

compreender como os fatos (por exemplo, o abuso sexual) se apresentam à consciência de quem os experienciou. Na Fenomenologia, o Rorschach se apresenta como um meio de investigação da situação existencial, e o diagnóstico procurará saber “em que ponto de sua existência o indivíduo se encontra e que feixe de significados ele constrói em si e no mundo” (Augras, 1998b).

O Psicodiagnóstico Rorschach e a Fenomenologia têm como ponto em comum o fato de acessarem o mundo interno do indivíduo, a sua subjetividade, e os significados atribuídos às suas experiências, através da análise da linguagem. Procedem ao estudo da vida interior que se constrói na relação Eu – Mundo.

O Rorschach fenomenológico privilegia a linguagem (nomes, símbolos, imagens, expressões) e concentra-se sobre a análise e compreensão dos temas que emergem do discurso, concentrando-se nos conteúdos e nas suas qualidades implícitas, buscando, nestes, temas de vida e representações do mundo vivido. Busca no discurso elementos para a apreensão e compreensão da experiência vivida.

O Rorschach fenomenológico aborda a linguagem como expressiva do psíquico, do que está na experiência e na história de vida interior. A experiência se faz presente na linguagem, tudo o que está na linguagem está na experiência. Ele quer investigar a qualidade da experiência vivida na relação com os outros e com o mundo, busca compreender a história de vida, a experiência de vida do sujeito, como este pensa, como sente, como vive o mundo.

As noções fenomenológicas relativas à organização e dinâmica da personalidade muitas vezes recorrem a concepções sobre os modelos de representação dos indivíduos, buscando conhecer, por exemplo, o modelo do mundo, o modelo da relação do eu com os outros, etc (Ey, 1967, citado por Silva, 1981).

A leitura fenomenológica do Rorschach permite a leitura dos conteúdos da consciência e a compreensão das representações que as pessoas fazem de si mesmas, do mundo e das suas experiências de vida, pois no Rorschach se projeta a relação do eu consigo mesmo, eu – mundo e a relação eu – outro, ou seja, as experiências vividas. Tal leitura proporciona informações acerca de como o mundo e as pessoas são percebidos, significados e vivenciados pelo sujeito. A compreensão da experiência permite a compreensão das relações indivíduo-mundo e a compreensão dos significados e do sentido que o mundo tem para este indivíduo.

O Rorschach fenomenológico privilegia a análise qualitativa mas não dispensa os dados quantitativos provenientes do psicograma, ele integra ambos em um único ato compreensivo. O principal objetivo do Rorschach fenomenológico é compreender a experiência da existência de um sujeito, na sua singularidade; sua preocupação primordial não é medir e quantificar funções psíquicas, mas compreender modos de vida. A compreensão da existência e das experiências vividas nos permite compreender os significados dos comportamentos dos sujeitos.

A Fenomenologia busca alcançar a essência universal e a essência singular de um fenômeno, ou seja, procura compreendê-lo na sua singularidade e na sua universalidade, no que tem de particular e no que tem de comum com fenômenos da mesma ordem (Petrelli, 2001a). O Rorschach fenomenológico também pode proceder à busca das essências, do universal e do singular; por exemplo, estudos feitos em relação aos testes de Rorschach de esquizofrênicos estabeleceram uma lista de sinais que, se presentes de forma constante em um protocolo Rorschach, indicam a presença da doença. Isto é a essência universal da esquizofrenia no Rorschach, são características que permanecem constantes nos vários esquizofrênicos, e que permite diagnosticá-los como tal. Mas, da mesma forma como existem os sinais universais

que, se presentes, atestam a existência da doença, existem também os sinais particulares, próprios de cada indivíduo, que é a forma como a doença se individualiza em cada subjetividade, a forma única como ela se manifesta, é a configuração específica e individual que o universal adquire em uma existência particular.

Segundo Barison e Tognazzo (1982), o Rorschach fenomenológico tem como finalidade colher a singularidade da vivência aos nos fornecer informações sobre um trato da existência, temporalmente limitada pela duração da experiência. Busca-se a fenomenologia da existência no Psicodiagnóstico Rorschach.

No Rorschach se desvela uma personalidade, ou fenomenologicamente falando, uma presença. Petrelli (comunicação pessoal, 26 de abril de 2005), utilizando o conceito heideggeriano de *dasein* (o ser aí, o ser no mundo), define o Psicodiagnóstico Rorschach como um *dasein* para o eu, pois as pranchas com seus significados são situações dadas ao sujeito, e não espontaneamente escolhidas por ele, assim como lhe são dadas diversas circunstâncias da sua existência. No Rorschach, podemos observar como o indivíduo se adapta e responde às diversas situações que lhe são dadas, ou seja, como sua presença se desvela no enfrentamento de diferentes circunstâncias da vida.

Através da análise da linguagem e do modo como os conteúdos são percebidos é possível penetrar na sua existência e colher a visão de mundo do sujeito, representações e temas de vida, procedendo assim à compreensão dos significados construídos sobre as experiências vividas.

3.8.2. Proposta de Revisão da Nomenclatura Rorschach: O Método Fenomenológico e as Categorias Existenciais

A Fenomenologia, no seu intuito de compreender em profundidade os significados de uma experiência vivida, se dirigirá para análise do discurso do sujeito a fim de apreender na linguagem os sentidos construídos a respeito de suas vivências. No Psicodiagnóstico Rorschach, isto é possível através da leitura das respostas dadas pelo sujeito às pranchas (o discurso), mas, ao analisarem-se as nomenclaturas (ou códigos) atribuídas às respostas e suas inter-relações no cálculo do psicograma, este significado qualitativo perde-se, pois respostas que comportam sentidos qualitativamente diferentes recebem a mesma codificação. Por exemplo, as respostas “uma flor vermelha” ou “uma mancha de sangue”, dadas por diferentes sujeitos a um detalhe cromático das pranchas, receberiam, na codificação, o mesmo código, no caso *CF* (resposta determinada mais pela cor cromática da mancha do que pela sua forma), embora comportem significados diferentes. Através da análise qualitativa destas respostas *CF*, seria possível, por exemplo, saber se a impulsividade atribuída aos perceptos *CF* constituiu uma força construtiva ou destrutiva. Para tanto, faz-se necessário refinar alguns dos códigos atribuídos às respostas Rorschach, de modo que o código capte de maneira mais fiel o significado profundo destas percepções.

Como captar as relações diferenciadas que existem entre a codificação e o campo de significados que cercam a resposta? Será que respostas que recebem uma mesma codificação (por exemplo, *CF* ou *K*) representam o mesmo conteúdo profundo para todos os sujeitos? Silva (1981) questiona em que medida a atual codificação Rorschach pode interpretar, validamente, as percepções do sujeito, e

adverte para o fato de que o sistema de interpretação de um teste, se rigidamente empregado, acaba por negligenciar a especificidade da resposta.

Esta pesquisa propôs um refinamento, uma revisão das nomenclaturas atribuídas aos conteúdos humano e animal e ao movimento atribuído a eles, pois um mesmo conteúdo, dependendo da maneira como é qualitativamente percebido, comporta significados psicológicos diferentes. Tal proposta de revisão tem como objetivo captar a essência do conteúdo que é comunicado, pois esta não pode ser captada apenas através da cotação atual atribuída às respostas, pois várias respostas que carregam significados diferentes recebem uma mesma nomenclatura. Acreditamos que a análise qualitativa dos conteúdos deve adotar códigos que façam transparecer na sua cotação algo que indique a direção dos significados que comunicam. A proposta de refinamento da codificação Rorschach que será apresentada neste capítulo surgiu da observação de que a codificação de testes de Rorschach de crianças vítimas de abuso sexual não colhia, com fidelidade, suas experiências e vivências, pois suas diversas interpretações de cinestésias e de conteúdos agressivos e destrutivos acabavam transmitindo a idéia de serem crianças portadoras de intensa agressividade, hostilidade e violência. Na análise do discurso Rorschach, era possível perceber que várias destas respostas dadas pelas crianças, na verdade, estavam a transmitir sua vivência de vítima destes atos agressivos, mas, no momento de se construir o psicograma, esta distinção se perdia, pois os códigos tradicionais não diferenciavam qualitativamente tais respostas; como resultado, se comparássemos o psicograma do teste de um agressor com o de uma vítima, não saberíamos fazer tal distinção, uma vez que este tipo de codificação acabava por equiparar a personalidade da criança à personalidade do agressor.

Exploramos a fenomenologia dos conteúdos humano e animal nos testes de Rorschach das oito crianças participantes desta pesquisa. Estes foram os conteúdos escolhidos para a análise pelo fato de um dos objetivos desta pesquisa ser a investigação dos danos psíquicos causados à criança, no que diz respeito aos danos causados à convivência interpessoal. Na análise qualitativa dos conteúdos humano e animal, capta-se a representação que um indivíduo tem acerca das pessoas e dos relacionamentos. A análise qualitativa atribuiu aos conteúdos *H* e *A* e aos seus diversos desdobramentos, como as respostas *Hd* e *Ad* (partes do humano e animal), (*H*) e (*A*) (figura humana e animal mitológica, sobrenatural, folclórica ou fantástica), *K* e *kan* (movimento humano e animal), dois tipos de códigos: um que exprimisse percepções, vivências, ações e intenções positivas e construtivas, e um outro código para exprimir percepções, vivências, ações e intenções destrutivas, negativas, agressivas. Para o primeiro caso adotou-se o termo *simbólico* colocado junto à cotação tradicional do conteúdo, e para o segundo caso adotou-se o termo *diabólico*.

Os termos *simbólico* e *diabólico* foram extraídos de Rollo May (1982), psicólogo existencialista. Segundo este autor, o termo *demoníaco* deriva do grego *daimon*, e indica força, energia vital; inclui tanto as forças positivas e construtivas quanto as forças negativas e destrutivas. O demoníaco, ou seja, esta energia vital, aplicada em atividades destinadas a unir, reunir, integrar, construir e ligar os indivíduos em si mesmos e no seu grupo, recebe o nome de demoníaco simbólico. Segundo Petrelli (2004), o demoníaco simbólico de que fala May é uma “energia vital físico-mental-psíquica aplicada à construção da vida e dos seus valores naturais e culturais sociais” (p. 72). Já o demoníaco diabólico consiste na aplicação da energia em ações destinadas a desintegrar, destroçar e destruir, e manifesta-se sob a forma de agressividade, hostilidade e crueldade. Petrelli vê o demoníaco diabólico de

May como uma força “desconstrutiva, que desagrega, divide, isola as partes de uma unidade induzindo uma contra a outra e contra o todo” (p. 72).

Estes dois termos, simbólico e diabólico, foram escolhidos para qualificar a intenção da força vital e da ação atribuída às respostas *K* e *kan*. Assim, o termo *simbólico* será atribuído às respostas *K* e *kan* com conotação positiva, que indicam energia aplicada a construir, unir e integrar, energias que desvelam desejos direcionados ao lúdico, ao amoroso ou à defesa da própria existência ameaçada, ou às respostas em que não há inclusão de uma intencionalidade destrutiva. Exemplo deste tipo de resposta e de sua codificação, extraída do protocolo de uma garota de 11 anos, participante desta pesquisa; na prancha VII: “Duas grávidas encostando a barriga”, seria *H DD K simbólico*, onde *H* refere-se ao conteúdo humano, *DD* refere-se ao humano visto em dualidade (“dois”), e *K simbólico* ao movimento e sua qualidade de união; exemplo de resposta extraída do protocolo de uma garota de 08 anos, também participante desta pesquisa; na V: “Um gavião voando”, seria *A kan simbólico*, pela qualidade positiva da ação, sem a inclusão de elementos agressivos ou destrutivos.

O termo *diabólico* será atribuído às ações que comportem a intenção de causar mal a alguém, como ações agressivas, cruéis, que geram rompimentos, separações; desconstrutivas da ordem, da harmonia, da paz. Exemplo de uma resposta de um garoto de 05 anos, participante desta pesquisa; na IX: “Um bicho. Porque ele bateu na testa do gatinho, porque ele é mau e pronto”, seria codificada como *A kan diabólico*, pela intenção malevolente da ação; um outro exemplo extraído do protocolo de uma garota de 07 anos, participante da pesquisa; na III: “Parece um casal, parece que eles mataram um bicho e voa sangue, são irmãos gêmeos”.

Os termos *simbólico* e *diabólico*, além de serem atribuídos às respostas *K* e *kan* de acordo com a qualidade e intenção da ação, também serão atribuídos aos perceptos (*H*) e (*A*) determinados apenas pela forma e sem a inclusão de ações, pois tais figuras comportam implicitamente um simbolismo universal simbólico ou diabólico. Alguns exemplos retirados dos protocolos dos participantes da pesquisa: prancha I: “Dois anjos”, resposta de uma garota de 11 anos, codificada como (*H*) *DD* *simbólico*; prancha I: “Vampiro”, resposta de uma garota de 07 anos, codificada como (*H*) *diabólico*.

Não serão qualificados como simbólico ou diabólico os conteúdos *H* e *A* determinados somente pela forma, sem a inclusão de ações ou intenções, e sem possuir um simbolismo universal mitológico/sobrenatural/folclórico/fantástico; tais respostas receberam apenas o código *A formal* ou *H formal*, e foram tratadas como respostas “neutras”. Exemplos extraídos dos protocolos dos participantes: prancha I: “Um coelho”, resposta dada por um garoto de 07 anos, seria codificada como *A formal*; prancha X: “Aranha no azul”, dada por uma garota de 07 anos de idade, *A formal*.

O código *kp*, tradicionalmente atribuído aos perceptos nos quais o personagem humano visto em movimento é percebido em um detalhe pequeno da mancha (*Dd*) ou quando é visto apenas uma parte do humano (*Hd*) em movimento, também será atribuído, nesta pesquisa, aos personagens humanos explícitos (vistos e localizados na prancha) ou implícitos (verbalizados, mas não vistos nem localizados na prancha), que foram percebidos de acordo com uma destas três possibilidades: como vítimas da ação de um *K diabólico* ou de um *kan diabólico*; como vítimas da ação destrutiva de forças da natureza ou de desastres; ou como machucados, portadores de sofrimento psíquico ou físico. Lembrando Petrelli (no prelo), o *kp* indica também

cinestésias de sofrimento, medo, temor, terror, inferioridade, abandono, perda, desvitalização, opressão, coação, queda, de ter sido violentado, violado, impedido, mutilado. Para os casos nos quais a vítima da ação malevolente foi um animal, adotamos o código *A kan vitimizado* em substituição ao *H kp*, já que para os animais não existe um código que exprima cinestésias de sofrimento, temor, terror, perda, etc, como existe, para os perceptos humanos, o código *kp*.

A respeito dos personagens implícitos e suas cinestésias, Petrelli (2001b), em um estudo rorschachiano com grupos indígenas, observou que muitas vezes uma cinestesia *K* se escondia em uma cinestesia *kan* ou em uma descrição minuciosa de uma resposta ao conteúdo *A*, como, por exemplo, nesta percepção de um índio Xavante: “É uma onça, pernas, rabo, olhos... é perigosa para os ‘brancos’ também, mas nós enfrentamos ela quando desce da montanha”. O autor ressalta que embora a cinestesia *K* implícita não seja imediatamente evidente como determinante da resposta (pois se esconde na descrição temática do conteúdo *A*), ela deve ser registrada e aparecer como dado, já que se refere a um dos protagonistas da ação.

A resposta deste garoto de 05 anos, participante da pesquisa, à prancha *V*, exemplifica a primeira possibilidade do *kp*, que é o ser vítima de uma ação malevolente (de um *K diabólico* ou *kan diabólico*): “Uma borboleta, parece porque ela bateu naquele menininho aqui”. De acordo com a codificação que propomos, esta resposta receberia o código *A kan diabólico*, na qual a borboleta aparece como a protagonista da ação, foi vista na prancha e localizada na Folha de Localização das respostas. O “menininho” não foi uma resposta vista na prancha e nem localizada na Folha de Localização, mas aparece como um personagem implícito da história, e isto deve ser levado em consideração e codificado, pois é a expressão de uma vivência, de uma experiência de vida; o código que propomos para esta resposta é *H kp*, onde

kp indica a ação de ser vítima de um ato malevolente. A codificação final desta resposta seria: (*A kan diabólico*) *H kp*, indicando uma situação onde houve um personagem que conduziu uma ação malevolente e outro que foi vítima, que sofreu esta ação malevolente. O *H kp* reflete que a experiência terrificante que o indivíduo vivenciou é operante e ativa no seu psiquismo. Esta maneira de codificar reflete com mais fidelidade a experiência subjetiva do sujeito, visto que esta criança expressiu nesta resposta sua vivência de ter sido vítima de uma ação perversa. Se o código *kp* não for colocado na análise deste tipo de resposta e somente o *kan diabólico*, pareceria que é a criança a portadora da destrutividade e da malevolência, mas ela é a vítima desta ação, portanto, o que exprime seus sentimentos e sua vivência é o *kp*.

A segunda possibilidade do *kp* ou do *kan vitimizado* refere-se também à situação de ser vítima de eventos diabólicos ou destrutivos, porém tais forças não provêm da ação humana ou animal, e sim de forças destrutivas da natureza ou de acontecimentos trágicos, como desastres aéreos. Exemplo de resposta de uma participante da pesquisa, de 06 anos, à prancha VIII: “Foguete, e o foguete pulou e todo mundo morreu da família”. Como nesta pesquisa não estamos codificando qualitativamente o conteúdo objeto, mas somente os conteúdos humanos e animal e ação atribuída a eles, esta resposta recebeu apenas o código *H kp*.

A terceira possibilidade do *kp* ou do *kan vitimizado* diz respeito a pessoas ou animais experienciando situações de sofrimento físico ou psíquico, porém, sem terem sido vítimas de uma ação diabólica (humana ou animal), ou de alguma força destrutiva da natureza ou acontecimento trágico. Relaciona-se às respostas nas quais os personagens são descritos como machucados, sangrando, assustados, com medo. Exemplo de resposta de uma garota da pesquisa, de 11 anos de idade, à prancha I:

“Pessoa assustada” seria *H kp*; resposta da mesma participante, à prancha III: “Uma borboleta saindo sangue”, seria *A kan vitimizado*.

Quando uma ação diabólica é atribuída a um personagem humano ou animal, ela vem sempre representada entre parênteses (*H K diabólico*) ou (*A kan diabólico*), para deixar claro que a presença desta intenção malevolente no teste não pode ser atribuída à criança avaliada, pois não faz parte dos seus dinamismos e da suas intenções assumidas como parte integrante da sua personalidade; este dinamismo faz parte da personalidade do agressor e, por não pertencer à criança, foi colocada entre parênteses. O objetivo do uso deste parêntese foi deixar claro, nos códigos Rorschach, que não é a criança a “portadora” das intenções malevolentes, e sim que esta é a maneira como ela percebe o mundo à sua volta, as pessoas e os relacionamentos. Exemplo da codificação final e completa da resposta de um garoto desta pesquisa, de 05 anos de idade, à prancha X: “Um bicho. Porque ele bateu no gatinho aqui, e arrancou a cabeça do gatinho porque ele é mau”; esta resposta foi codificada como (*A kan diabólico*) *A kan vitimizado*; resposta de uma garota de 06 anos à prancha IX: “... de noite quando ele foi dormir o bicho-papão foi lá e matou ele”, codificada como ((*A*) *kan diabólico*) *H kp*. Nestes exemplos dados, vemos como a relação agressor-vítima projeta-se no Rorschach, percebemos como uma existência e uma história de vida se fazem presentes no discurso estimulado pelas pranchas do teste.

O que expressa os dinamismos psíquicos da criança e a suas vivências interiores são as respostas *H kp* e *A kan vitimizado*, indicativas da sua situação de vítima da ação perversa e dos seus sentimentos de temor, medo e sofrimento. Em síntese, o *kp* e o *kan vitimizado* indicam cinestésias de sofrimento relacionadas ao fato de ser vítima de uma ação malevolente ou de um evento destrutivo, ou relacionadas às

situações nas quais existe sofrimento, mas não conseqüente à ação malevolente ou ao evento destrutivo. Lembrando a afirmação de Traubenberg (1998) exposta no capítulo anterior, a hostilidade ou a agressividade do humano percebido não é necessariamente a do sujeito, mas pode ser a que ele atribui aos outros ou a que ele receia se submeter. Traubenberg e Boizou (1999) também acreditam que, ao projetar ações nas formas percebidas o indivíduo serve-se da sua vivência, da sua experiência e das suas preocupações, projetando, assim, suas necessidades, motivações, temores ou desejos, conflitos ou tensões. Acreditamos, portanto, que a vivência da criança como vítima de uma ação malevolente contrária aos seus desejos e suas necessidades, e que causou-lhe mal, sofrimento físico e/ou psicológico, é expressa nos perceptos onde existem figuras humanas ou animais em sofrimento, sentindo temor ou pavor, e onde existe uma relação na qual configura-se a presença de um agressor e de uma vítima.

A criança ainda não possui maturidade psíquica para realizar uma construção diabólica e perversa como filosofia de vida, como intenção a se realizar nos relacionamentos humanos; pode ser que, tendo sido vítima deste tipo de ação, ela a reproduza, mas a motivo de condicionamento e aprendizado, nas suas relações consigo mesma e com o mundo, com os humanos e com os animais. Mesmo se a estrutura destrutiva existir na criança, existe a motivo de doenças psicológicas orgânicas ou de condicionamentos, e não a motivo de uma intencionalidade que, conscientemente, ela assume como própria. Se a criança é identificada como perversa, como portadora de uma intencionalidade destrutiva e agressiva que dirige aos relacionamentos humanos, é porque vivenciou, na sua história de vida pessoal, experiências deste tipo que a ensinaram e a condicionaram a agir desta forma. Este ponto de vista encontra apoio em Sullivan (1964).

Sullivan (1964), psiquiatra e autor da Teoria Interpessoal da Psiquiatria, acreditava que a personalidade se construía nas relações interpessoais, vivenciadas desde o nascimento. Definiu a personalidade como “o padrão relativamente durável de situações interpessoais recorrentes que caracterizam uma vida humana” (p. 138), e afirmou que a história do desenvolvimento da personalidade é a história do desenvolvimento das possibilidades de relações interpessoais. Um dos interesses de Sullivan foi procurar saber em que circunstâncias a malevolência surge na criança como um padrão importante nas suas relações interpessoais, malevolência esta que, no caso da criança, consistia, por exemplo, em comportamentos agressivos e vingativos dirigidos contra um irmão menor, um cachorro, um gato, etc. Chegou à conclusão de que, se uma criança tivesse vivenciado experiências malevolentes precocemente, uma atitude malevolente para com seus semelhantes parecia ser eminente, e quando uma criança não tivesse vivenciado tal tipo de experiência, a malevolência não constituía um componente importante na sua personalidade. Um tipo de experiência malevolente que a criança pode vivenciar ocorre quando, ao necessitar de ternura, esta não somente lhe é negada como também a criança é tratada de maneira que sente ansiedade e até dor; não podendo mais demonstrar sua necessidade de ternura, a criança passa a demonstrar uma atitude malevolente contra os outros, pois passa a acreditar que vive entre inimigos. Sullivan denominou este processo de transformação malevolente.

A transformação malevolente ocorre quando a criança vivenciou, nas suas relações interpessoais, experiências malevolentes que lhe causaram sofrimento, ansiedade e/ou dor, passando a reproduzir este padrão aprendido nos seus relacionamentos. Muitas vezes, ao procurarem afeto e ternura em um adulto, o que algumas crianças recebem em troca é sexo, experiência que gera intensa ansiedade

em uma criança, já que está além da sua capacidade de compreensão e esta a sente como uma violação da sua intimidade (Rouyer, 1997). Acreditamos que o abuso sexual pode ser considerado um tipo de experiência malevolente, capaz de condicionar a criança a agir de forma agressiva e hostil nas suas relações interpessoais. Portanto, não acreditamos que uma criança possa ser naturalmente má e agressiva, mas acreditamos que assim pode se tornar caso este tenha sido um padrão de relacionamento interpessoal aprendido.

Portanto, entendemos que a projeção de ações e intenções malevolentes nos personagens percebidos no teste não diz respeito à projeção de suas intencionalidades destrutivas, mas sim, diz respeito às situações malevolentes vivenciadas; futuramente, na adolescência ou na vida adulta, a malevolência pode até se converter em projeto e filosofia de vida, por identificação com este diabólico, caso a criança não tenha oportunidade de elaborar psicologicamente a violência que sofreu e passe a reproduzi-la, nas suas diferentes formas, em seus futuros relacionamentos humanos. Segundo Petrelli (comunicação pessoal, 05 de março de 2004), toda patologia vem do impacto de experiências malevolentes e terríficas na existência, que não puderam ser elaboradas; por exemplo, a primeira forma de reagir ao terrífico é pela fuga, através da somatização e da morte em crianças pequenas; a segunda forma é pelo fechamento de si mesmo, pelo desligamento sensitivo, pelo corte do contato com este mundo diabólico através do autismo; a terceira forma é pela re-interpretação pessoal do mundo terrífico, através de uma esquizofrenia; a quarta forma de lidar com o terrífico é assimilando-o: psicopatia. O psicopata é alguém que, tendo vivenciado o malevolente e o terrífico em sua vida, identifica-se com ele, o internaliza e o assume como modelo de relação. Como vimos no primeiro capítulo, o abuso sexual realmente pode produzir conseqüências

psicológicas graves, como uma psicose, e pode também ocasionar a transformação da vítima em futuro agressor.

Quando uma ação diabólica é projetada por uma criança no teste de Rorschach, indica a sua condição de vítima desta ação, e não de agressor (a criança ainda não chegou a identificar-se conscientemente com o diabólico); portanto, na perícia psicológica das crianças vítimas de abuso sexual, descartamos a atribuição da ação diabólica intencional a elas; os dinamismos e as experiências da vítima jamais podem ser confundidas com as do agressor, este sim é que é o portador de uma intencionalidade malevolente, perversa e agressiva dirigida aos relacionamentos humanos.

Esta proposta visa tornar mais clara a codificação Rorschach, pois esta deve refletir a essência da existência e da história de vida que foi colhida na linguagem. A dimensão qualitativa pode ser colhida na leitura do discurso Rorschach, mas não através dos códigos que entram no cálculo do psicograma. A codificação atual dos conteúdos humano e animal e das cinestésias é limitada para colher a riqueza da experiência de um indivíduo, pois enquadra dentro de uma única categoria ações construtivas e destrutivas, conteúdos humanos e animais malevolentes ou promotores do bem. O Rorschach deve colher os diferentes desdobramentos da existência, ao invés de agrupar dentro de uma mesma categoria respostas qualitativamente diferentes que comportam significados existenciais diferentes. Como prega a Fenomenologia, não é o objeto de estudo (no caso, as respostas ao Rorschach) que deve se reduzir ao esquema interpretativo e compreensivo do pesquisador, mas é o pesquisador que deve encontrar meios de colher, com a maior fidelidade possível, os significados presentes nas respostas. É isto o que a Fenomenologia busca: a

compreensão profunda da experiência, da vivência e dos sentimentos de uma subjetividade.

Os códigos Rorschach, deveriam, portanto, ser mais fiéis e compatíveis com as diferentes experiências de vida. Assim como os códigos *F+*, *F + -* e *F-* são atribuídos aos perceptos determinados unicamente pela forma, de acordo com sua frequência estatística ou de acordo com qualidade da percepção, e comportam significados psicológicos diferentes; também as cinestésias deveriam ser mais bem discriminadas, pois um protocolo onde as respostas *K* e *kan simbólicas* predominam sobre as *diabólicas*, não pode possuir o mesmo significado de um protocolo onde as cinestésias *diabólicas* predominam sobre as *simbólicas*. Estas diferenças qualitativas das cinestésias devem receber códigos distintos e jamais podem ser equiparadas e calculadas dentro de um mesmo índice no psicograma, como se tratasse de coisas iguais que comportam o mesmo significado psicológico e existencial. É preciso distinguir as diferentes dimensões qualitativas presentes nas respostas cinestésicas, nos conteúdos, nas respostas cromáticas, etc.

Além disso, é necessário colher de forma mais apurada e específica a representação do humano, principalmente, e também a representação do mundo animal, pois muitas vezes, especialmente em crianças, este substitui o humano. Pela qualidade da representação do mundo humano e animal e das possíveis cinestésias que os acompanham, colhe-se a representação de mundo de um indivíduo, colhe-se como este vive o mundo e como se relaciona com ele e com tudo que há nele; na fenomenologia do humano e do animal esta dimensão qualitativa desvela-se.

Como, em nossa opinião, os atuais códigos e categorias que existem no Rorschach estão muito aquém para colher e expressar a riqueza e a multiplicidade dos sentimentos e experiências, propomos nesta pesquisa tais desdobramentos para

as categorias *H* e *A* e para as cinestésias que as acompanham. Estas categorias existenciais propostas não foram criadas *a priori*, ou seja, não foram pré-determinadas, elas foram criadas a partir do que foi se revelando fenomenologicamente no teste. Desta forma, preservou-se a segunda atitude exigida pelo itinerário fenomenológico: a atitude orientada para a descoberta, o olhar não limitador dirigido aos fatos (*epoché*). A primeira etapa do método fenomenológico (descrição) refere-se ao texto Rorschach, que, nesta ótica, é visto como contendo, de forma simbólica, as descrições dos fatos em estudo. As terceira e quarta etapas, busca da essência universal e das essências singulares, respectivamente, serão contempladas na apresentação dos resultados da pesquisa.

Para se efetuar uma nova leitura dos conteúdos humano e animal, numa perspectiva fenomênica-existencial, primeiramente foram criadas as categorias existenciais gerais *simbólico*, *diabólico* e *vitimizado*, como já citado, para qualificar os perceptos humano e animal. Estas três grandes categorias (unidades temáticas) são compostas por subcategorias, que são as várias e diferentes respostas que se agrupam em torno destas unidades temáticas. Apresentaremos, na tabela 3, a nomenclatura tradicional dos códigos Rorschach que será utilizada como um dos elementos a compor a codificação que propomos. Nesta tabela, não faremos menção aos códigos Rorschach que não foram utilizados nesta pesquisa na análise das respostas Rorschach, como, por exemplo, códigos que se referem à localização das respostas e aos outros determinantes.

Tabela 3

Nomenclatura Tradicional de Codificação das Respostas Rorschach

Código	Descrição
H	Resposta de conteúdo humano inteiro
Hd	Resposta de parte do humano
(H)	H mitológico, sobrenatural, folclórico ou fantástico
(Hd)	Hd mitológico, sobrenatural, folclórico ou fantástico
A	Resposta de conteúdo animal inteiro
Ad	Resposta de parte do animal
(A)	A mitológico, sobrenatural, folclórico ou fantástico
(Ad)	Ad mitológico, sobrenatural, folclórico ou fantástico
K	Resposta de cinestesia humana
kp	Resposta de cinestesia humana vista em um pequeno detalhe, cinestesia humana em Hd ou cinestesia de medo, temor, inferioridade, sofrimento, abandono, perda, desvitalização, queda, opressão
kan	Resposta de cinestesia animal
DD	Resposta de dualidade, com dois seres, em relação ou não

A seguir, apresentaremos as subcategorias das três grandes categorias existenciais: simbólico, diabólico e vitimizado. As categorias existenciais *simbólico* e *diabólico* abarcam diversas subcategorias que dizem respeito às diversas combinações entre perceptos qualitativamente considerados simbólicos ou diabólicos e a nomenclatura tradicional de codificação das respostas Rorschach. A tabela 4 e a tabela 5 mostram os códigos criados para exprimir as respostas de conteúdo humano e animal das categorias *simbólico* e *diabólico*, respectivamente, juntamente com exemplos destas respostas retirados dos protocolos Rorschach dos participantes desta pesquisa. Como os códigos não foram criados *a priori*, mas sim a partir das respostas fornecidas ao Rorschach, as tabelas 4 e 5 apresentarão não todas as possíveis combinações entre os códigos, mas apenas aquelas que foram criadas a partir das respostas fornecidas pelos participantes.

Tabela 4

Códigos das Subcategorias da Categoria Existencial *Simbólico*

Código	Exemplo
H	
H K simb.	I: “Pessoa de perna aberta como se estivesse fazendo abertura”.
H DD K simb.	VII: “Duas grávidas encostando a barriga”.
(H) simb.	II: “Um homem curupira com os pés para trás”.
(H) DD simb.	I: “Dois anjos”.
(H) DD K simb.	IX: “Dois anjinhos cantando, fazendo festa”.
A	
A kan simb.	V: “Uma águia, ela tá voando aqui”.
A DD kan simb.	IV: “Dois cachorro latindo”.
Ad kan simb.	VI: “Cabeça de cachorro, uivando para cima”.

Tabela 5

Códigos das Subcategorias da Categoria Existencial *Diabólico*

Código	Exemplo
H	
H K diab.	X: “A velha tinha veneno a matou a família, morreu todo mundo”.
H DD K diab.	III: “Uma careta; porque tem duas pessoas com a língua de fora mostrando uma para a outra”.
(H) diab.	IX: “E.T.”.
(H) K diab.	IV: “Boneco assassino, ele tá pisando alto tentando pegar alguma coisa, ele é ruim”.
(H) DD diab.	IX: “Duas bruxas refletindo na água”.
(H) DD K diab.	VI: “Um monstro, aliás, dois monstros, assim de cabeça para baixo como se fossem sonâmbulos”.
A	
A kan diab.	V: “Uma borboleta. Parece que ela bateu naquele menino aqui”.
A DD kan diab.	X: “Duas barata subindo num fogo”.
(A) diab.	VIII: “Um monstro, sabe aqueles negócio tipo jacaré”.
(A) kan diab.	IX: “De noite quando ele foi dormir o bicho-papão foi lá e matou ele”.
(A) DD diab.	IX: “Dois monstros. É a monstra e o monstro”.
(Ad) kan diab.	IV: “Um dragão, ele tem chifre e é cabeludo; parece dragão porque tá soltando fogo pra cima pra abrir caminho, só que aqui no desenho esse monstro tem só a cabeça”.

A categoria *vitimizado* também se desdobra em subcategorias, que são: *H kp* e *A kan vitimizado*; as respostas desta categoria podem tanto se referir aos personagens explícitos, vistos e localizados na prancha, quanto aos personagens implícitos, que são verbalizados, mas não vistos na prancha. As subcategorias estão representadas na tabela 6, juntamente com exemplos extraídos dos protocolos dos participantes da pesquisa. Na tabela 6, assim como nas tabelas 4 e 5, os códigos não foram criados *a priori*, mas sim a partir das respostas fornecidas ao Rorschach, portanto, esta tabela apresentará não todas as possíveis combinações entre os códigos, mas apenas aquelas que foram criadas a partir das respostas fornecidas pelos participantes.

Tabela 6

Códigos das Subcategorias da Categoria Existencial *Vitimizado*

Código	Exemplo
H	
H kp	I: “Uma criança sendo enforcada”
(H) kp	VI: “Um Jesus em cima da cruz”
A	
A kan vitimiz.	III: “Uma borboleta saindo sangue”

Os códigos apresentados nas tabelas 4, 5 e 6, baseados na análise da fenomenologia dos conteúdos humanos e animais no Rorschach, foram propostos a fim de se captar, com maior riqueza, fidelidade e sintonia, o significado da vivência interior comunicada nas respostas ao Rorschach. Mais especificamente, o que se buscou nesta análise foi compreender a maneira como as crianças abusadas percebem o ser humano: como este se apresenta à consciência destas crianças, como

é visto e representado, com quais significados, intenções, valores e com qual modelo de relação a oferecer ao outro ser humano.

Agora que as categorias-alvo da análise fenomenológica foram explicitadas, explicaremos como o método fenomenológico se aplicará a elas. Relembrando o já exposto, o método fenomenológico de análise dos dados desta pesquisa, na sua busca pela essência universal e pelas essências singulares (Petrelli, 1999, 2001a) seguirá os quatro passos analíticos propostos por Giorgi (1989, 1994, 1997), pois estes permitem alcançar a essência do fenômeno partindo da sua descrição (discurso Rorschach).

Os quatro passos foram aplicados da seguinte maneira na análise das descrições obtidas: o primeiro passo (busca do sentido do todo) referiu-se à leitura de cada um dos oito testes, buscando-se, nesta leitura, obter e captar um sentido geral destes discursos, ter uma ampla visão e compreensão do que estava sendo comunicado e uma pré-identificação de significados comuns expressos nestes oito testes. No segundo momento (discriminação de unidades de significado), foram identificadas no discurso dos oito participantes, respostas que comportavam significados e temas semelhantes e que se referiam à vivências similares; basicamente e de uma maneira geral, faziam referência a três tipos diferentes de percepções e experiências: positivas, vitais, construtivas; negativas, destrutivas, malevolentes; e de sofrimento físico ou psíquico. Respostas com temas semelhantes agruparam-se dentro de uma mesma unidade temática, ou seja, cada unidade é composta por diversas sub-unidades, ou seja, diversas respostas, temas.

No terceiro passo (transformação das expressões cotidianas dos sujeitos numa linguagem psicológica, com ênfase no fenômeno pesquisado), as unidades de significado ou unidades temáticas identificadas nas respostas foram transformadas na

linguagem fenomênico-existencial do Psicodiagnóstico Rorschach propostas para este estudo: *simbólico*, *diabólico* e *vitimizado*. O quarto e último momento (síntese das transformações das unidades de significado numa declaração consistente da estrutura da experiência) será esboçado na parte dos resultados da pesquisa, pois diz respeito à essência do fenômeno estudado, ou seja, à sua estrutura geral e aos seus significados. Procurou-se determinar quais unidades de significado foram invariantes e verdadeiramente essenciais ao fenômeno (essência universal), para, em seguida, suspender o universal e obter as essências individuais. As principais unidades significativas identificadas nos protocolos “levam a uma compreensão do conteúdo das respostas em termos da visão do mundo própria ao sujeito” (Silva, 1981, p. 132).

O método fenomenológico e as categorias existenciais *simbólico*, *diabólico* e *vitimizado*, buscarão extrair do discurso Rorschach das crianças abusadas, os sentidos construídos sobre as pessoas e os relacionamentos interpessoais. Algumas respostas foram difíceis de serem classificadas dentro de uma destas três categorias existenciais, pois nem sempre o seu sentido ficou explícito no discurso da criança; como os testes foram recolhidos de um banco de dados, muitas vezes a pessoa que aplicou o teste à criança não aprofundou, no inquérito, a busca do significado que uma determinada resposta teve para ela. Por exemplo, esta resposta à IV prancha “Dois cachorros latindo”, pode tanto estar comunicando algo ruim, do tipo: estão latindo porque estão com medo, ou porque estão com raiva, como também podem estar latindo porque estão se comunicando ou porque estão felizes. Como o sentido específico desta resposta não está explícito no discurso nem no inquérito, e como também não há nesta a inclusão de elementos agressivos e destrutivos de forma explícita, esta cinestesia será considerada simbólica, pois possuiu um caráter inócuo.

A dificuldade de encontrar uma codificação que refletisse com fidelidade o significado do discurso, também foi constatada em respostas do tipo: prancha V: “O sapo pulando e abriu as asas e um chifre, dois chifres e as asonas”; esta resposta foi incluída dentro da categoria simbólico, pois pular é uma atividade vital do sapo, mas não pudemos deixar de notar que esta resposta encontra-se contaminada: o sapo tem chifres e asas, o que dá a esta resposta uma conotação negativa, de fusão de realidades incompatíveis, própria do esquizofrênico. Muitas experiências, sentimentos e até mesmo pensamentos são inefáveis, ou seja, indizíveis e inexprimíveis através de um código lingüístico, porque seu significado transborda os limites da linguagem real, até mesmo da linguagem simbólica.

Para Freitas (2005), a passagem da experiência humana para o seu relato discursivo comporta lacunas e até mesmo contrastes, daí a afirmação do caráter inefável da experiência. A autora também observa como alguns pesquisadores e clínicos, como o próprio Hermann Rorschach, buscaram ou descobriram formas de expressão capazes de acessar a experiência emocional dos seus pacientes, ao tomarem a linguagem como o fio condutor que os conduziriam às experiências dos sujeitos. Um processo análogo acontece com as respostas Rorschach: muitas delas estão muito além dos códigos criados para captá-las e exprimi-las; no discurso Rorschach apreendem-se significados que nem sempre encontram um meio de expressão através da codificação. Este refinamento da codificação Rorschach concretizou-se numa proposta de revisão das atuais nomenclaturas, em uma tentativa de estabelecer uma maior aproximação entre estas e os significados veiculados que procuram traduzir; por meio desta revisão também se torna mais claro, nos estudos de vitimologia, distinguir respostas no sentido de não confundir os dinamismos psíquicos de uma criança agredida com os de um agressor.

4. Resultados e Discussão

A apresentação dos resultados e da discussão, em um primeiro momento, se referirá à análise diagnóstica individual de cada um dos oito participantes da pesquisa para, em seguida, referir-se à análise diagnóstica grupal. Como o que buscamos, prioritariamente, é a análise do grupo de crianças, partiremos das análises individuais (essências singulares) para alcançar a essência universal.

4.1. Essências singulares

Os dados individuais foram tratados da seguinte maneira, sempre dentro dos conteúdos humano e animal: a) calculou-se a porcentagem de respostas simbólicas, diabólicas e vitimizadas em relação ao total de respostas de cada conteúdo *H* e *A* (as que não entraram dentro de nenhuma destas três categorias foram tratadas como respostas neutras); b) comparou-se, em relação ao total de respostas dentro destas três categorias propostas, a porcentagem de conteúdos simbólicos, diabólicos e vitimizados; c) comparou-se a porcentagem de respostas simbólicas e diabólicas por conteúdo; d) comparou-se a porcentagem de respostas simbólicas, diabólicas e vitimizadas nas cinestésias *K* e *kan*; e) calculou-se frequência de respostas da categoria *H* vitimizado (*kp*) e *A* vitimizado (*kan* vitimizado), bem como a origem desta resposta: se proveniente da ação de um *K* ou *kan* diabólicos, se provenientes da ação de forças destrutivas da natureza ou de acontecimentos trágicos, ou se esta provinha de um sofrimento físico ou psíquico não causado por nenhuma ação externa diabólica ou destrutiva (sofrimento “sozinho”); f) calcularam-se quantas vezes apareceu o par de respostas agressor-vítima (ação diabólica animal ou humana contra uma vítima animal ou humana), e em quais conteúdos.

1. Participante S1 (sexo feminino, 4 anos de idade)

No discurso Rorschach desta criança, foram identificadas as três unidades temáticas que estamos trabalhando: simbólico, diabólico e vitimizado. As descrições das respostas de cada unidade temática encontram-se na tabela 7.

Tabela 7

S1: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas *Simbólico, Diabólico e Vitimizado*

Dimensões Lingüísticas	Unidades Temáticas
VIII: “Tô vendo um azul, amarelo e um vermelho e um ratinho subindo em cima”	Simbólico
IX: “Dois monstros. É a monstra e o monstro”	Diabólico
II: “Dois homens pondo a mão assim, tá saindo um trem vermelho. Sangue”	Vitimizado
III: “Uma borboleta saindo sangue”	
VI: “Um Jesus em cima da cruz”	

A análise da fenomenologia do humano desvelada no teste de Rorschach desta criança revelou que, do total de 5 respostas de conteúdo humano que apareceram no teste, 3 delas (60%) foram neutras e 2 delas (40%) se referiram a conteúdos humanos vitimizados. Das 9 respostas de conteúdo animal do teste, 6 delas (67%) foram neutras, houve 1 resposta simbólica (11%), 1 resposta diabólica (11%) e 1 resposta vitimizada (11%). Nesta primeira análise pode-se perceber que predominaram as percepções humana e animal neutras, mas, em relação às unidades temáticas, a categoria vitimizado predominou, e houve empate quanto às percepções simbólicas e diabólicas.

No somatório dos conteúdos *H* e *A* classificados como simbólicos, diabólicos e vitimizados, os conteúdos simbólicos foram percebidos na mesma frequência dos diabólicos, ou seja, cada um atingiu a porcentagem de 20%; os conteúdos

vitimizados representaram 60% das respostas destas categorias. Nota-se que nesta criança suas percepções simbólicas e diabólicas aparecem com a mesma frequência, o que não é um dado positivo, pois em crianças, as respostas simbólicas (caracterizadas por ações construtivas e positivas direcionadas ao lúdico, ao amoroso, à autodefesa, ao crescimento, ao conhecimento e exploração do mundo) deveriam ser significativamente mais frequentes do que as diabólicas. Além do mais, as respostas da categoria vitimizado representaram 60% das respostas das unidades temáticas identificadas, indicando que o medo, a angústia e o sofrimento são vivências presentes no seu psiquismo, até mesmo mais presentes do que vivências geradoras de sentimentos de bem-estar psicológico.

Dentro da classificação simbólico/diabólico, esta criança não forneceu nenhuma resposta de conteúdo humano, portanto, 50% das percepções animais foram simbólicas e 50% diabólicas. Percepções e experiências positivas e construtivas apareceram na mesma frequência que as negativas e desconstrutivas. As formas dinamizadas por atribuição de intencionalidades diabólicas ou simbólicas concentraram-se no conteúdo animal, o que é bastante apropriado para a sua idade, pois neste caso o animal é o veículo expressivo das emoções e fantasias infantis.

Em relação às cinestésias, não houve nenhuma cinestesia humana simbólica ou diabólica, e as cinestésias animais foram 100% simbólicas; esta potencialidade presente nas cinestésias A pode continuar se desenvolvendo neste sentido e passar a dinamizar as formas humanas, nas quais o humano poderá ser percebido em construções simbólicas da realidade e dos relacionamentos. Quanto à categoria vitimizado, houve duas percepções de humanos em sofrimento e uma percepção de animal em sofrimento; ambas as cinestésias não foram consequência de uma agressão humana ou animal externa, portanto, esta criança não projetou no teste a

relação agressor-vítima. Em duas destas cinestésias de sofrimento (uma no humano e outra no animal) os personagens foram percebidos como sangrando, e uma destas respostas foi dada na II prancha, que é evocadora de traumas; este tipo de resposta, que alia o conteúdo sangue ao movimento de objeto, comporta o significado psicológico de intensa perturbação emocional, tensões e conflitos não resolvidos, com grandes possibilidades de ser proveniente de trauma (Anzieu, 1984; Adrados, 2000; Petrelli, no prelo). Para Traubenberg e Boizou (1999), a intensidade pulsional presente nas respostas de cinestesia de objeto, é freqüentemente evidente e destrutiva, mas reenvia mais para um sentimento de estar em perigo num mundo destrutivo do que para as próprias pulsões agressivas. As cinestésias de sofrimento foram mais freqüentes que as simbólicas e diabólicas, e mais freqüentes no conteúdo humano, indicando que o sofrimento opera de forma mais explícita na sua vivência e no seu psiquismo do que de forma latente; no *H*, a dor e o sofrimento são maiores, pois são mais conscientes.

Em síntese, podemos dizer que a categoria vitimizado foi mais freqüentemente percebida do que as categorias simbólico e diabólico, e estas últimas foram percebidas na mesma freqüência. Em relação à visão do ser humano e dos relacionamentos, que nesta pesquisa definiu-se como o modo de se avaliar o dano psíquico produzido na vida relacional da criança, podemos dizer que a visão que mais se fez presente foi a do ser humano como sujeito de sofrimento; o mundo, conseqüentemente, é algo ruim e produtor de dor e angústia.

2. Participante S2 (sexo feminino, 11 anos de idade)

No discurso Rorschach desta criança, foram identificadas as unidades temáticas simbólico, diabólico e vitimizado. As descrições das respostas de cada unidade temática encontram-se na tabela 8.

Tabela 8

S2: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas *Simbólico, Diabólico e Vitimizado*

Dimensões Lingüísticas	Unidades Temáticas
I: “Dois anjos”; “Pessoa de perna aberta como se tivesse fazendo abertura”; “Um palhaço” III: “Duas pessoas, dois garçons” IV: “Dois cachorros latindo” V: “Uma águia, ela tá voando aqui” VI: “Cabeça de cachorro, uivando para cima” VII: “Duas pessoas, de cabeça para baixo, sabe aquelas barra de pendurar? Então, pendura o pé e tem até o cabelo caindo”; “Duas grávidas encostando a barriga”. VIII: “Uma borboleta puxando o fantasma”	Simbólico
I: “Monstro, parece que ele vai pegar alguém, ele é triste” IV: “Um monstro” VI: “Um monstro, aliás, dois monstros, assim de cabeça para baixo como se fossem sonâmbulos, de costas um pro outro” VIII: “Um monstro”, sabe aqueles negócio tipo jacaré”; “Fantasma pegando fogo” IX: “Duas bruxas refletindo na água”; “Uma criança sendo enforcada, minha irmã que foi enforcada pelo marido da minha avó”; “E.T.” X: “Um monstro”	Diabólico
I: “Monstro, parece que ele vai pegar alguém, ele é triste”; “Uma pessoa com medo também, pessoa assustada” VIII: “Dois lagartos, nos dois lagartos tá saindo sangue” IX: “Uma criança sendo enforcada, minha irmã que foi enforcada pelo marido da minha avó”	Vitimizado

Esta criança produziu um protocolo rico, com várias respostas, totalizando 19 respostas humanas e 19 respostas animais. Das respostas humanas, 42% foram diabólicas, 32% simbólicas, 16% vitimizadas e 10% neutras. Excluindo as respostas neutras, houve 17 respostas de conteúdo humano, das quais 47% foram diabólicas, 35% simbólicas e 17% vitimizadas. Na percepção do humano, o que predominou foram representações negativas, onde este foi visto como um ser destrutivo, agressivo, causador de dor, sofrimento e medo; nas palavras da criança, este foi freqüentemente visto como um “monstro”. A significação afetiva predominante do humano, a nível consciente, é a de alguém com potencial para causar temor, angústia, dotado de possíveis intenções malevolentes.

Do total de 19 respostas animais, 68% delas foram neutras, 21% simbólicas, 5% diabólicas e 5% vitimizadas. Os animais, em grande parte, não foram percebidos com conotações positivas nem negativas; excluindo as respostas neutras, houve 6 respostas de conteúdo animal, das quais 67% foram simbólicas, 7% diabólicas e 7% vitimizadas. Nas respostas animais, houve o predomínio de visões positivas, do lúdico.

No somatório dos conteúdos *H* e *A* classificados como simbólicos, diabólicos e vitimizados, os conteúdos simbólicos representaram 43%, os diabólicos 39% e o vitimizado 17% das respostas. Apesar dos conteúdos simbólicos terem sido mais freqüentes, os diabólicos apresentaram quase a mesma freqüência, indicando o quanto o psiquismo desta criança encontra-se dividido entre as representações positivas e as negativas do mundo, das pessoas e dos relacionamentos; em uma criança, o que se espera são visões mais lúdicas do que trágicas da existência.

As cinestésias e conteúdos humanos predominaram sobre as cinestésias e conteúdos animais, como esta criança foi avaliada aos 11 anos de idade, é esperado

que suas percepções animais sejam gradualmente substituídas pela humana. As *K* simbólicas representaram 40% das cinestésias, as diabólicas e as vitimizadas 30% cada uma. As intencionalidades construtivas predominaram sobre as outras, porém não com uma grande margem de diferença; já 80% das cinestésias *kan* foram simbólicas e 20% vitimizadas, não havendo nenhuma diabólica. Este grande potencial latente de percepção positiva, construtiva e inocente do mundo, presente nas respostas *kan*, pode vir a se desenvolver e passar a ocupar o lugar das representações malevolentes do humano e do mundo, possuindo esta criança bastante energia latente para reverter as representações mais imediatas e mais presentes na consciência acerca das pessoas.

As respostas da unidade temática vitimizado totalizaram 4: uma de animal em sofrimento e 3 de humanos em sofrimento. O sofrimento atribuído ao animal não é proveniente de nenhuma ação externa a ele, ou seja, faz parte do que denominamos “sofrimento sozinho”; isto seria uma espécie de sofrimento já enraizado, como um traço latente no seu psiquismo. Dentre as respostas *H kp*, uma apareceu como sofrimento sozinho e as outras 2 apareceram como sofrimento decorrente de uma ação diabólica. Nestas últimas há a presença consciente de um agressor e de uma vítima desta agressão, e esta agressão tanto pode ser física (machucou, matou, feriu, fez mal a alguém) quanto psicológica (assustou, passou medo); exemplos: I: “Monstro, parece que ele vai pegar alguém...” codificada como *((H) diabólico) H kp*; e IX: “Uma criança sendo enforcada, minha irmã que foi enforcada pelo marido da minha avó”, codificada como *(H diabólico) H kp*. Estas respostas que recebem uma dupla codificação entram no cálculo do diabólico e do vitimizado, são consideradas duas respostas. A criança projetou a relação agressor-vítima nos conteúdos humanos; sua resposta “Uma criança sendo enforcada, minha irmã que foi enforcada pelo

marido da minha avó” é extremamente direta na acusação deste avô como o agressor, pois ele foi acusado de ter abusado sexualmente desta criança e das suas irmãs. Vemos como o Rorschach é capaz de promover uma atualização das vivências e dos traços mnemônicos, tanto através de respostas mais simbólicas quanto através de respostas deste tipo, mais diretas e realistas.

Destacando outros elementos significativos deste teste, vemos na prancha II a seguinte resposta: “Ai! Parece sangue! Como se tivesse caído no chão”. Como vimos no protocolo anterior, a resposta sangue aliada ao movimento indica intensa perturbação emocional, com grandes possibilidades de ser proveniente de trauma, ainda mais tendo sido dada na II prancha. A palavra “ai” traz a ao momento presente a lembrança de um momento doloroso para ela.

Em relação ao dano psíquico, vimos que, no geral, as respostas simbólicas (43%) predominaram sobre as diabólicas (39%), a visão malevolente do mundo ainda não dominou totalmente suas representações, mas a diferença quantitativa entre elas foi pequena. O ser humano foi predominantemente percebido como diabólico, mas restaram as percepções animais, dominadas pelas representações simbólicas e por representações formais neutras, que não entraram dentro das classificações simbólicas, diabólicas e vitimizadas propostas para esta pesquisa, mas que em sua maioria comportam respostas carregadas do lúdico inocente, como, por exemplo, as respostas borboleta, passarinho, guitarras, laço, pingüim de gravata, entre outras. É uma criança com grande potencial para reverter o domínio das representações diabólicas sobre o humano e para re-significar os sentidos negativos construídos sobre os relacionamentos.

3. Participante S3 (sexo feminino, 08 anos de idade)

Esta criança produziu respostas das unidades temáticas simbólico e diabólico, porém, não da unidade temática vitimizado. As descrições das respostas encontram-se na tabela 9.

Tabela 9

S3: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas *Simbólico e Diabólico*

Dimensões Lingüísticas	Unidades Temáticas
VII: “Duas pessoas, duas bailarinas com as mãos para trás com enfeite no cabelo”	Simbólico
III: “Uma careta; porque tem duas pessoas com a língua de fora, mostrando uma para a outra”	Diabólico
IV: “Fantasma”; “Parece um urso grande fazendo cara feia”	

Esta criança não forneceu muitas respostas ao teste; no total, houve 3 respostas de conteúdo humano e 4 respostas de conteúdo animal. Dos conteúdos humanos, 2 deles (67%) foram diabólicos e 1 simbólico (33%), nenhum vitimizado e nenhum neutro. Das respostas animais, 3 foram neutras (75%) e uma foi diabólica (25%), nenhuma simbólica e nenhuma vitimizada; excluindo as respostas neutras e trabalhando com as unidades temáticas, podemos dizer que suas respostas animais foram 100% diabólicas. Houve mais projeções de percepções diabólicas no conteúdo humano do que no animal, e o conteúdo animal não apresentou nenhuma representação simbólica.

As cinestésias *K* repartiram-se igualmente em simbólicas (50%) e diabólicas (50%), e as cinestésias *kan* foram 100% diabólicas. Estes dados revelam que seu psiquismo, nas representações mais conscientes, desenvolvidas e imediatas do *H*, divide-se entre as representações positivas e as negativas do humano; sua cinestesia

simbólica, referente a bailarinas, expressa ainda o lúdico, porém, espera-se que uma resposta deste tipo apareça com mais frequência num protocolo infantil. A cinestesia diabólica projetada no humano refere-se a uma relação de ofensa e desprezo entre 2 pessoas, semelhante cinestesia foi projetada no animal. Os conteúdos diabólicos não se apresentaram de forma trágica e sinistra, sendo um dado interessante a respeito da qualidade deste diabólico; ele assusta, mas não se configura como algo terrificante causador de muito medo e angústia. Sua possibilidade latente de desenvolvimento das percepções e do relacionamento com o humano, expressa na resposta *kan*, não se constituiu como um dado muito favorável para reverter as atuais representações diabólicas que, em seu psiquismo, estão mais representadas que as simbólicas. Porém, esta criança não projetou no teste a relação agressor-vítima, talvez esta representação do humano agressor e causador de dor e sofrimento em uma outra pessoa não tenha se estabelecido como uma representação psíquica sua acerca dos relacionamentos.

Sobre o dano psíquico, vemos que no teste não houve muitas representações simbólicas nem diabólicas, e as diabólicas predominaram um pouco sobre as simbólicas; no restante do protocolo, as respostas neutras e inocentes, não dominadas por representações drásticas nem terrificantes do mundo, foram maioria. Como as representações diabólicas foram mais frequentes do que as simbólicas, existe o risco de que as primeiras passem a substituir as representações inócuas, neutras. O protocolo desta criança praticamente dividiu-se entre o positivo e o negativo. Uma resposta significativa foi dada à prancha II: “Essa tá difícil! (Colocou as mãos na testa) Um pulmão”; vemos, através do primeiro comentário atribuído à prancha (evocadora de traumas) e do tempo de latência de 40 segundos (cerca de 6 vezes maior do que o tempo de latência médio das outras pranchas), que esta mobilizou

nela um choque arquetípico, indicando situações traumáticas não-elaboradas. Algum dano já foi produzido no seu psiquismo, dada a predominância do diabólico sobre o simbólico; sua única resposta animal, que indica a direção da possibilidade de desenvolvimento ulterior das suas representações da realidade, também é diabólica, dando margem à hipótese de que, com o decorrer do tempo, esta potencialidade presente nas respostas animais desta criança possa se desenvolver e ser dominante na sua visão das pessoas e dos relacionamentos.

4. Participante S4 (sexo masculino, 07 anos de idade)

As respostas simbólicas, diabólicas e vitimizadas deste menino encontram-se descritas na tabela 10.

Tabela 10

S4: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas *Simbólico, Diabólico e Vitimizado*

Dimensões Lingüísticas	Unidades Temáticas
V: “O sapo pulando e abriu as asas e um chifre, dois chifres e as asonas”	Simbólico
VI: “Uma borboleta, tem duas asas parecendo uma espada. Uma borboleta grande e uma pequena. Voando”	
VII: “Dois índio, uma borboleta levando eles de lá para a toca deles”	
VIII: “Duas largatixa subindo num toco de pau. Para caçar passarinho”	
IX: “Dois anjinho cantando, fazendo festa”	
II: “Aqui tá saindo, é o sangue do coração, enfiou a faca e morreu. Coração de homem”	Diabólico
IV: “Um gigante com rabo gigante, uma perna e braço pequeno”	
II: “Aqui tá saindo, é o sangue do coração, enfiou a faca e morreu. Coração de homem”	Vitimizado
X: “Duas barata subindo num fogo, correram sangue. Ficavam penduradas no fogo. Explodiu o fogo”	

Esta criança forneceu ao teste 5 respostas humanas e 10 respostas animais. Das respostas de conteúdo humano, 40% foram diabólicas, 20% simbólicas, 20% vitimizadas e 20% neutras; excluindo as neutras e comparando qual categoria do humano foi mais prevalente no teste, o diabólico fica com 50% das representações humanas e o simbólico e o vitimizado ficam com 25% cada um. No conteúdo animal, não houve percepções diabólicas, 50% delas foram simbólicas, 40% neutras e 10% vitimizadas; excluindo da análise as respostas neutras, as respostas animais simbólicas representaram 83% das percepções e as vitimizadas 17%. A representação mais imediata e consciente do humano é permeada por sentidos negativos; já a percepção animal, ligada às representações mais inconscientes, latentes e primárias do ser humano, é predominantemente simbólica, indicando que as atribuições negativas e destrutivas que esta criança confere ao outro não atingiram a base mais primária das suas representações sobre ele.

Em relação às cinestésias humanas, houve uma simbólica, uma diabólica e uma vitimizada. A resposta humana diabólica e vitimizada é bastante dramática: foi dada à prancha II (evocadora de traumas) e refere-se ao sangue saindo do coração de uma pessoa que foi vítima de um ato diabólico e morreu. Indica experiências de sofrimento, dor, situações traumáticas não elaboradas, que ainda persistem e interferem no seu psiquismo. Nas cinestésias animais, a resposta da unidade temática vitimizado também indica um psiquismo no qual as conseqüências do trauma ainda são operantes. Na cinestesia humana simbólica, a criança mostra que tem energia psíquica para se recuperar e para re-significar o fato violento, resgatando o lúdico, o inocente e a tranquilidade na sua existência. Esta possibilidade de resgate é amplamente amparada pelas cinestésias animais: 83% foram simbólicas e 17%

vitimizadas; há um grande potencial latente para se desenvolver no sentido positivo e construtivo das relações humanas, e também no sentido de se recuperar de traumas.

É uma criança que apesar de ainda apresentar alguns traços de persistência do trauma no seu psiquismo, tem um grande potencial latente para se recuperar, vencendo as representações mais imediatas do humano como ser maldoso ou como sujeito do sofrimento. Um dano maior e de pior prognóstico não foi detectado; o prognóstico é favorável a este bom desenvolvimento das suas representações do outro, desde também que as condições da realidade sejam propícias para que esta recuperação opere (como, por exemplo, não ser novamente vitimizado sexualmente).

5. Participante S5 (sexo masculino, 05 anos de idade)

O teste desta criança impressiona pela grande quantidade de representações da relação agressor-vítima e pela ausência total de respostas simbólicas. Das 12 respostas que a criança deu no teste, uma é neutra, de acordo com a nossa classificação (I: “Um morcego”), e uma é diabólica sem a presença de uma vítima (I: “Um monstro”); todas as demais respostas ao teste se referem à presença de um ator de uma ação perversa que atenta contra um outro personagem, que se torna vítima desta ação. A tabela 11, que contém as respostas da criança ao teste, foi construída de uma outra maneira: como a grande maioria das respostas recebeu dupla codificação e entrou tanto no cálculo das respostas diabólicas quanto das vitimizadas (ator da ação malevolente e vítima desta ação), para que ela não aparecesse duas vezes no mesmo quadro (uma vez na categoria diabólico e depois novamente na categoria vitimizado), ela aparecerá somente uma vez, na unidade temática

diabólico-vitimizado. Isto em nada muda o cálculo de frequência destas respostas, apenas proporciona uma melhor visualização destas. Quando o ator da ação malevolente contra alguém não foi humano nem animal (e sim um objeto, por exemplo), a resposta entrou somente na categoria vitimizado.

Tabela 11

S5: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas *Diabólico, Vitimizado e Diabólico-Vitimizado*

Dimensões Lingüísticas	Unidades Temáticas
I: “Um monstro, parece um bicho”	Diabólico
VI: “Um violão. Porque o violão bateu no rabo do menininho aqui”	Vitimizado
II: “Não sei (fez careta). Não tô vendo não. É um bicho. Porque ele é uma mula, é porque é mau. Ele bateu”	Diabólico-vitimiz.
III: “Um cavalo, aqui a unha dele. É uma borboleta ou então é um cavalo. Parece porque ele bateu na veia do outro menino”	
IV: “Isso é uma mula sem cabeça. Parece porque ele bateu no bumbum do outro menino, aquele” (apontou para a caixa de brinquedos e pegou um boneco de bumbum de fora).	
V: “Uma borboleta. Parece porque ela bateu naquele menininho aqui” (apontou para o boneco em suas mãos).	
VII: “Uma borboleta de novo. Porque a borboleta bateu nas duas mãos dele. Porque ela é má e muito má”	
VIII: “Um leão, uma borboleta, outro leão, uma borboleta, isso aqui é uma pipa. O leão fez que bateu na barriguinha do gatinho e a borboleta bateu na testa”	
IX: “Um bicho. Porque ele bateu na testa do gatinho, porque ele é mau e pronto”	
X: “Um bicho. Porque ele bateu no gatinho aqui, e arrancou a cabeça do gatinho porque ele é mau”	

Esta criança forneceu ao teste 6 respostas humanas e 14 respostas animais. Todas as suas respostas de conteúdo humano se referiram a pessoas vítimas de uma ação malevolente dirigida contra elas, e todas estas vítimas eram personagens implícitos na prancha, não foram vistos nem localizados na folha de localização Rorschach das respostas, mas eram personagens centrais e importantes no discurso e

na comunicação das suas vivências. A percepção do humano encontra-se aprisionada na representação deste como sujeito que sofre, que é vitimizado pelas intenções hostis e malevolentes dos outros; seu sofrimento é bastante consciente, vívido, explícito, tendo visto que as respostas de humanos vitimizados foi o dobro das respostas de animais vitimizados (que apareceram três vezes, e representam um sofrimento mais latente, mais inconsciente). A mensagem que esta criança transmite é a de que ela foi agredida. Este menino identificou-se claramente com a vítima da agressão, pode-se ver nas suas respostas humanas que ele identificou um boneco do sexo masculino como a vítima, boneco que representa ele próprio, pois possui o mesmo sexo que o seu e é visto como alguém pequeno, como uma criança (o “menininho”). Na prancha IV (o masculino, o pai, a autoridade) a criança diz que uma mula sem cabeça bateu no bumbum do menininho, ele denuncia uma figura masculina como agente da agressão e indica a parte do corpo do menino que foi agredida: o bumbum. Esta resposta força plasticamente a idéia de que o Rorschach, em respostas simbólicas ou reais, é capaz de fornecer alguns detalhes da agressão, visto que este garoto foi vítima de relações sexuais anais.

Entre as respostas animais, apenas uma foi neutra, e todas as demais foram diabólicas, com vítimas humanas e animais. O animal, além de também ter sido visto como vítima, foi predominantemente investido de ações e intenções destrutivas dirigidas contra um outro; todos os agressores foram animais, e praticamente todos os animais vistos no teste tinham a intenção de causar o mal. A representação mais primária, latente e inconsciente das pessoas e dos relacionamentos é extremamente negativa, o outro é visto sempre com intenções destinadas à destruição, a fazer mal ao outro. Este garoto encontra-se tão abalado pela agressão que sofreu que até mesmo suas estruturas mais primárias, suas representações mais profundas acerca do

ser humano, foram totalmente abaladas e desconstruídas. Até o potencial de energia psíquica presente nas respostas de cinestésias animais, que, desenvolvendo-se ao longo do processo evolutivo e maturacional, o poderia ajudar a reverter as atuais representações, encontra-se dominado pela experiência de agressão e do sofrimento.

Todo o potencial lúdico das suas respostas foi corrompido pelas representações malevolentes que dominaram seu psiquismo: o cavalo, a borboleta e o leão agridem; o menino e o gatinho, personagens que representam o pequenininho e o inocente, são vítimas da violência; sua visão lúdica e inocente do mundo foi pervertida, este é percebido como um ambiente hostil e perigoso, assim como as pessoas e os relacionamentos. A linguagem simbólica desta criança é clara na sua intenção de comunicar que ela foi vítima de uma violência.

Esta criança sofreu um grave dano psíquico, deteriorou-se toda a sua representação do ser humano e da convivência interpessoal, todo o teste foi tomado pelas representações agressivas, a criança se fechou nesta experiência. Não há, no teste, indícios de que esta criança possa vir a se recuperar espontaneamente, não há indícios de que ela possua tais recursos na sua personalidade, não há sinal de nenhuma abertura para uma reconstrução simbólica, inocente e construtiva da realidade. O prognóstico para esta criança não é favorável, e vê-se a urgência de um tratamento psicoterapêutico a fim de se tentar reverter estas representações. Administrar o terrificante internalizado é tarefa difícil; segundo Petrelli (comunicação pessoal, 04 de maio de 2005) caso o indivíduo não consiga reverter tais representações, estas poderão passar a operar no seu psiquismo, originando uma neurose, psicose (por re-interpretação do terrificante, gerando uma visão catastrófica do mundo, tão comum entre os esquizofrênicos) ou psicopatia (por identificação com o terrificante, com a intencionalidade diabólica), ou até mesmo um suicídio, já que o

mundo e os relacionamentos ficam aprisionados numa visão negativa, pessimista, desesperançosa, produtora de dor e sofrimento (de que nele não há nada de bom e que talvez viver não seja a melhor solução para lidar com ele).

6. Participante S6 (sexo feminino, 08 anos de idade)

Esta criança produziu respostas das três categorias temáticas propostas para a análise dos conteúdos *H* e *A*. As mesmas encontram-se descritas na tabela 12.

Tabela 12

S6: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas *Simbólico, Diabólico e Vitimizado*

Dimensões Lingüísticas	Unidades Temáticas
V: “É um gavião que está voando”	Simbólico
X: “Eu tô vendo um <i>Bad Boy</i> , porque tem olhos, sobrancelhas escuras. Ele é bom, ele tá pegando nas mãos das aranhas”	
III: “Um bicho zoiúdo, porque tem narigão e mão afiada e o sangue”	Diabólico
IV: “Boneco assassino, ele tá pisando alto tentando pegar alguma coisa, ele é ruim”;	
“Aqui é uma sombra de um homem, do jeito que eu estou vendo, a sombra do homem no escuro, e quando acende a luz, fica a sombra”;	
“Aqui é um gigante de desenho, porque é pezudo, grandão e gordão”	Vitimizado
VII: “Dois coelhos, estão virados um para o outro, eles estão virados porque estão assustados e um olhou para o outro”	

Esta criança produziu um protocolo de respostas no qual as percepções animais foram bastante frequentes. O conteúdo humano apareceu 6 vezes: 3 vezes em percepções diabólicas, 2 vezes em percepções neutras e uma vez em percepção simbólica; não houve respostas de humano na categoria vitimizado. Os animais foram percebidos 16 vezes: em 13 vezes esta percepção foi neutra, uma foi diabólica,

uma simbólica e uma vitimizada. Considerando-se apenas as respostas simbólicas, diabólicas e vitimizadas, no *H* predominaram representações diabólicas (75%), enquanto no *A* as representações diabólicas, simbólicas e vitimizadas apareceram na mesma frequência (uma vez cada uma). A representação do humano num nível mais consciente e imediato é qualificada de forma negativa; é interessante notar que todas as suas respostas *H* diabólicas (que no caso foram (*H*) pela qualidade sobrenatural, mítica e/ou pára-humana do ser humano percebido) foram dadas na prancha IV, a prancha que evoca o simbolismo masculino/paterno. A imagem da figura masculina é fortemente associada à violência (“boneco assassino”), às situações que produzem medo nas crianças (“sombra do homem no escuro”) e ao poder associados ao tamanho físico (“gigante pezudo, gordão e grandão”).

No conteúdo animal não houve o predomínio de nenhuma unidade temática; o conteúdo *A* diabólico trouxe uma imagem assustadora e violenta associada ao conteúdo sangue (“bicho zoiúdo com narigão, mão afiada e sangue”), o *A* vitimizado (não proveniente de nenhuma ação agressiva executada contra o personagem) dado na prancha VII (“coelhos assustados”), traz um potencial de resgate lúdico e inocente nas relações interpessoais de intimidade (simbolismo desta prancha), embora o medo ainda esteja presente nestas relações. O *A* simbólico, associado ao movimento *kan* na prancha V (“gavião voando”) revela recursos latentes na sua personalidade, em termos de energias potenciais que poderão se desenvolver e contribuir para seu processo de crescimento pessoal.

A criança não projetou no teste a relação agressor-vítima; vemos que sua concepção dos relacionamentos não ficou aprisionada nesta concepção de violência e sofrimento. Seus interesses dirigem-se ao lúdico de forma rica e variada, como nas diversas interpretações animais dadas por ela em diversas pranchas: borboleta,

morcego, aranha, gavião, gato, hipopótamo, lobo, coelhos, canguru, onças, sapo, ratinhos.

No somatório total de respostas diabólicas, simbólicas e vitimizadas, as diabólicas apareceram 57% das vezes, as simbólicas 29% e as vitimizadas 14%. O diabólico foi a unidade temática mais presente, mas na sua grande maioria restringiu-se à prancha IV, à visão do masculino. Pode-se concluir que em relação à convivência interpessoal, sua percepção da figura masculina encontra-se bastante permeada por representações negativas, o que pode acarretar problemas de relacionamento com esta. Excluindo-se as respostas dadas à prancha IV, vemos que no restante do protocolo, as respostas simbólicas predominam. O abuso sexual produziu danos na sua representação do masculino mas não danos profundos na sua personalidade e na convivência interpessoal de uma forma geral.

7. Participante S7 (sexo feminino, 07 anos de idade)

A análise qualitativa dos conteúdos *A* e *H* revelou que as respostas distribuíram-se entre as três unidades temáticas, simbólico, diabólico e vitimizado, como se pode ver na tabela 13. A tabela 13, da mesma maneira que a tabela 11, também apresenta a unidade temática diabólico-vitimizado para que algumas respostas (pelo fato de terem recebido esta dupla codificação) não se repetissem em duas categorias, uma vez na categoria diabólico e outra vez na categoria vitimizado.

Tabela 13

S7: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas *Simbólico, Diabólico, Vitimizado e Diabólico-Vitimizado*

Dimensões Lingüísticas	Unidades Temáticas
II: “Um homem curupira com os pés pra trás”	Simbólico
VIII: “Fogo, mata sendo queimada e o fogo continua, e os animais subindo para não ser queimado pelo fogo. Parece dois animais, um esquilo subindo de cada lado para não se queimar”	
I: “Um vampiro” “Um monstro”	Diabólico
IV: “Um monstro, o chifre do monstro e os pêlos, o monstro tá caminhando pela cidade, vai passear” “Um dragão, ele tem chifre e é cabeludo, parece dragão porque tá soltando fogo pra cima pra abrir caminho”	
VI: “Eu vejo um lobo que tá ruivando e olhando para a lua e vendo vampiros, parece um lobo muito feroz. Era noite de lua cheia, todos os animais apareciam para se reunir duas vezes na semana, segunda e sexta” “Os vampiros estavam voando”	
X: “Um homem fininho com capa de vampiro com uma gravatinha e perna verde”	
IX: “Sangue. O sangue é de uma criança que se cortou com caco de vidro”	Vitimizado
II: “Eu vejo parecido com uma galinha estrangulada, está morta, quero dizer, e o sangue pra todo lado (quem matou?). Um homem malvado, ele pensava que era uma galinha preta de macumba”	Diabólico-Vitimiz.
III: “Parece um casal, parece que eles mataram um bicho e voa sangue, são irmãos gêmeos”	
VII: “Um gato só com a bochecha e as orelhas, dançando e fazendo xixi, sem barriga (por que não tem barriga?). É feito por um monstro que tirou os olhos e a barriga pra ficar com ele. Ele sente o gato, é feito de ferro para assustar”	

O protocolo de respostas desta criança apresentou o dobro de respostas de conteúdo animal em relação às respostas de conteúdo humano. Das 7 respostas *H*, uma foi simbólica, uma vitimizada, uma neutra e 4 (o que corresponde a 57% das respostas) foram diabólicas. Das 14 respostas *A*, uma foi simbólica, 3 vitimizadas, 4

neutras e 6 (o que corresponde a 43% das respostas) foram diabólicas. Excluindo as respostas neutras e considerando-se apenas as respostas que entraram nas unidades temáticas da análise qualitativa, as respostas diabólicas corresponderam a 66% das respostas de conteúdo humano e a 56% das respostas de conteúdo animal. Tanto nas representações mais primárias, básicas e arcaicas do humano quanto naquelas mais secundárias e mais ligadas ao momento atual, o ser humano (ou sua potencial representação, expressa no A) está investido de conotações negativas e aterrorizantes (vampiro, monstro, dragão).

A análise das cinestésias aponta resultados na mesma direção: as 2 respostas *K* projetadas no teste referem-se a pessoas que mataram algum bicho, aliado à presença do conteúdo sangue nas respostas. Existe também a cinestesia projetada na prancha IX, que foi considerada uma resposta da categoria vitimizado, mas que não deixa de se referir também a um movimento executado pelo protagonista da ação, a criança que se cortou com o caco de vidro. A análise qualitativa das respostas *K* presentes neste teste revela ações direcionadas à hetero-agressão e ao sofrimento; expressa vivências que, tematicamente, podem perfeitamente se relacionar a experiências de violência, agressão e dor. Esta análise encontra respaldo em Traubenberg e Boizou (1999) ao afirmarem que, na projeção das *K*, o indivíduo serve-se das suas vivências e experiências; Baher (1950, citado por Anzieu, 1984) acrescenta ainda que a ação projetada na *K* pode representar a evocação inconsciente de traumas psíquicos.

Nas repostas *kan* desta criança também predominaram cinestésias qualificadas como diabólicas, entretanto, as *kan* apresentaram qualidades menos cruéis e destrutivas do que as *K* (exceto na resposta à prancha VII). Houve também uma resposta *kan* qualificada como simbólica na prancha VIII, dirigida à autodefesa, na qual esquilos escapam da destruição que toma conta da mata; mesmo o potencial

lúdico presente nas respostas *kan* foi direcionado não para desejos, atividades e interesses infantis, mas para uma atividade de fuga de um evento destrutivo. As *kan* diabólicas representaram 83% e as simbólicas representaram 17% das *kan*. É uma criança que precisa resgatar o lúdico, o inocente, a visão infantil e despreocupada do mundo e das pessoas.

Houve ainda 3 respostas que expressam uma relação entre dois seres na qual um deles comete um ato violento contra o outro, como se pode ver nas respostas da unidade temática diabólico-vitimizado. Acreditamos que esta projeção simboliza a relação de violência e abuso que a criança sofreu, que marcou o seu psiquismo e a sua visão das pessoas e do relacionamento interpessoal.

A grande maioria dos conteúdos animais e humanos foram percebidos como agressivos ou terríficos, e a qualidade do relacionamento interpessoal atribuída a eles foi negativa e marcada pela destrutividade. Notamos que nesta criança existe a presença de dano psíquico associado à capacidade de perceber e de se relacionar com o outro de forma positiva e construtiva, pois suas representações do outro e das relações humanas apresentam-se abaladas, deterioradas e marcadas pela agressão, o que pode gerar dificuldades sérias de relacionamento interpessoal caso esta criança não tenha a oportunidade de re-significar estes sentidos construídos.

8. Participante S8 (sexo feminino, 06 anos de idade)

A tabela 14 mostra as respostas desta criança. Seu discurso apresenta-se bastante confuso e confabulado, o que gerou algumas dificuldades para a análise e classificação das respostas; em algumas pranchas uma mesma percepção apresenta qualidades diabólicas, simbólicas e vitimizadas. Esta tabela também apresenta a unidade temática diabólico-vitimizado para evitar repetições de uma mesma resposta

em duas categorias. Respostas que contêm pessoas ou animais vitimizados por ações destrutivas da natureza ou por acontecimentos trágicos pertencem somente à unidade temática vitimizado, pois entram nas unidades temáticas apenas as respostas A e H.

Tabela 14

S8: Dimensões Lingüísticas das Unidades Temáticas *Simbólico, Diabólico, Vitimizado e Diabólico-Vitimizado*

Dimensões Lingüísticas	Unidades Temáticas
VIII: “... o menino jogou bola...” X: “... uma menina olhou e falou pra mamãe...”	Simbólico
I: “Parece com o bicho-papão, ele tava indo para a cidade (bate na prancha e fala: ‘bicho chato!’)” V: “Marimbondado da dengue, tá indo na cidade onde tá cheio de mato”	Diabólico
VIII: “Foguete, e o foguete pulou e todo mundo morreu da família e tudo eles, e aí gritou quando explodiu, aí os que não morreu, aí explodiu de novo quando gritou” IX: “Isso aqui é chuva, aí a chuva começou a chover muito forte e a casa morreu e caiu em cima de nós, aí quando a casa cair em cima de nós, aí nada. O sol tinha veneno (...) todo mundo foi pra lá que tinha veneno, aí o padrinho foi e todo mundo pôs a mão e foi de helicóptero e morreu, encostou lá, aí todo mundo morreu...”	Vitimizado
VIII: “Não é foguete, é uma bola, o menino jogou bola e o homem furou, aí a mãe dele matou o homem que furou a bola” IX: “...aí o padrinho não tava lá e de noite quando ele foi dormir o bicho-papão foi lá e matou ele” X: “É um sol. Parece um sol, o sol tá voando, voando, aí uma menina olhou e falou pra mamãe e a velha tinha veneno e matou a família, morreu todo mundo. Só o padre que não, o padre foi dormir e o bicho pegou ele”	Diabólico-Vitimiz.

Este protocolo foi de difícil análise pelo fato haver muitas respostas confabuladas e confusas, o que gerou um discurso bastante desconexo e muitas vezes sem relação alguma com o estímulo das pranchas. Mesmo assim, optamos por proceder à cotação das respostas envolvidas nestas confabulações.

A análise da fenomenologia do conteúdo humano neste teste revelou que, das 12 respostas humanas dadas, 7 delas (58%) foram vitimizadas, 3 (25%) foram diabólicas e 2 (17%) foram simbólicas, não houve repostas *H* que entraram na categoria de respostas neutras. Dentre as 10 respostas animais dadas, 6 delas (60%) foram neutras e 4 (40%) foram diabólicas, não houve respostas *A* simbólicas nem vitimizadas.

Excluindo da análise as respostas neutras, no conteúdo humano o que prevaleceu foram respostas vitimizadas (58%) e no conteúdo animal prevaleceram respostas diabólicas (100%). O ser humano foi predominantemente percebido como alguém que é vitimizado, aniquilado, as respostas são dramáticas e os personagens assim percebidos são mortos, ou por acontecimentos trágicos (o foguete que explodiu) ou por ação de uma outra pessoa ou animal que os matam (o bicho-papão que matou o padrinho). Como todos os personagens vitimizados eram humanos e nenhum animal, trata-se de um sofrimento mais consciente, mais explicitado, e não um que opera de forma mais inconsciente e latente; é mais vívido e talvez seja uma preocupação consciente desta criança. Prevalece a percepção do ser humano como sujeito de sofrimento, como vítima em potencial de acontecimentos destrutivos que poderão aniquilá-lo. Das 5 respostas *K* projetadas, 3 delas (60%) foram diabólicas e 2 (40%) foram simbólicas. As *K* simbólicas possuem características lúdicas, mas infelizmente, logo o lúdico destas respostas é substituído por um evento destrutivo diabólico, como se pode ver nas respostas às pranchas VIII e X. É um potencial que existe na criança mas que não encontra atualmente muita liberdade de expressão na sua consciência, pois logo em seguida o lúdico é substituído pelo trágico, o trágico é logo rememorado.

As respostas animais diabólicas predominaram dentre as unidades temáticas do conteúdo A, e não apareceu nenhuma *kan* simbólica. As respostas *kan*, expressivas dos desejos e do imaginário infantil, perderam sua qualidade lúdica e inocente: ligaram-se a atividades executadas por animais vistos como amedrontadores ou danosos (bicho-papão, marimbondo da dengue) ou por animais que matam pessoas. A qualidade de energia de vida em potencial que pode vir a desenvolver-se e amadurecer, expressa nas *kan*, não aponta para soluções simbólicas. A análise qualitativa das respostas animais e humanas revela que, no somatório geral, as respostas diabólicas representam 44% das respostas, alcançando as vitimizadas este mesmo valor. As respostas simbólicas representaram 12% dos perceptos.

Apresentou um discurso bastante desconexo, com presença de confabulações, na qual estas sobrepunham-se aos estímulos percebidos; em algumas vezes as fantasias de destruição e morte dirigiam sua consciência até mesmo mais do que a própria realidade. O diabólico e o vitimizado foram as representações mais presentes no teste desta criança, sua visão das pessoas e dos relacionamentos encontra-se bastante dominada pela destrutividade e pela negatividade, percebe-se que existe dano psíquico associado à sua capacidade de perceber o outro ser humano com qualidades positivas e prazerosas. É necessário que esta criança tenha a oportunidade de elaborar estas vivências, pois, lembrando Petrelli (comunicação pessoal, 04 de maio de 2005) caso o psiquismo do indivíduo esteja dominado pelas visões catastróficas, destrutivas e delirantes do mundo, este terrificante internalizado poderá, futuramente, até gerar uma psicose (por re-interpretação pessoal do terrificante internalizado, gerando uma visão catastrófica e paranóica do mundo, muito comum entre os esquizofrênicos).

4.2. Essência universal

A análise dos testes de Rorschach do grupo de crianças abusadas procurou identificar e descrever características comuns encontradas nos testes destas crianças. Buscou-se identificar quais respostas seriam invariantes ou, pelo menos, as mais frequentes entre os testes dos oito participantes, para assim compor a chamada essência universal. A essência do abuso sexual que se procurou colher no Rorschach limitou-se, como dito, à análise da fenomenologia do mundo humano e animal, o que permitiu analisar como as pessoas e as relações humanas são percebidas e vivenciadas por estas crianças.

Considerando-se a totalidade das respostas animais (*A*) e humanas (*H*) percebidas pelas oito crianças (inclusive as respostas neutras, ou seja, as que não foram classificadas nem como simbólicas, diabólicas ou vitimizadas), no conteúdo *A* prevaleceram respostas neutras (52%), como se pode ver na figura 1.

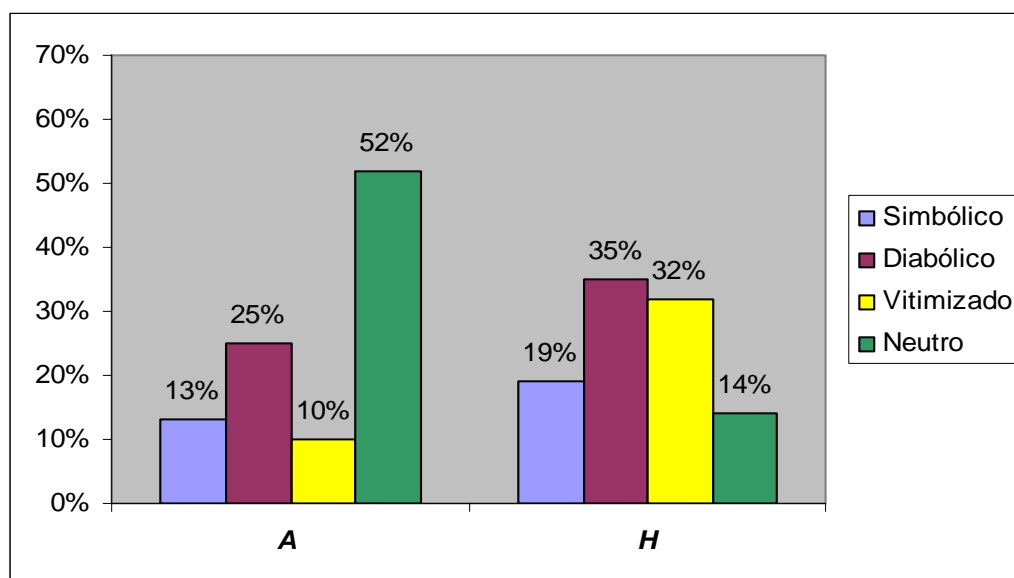


Figura 1. Porcentagem grupal de respostas simbólicas, diabólicas, vitimizadas e neutras nos conteúdos *A* e *H*.

A maioria dos animais e de suas ações não foram qualificadas nem positivamente (simbólico), nem negativamente (diabólico e vitimizado), foram apenas vistas e conceituadas de maneira neutra e formal. Em cinco das oito crianças, ou seja, em 62% delas (S1, S2, S3, S6, S7) prevaleceu a percepção neutra dos animais; (exemplos: S1, na IV: “Um pássaro bem grande”; S6, na VII: “Canguru, porque tem orelhinhas e mãozinhas”). São conceitos que trazem a possibilidade (já que as respostas animais representam um potencial latente, inconsciente de representação do humano que pode vir a se realizar, a se atualizar), de desenvolvimento em qualquer direção, tanto no sentido positivo de percepção e de relação com o humano como no sentido negativo.

A observação da figura 1 mostra que, no conteúdo *H*, prevaleceram respostas diabólicas (35%), logo seguidas pelas vitimizadas (32%). A representação mais imediata e consciente destas crianças acerca das pessoas está dominada por aspectos negativos e desconstrutivos, na qual o humano é percebido como alguém agressivo, mau, amedrontador, violento e causador de dor. Das oito crianças, em cinco delas (S2, S3, S4, S6, S7 – 62%) prevaleceu a percepção diabólica do humano, e nas outras três (S1, S5, S8 – 38%) prevaleceu a percepção do humano vítima da agressão, amedrontado ou ferido. Em nenhuma criança a percepção neutra ou simbólica dos humanos predominou sobre as outras.

As crianças vitimizadas participantes desta pesquisa atribuem às pessoas características e intenções malevolentes, ou então, vêem as pessoas como destinadas a sofrer. Este resultado parece expressar a própria dinâmica do abuso sexual: de um lado o agressor, do outro, o agredido pelo ato violento, que sofre, que se sente machucado e violado tanto no corpo como na mente. Pode-se afirmar que nestas crianças há a existência de dano psíquico associado à incapacidade atual de

perceberem o outro de forma construtiva, positiva, despreocupada e inocente, pois as suas representações do humano ficaram acorrentadas neste círculo de violência e sofrimento, de agressor e vítima.

A figura 2 não traz mais a porcentagem de respostas neutras por conteúdo, agora será considerado somente a totalidade das respostas animais e humanas que foram classificadas segundo as unidades temáticas simbólico, diabólico e vitimizado.

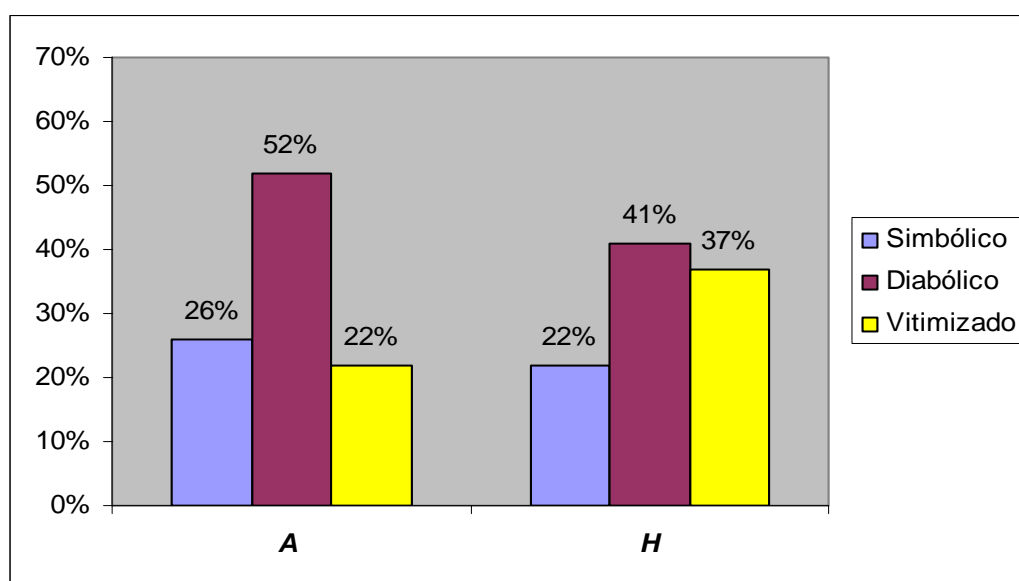


Figura 2. Porcentagem grupal de respostas simbólicas, diabólicas e vitimizadas nos conteúdos A e H.

No conteúdo animal (A) predominaram percepções diabólicas (52%), e nota-se também que estas respostas foram percebidas duas vezes mais que as respostas simbólicas (26%), que foi a segunda unidade temática mais vista. Os animais foram predominantemente percebidos como assustadores e malevolentes; neste conteúdo, quatro crianças (S3, S5, S7, S8 – 50% dos participantes) deram mais respostas diabólicas do que simbólicas ou vitimizadas, e em duas crianças (S1, S6 – 50%) a quantidade de respostas A diabólicas foi igual à quantidade de A simbólicas e de A vitimizadas, ou seja, houve empate nestas três categorias. Em apenas duas crianças (S2, S4 – 25%) predominou no conteúdo A as respostas simbólicas. Percebe-se que a

atribuição de características negativas aos animais foi uma atitude muito freqüente nos testes de 50% das crianças, e em apenas duas delas (25%) a percepção simbólica predominou sobre a diabólica e a vitimizada.

Os animais, que representam para a criança um pré-estágio (do ponto de vista da evolução da maturidade psíquica), uma fase anterior que precede a identificação com os humanos e a percepção deles no Rorschach, apontam para um potencial de desenvolvimento póstumo negativo caso isto não seja revertido, ou seja, caso a criança não consiga elaborar e superar esta representação que traz consigo. Acreditamos que futuras relações positivas e construtivas com as pessoas, e, principalmente, uma psicoterapia, ajudaria a criança a reverter, a re-significar estas representações e a ter um relacionamento mais prazeroso com as pessoas, sem medo de que o relacionamento traga para ela um novo sofrimento.

Assim como no conteúdo animal (*A*), no conteúdo humano (*H*) a unidade temática prevaiente foi a diabólica, que representou 41% das percepções. A unidade temática vitimizado também foi bastante vista, representando 37% das respostas humanas (figura 2). Como dito em relação à figura 1, em 62% das crianças predominou a percepção do humano diabólico e em 38% delas predominou a percepção do humano vitimizado, sendo que em nenhuma delas a percepção do humano simbólico prevaleceu sobre as outras. Duas crianças (*S1*, *S5* – 25%) sequer deram uma resposta *H* simbólica. As demais conclusões referentes à análise do conteúdo humano são as mesmas feitas em relação à sua análise na figura 1.

Ao se comparar a porcentagem das unidades temáticas em *A* e *H* expressas na figura 2, pode-se ver que as respostas simbólicas foram mais freqüentes no conteúdo *A* (26%) do que no *H* (22%); as diabólicas também foram mais freqüentes no conteúdo *A* (52%) do que no *H* (41%), e as respostas vitimizadas mais freqüentes no

H (37%) do que no *A* (22%). Aos animais atribuiu-se a maioria das qualidades positivas e negativas, o que é bastante comum em se tratando de crianças, já que o animal é um importante veículo de expressão das suas fantasias. Já as respostas vitimizadas foram mais freqüentes no humano, o que nos leva a pensar que o sofrimento físico e psíquico que estas crianças trazem dentro de si é algo mais consciente, mais explícito, e não tão latente e inconsciente como seria se fossem projetados nos animais.

Os conteúdos acima analisados referiram-se a todas as respostas humanas ou animais percebidas no teste, sem distingui-las entre respostas com cinestésias e sem cinestésias. Agora será analisada, especificamente, a qualidade das cinestésias animais (*kan*) e das cinestésias humanas (*K*). A figura 3 traz as porcentagens de cada uma das três unidades temáticas nestas duas cinestésias.

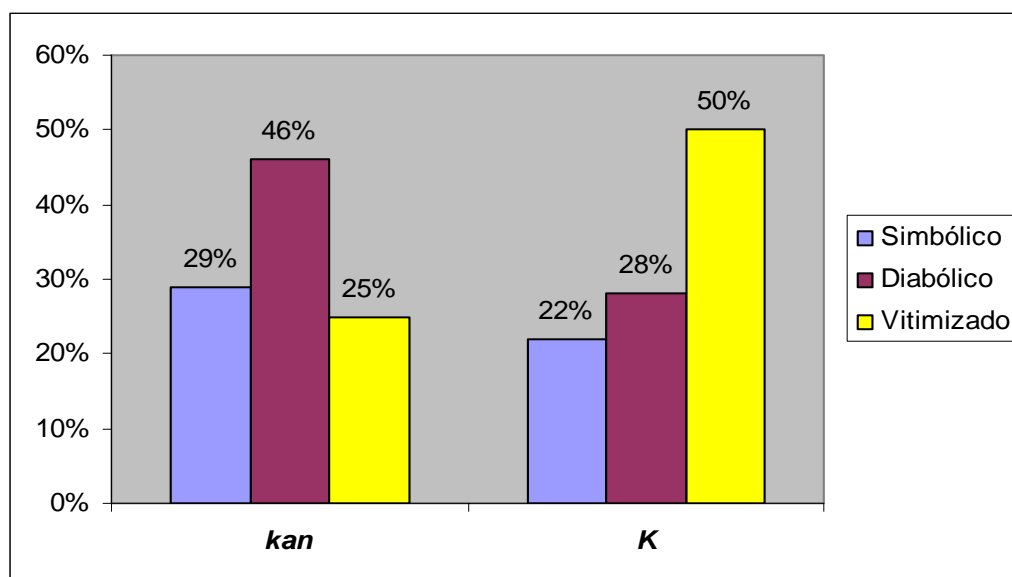


Figura 3. Porcentagem grupal de respostas simbólicas, diabólicas e vitimizadas nas cinestésias *kan* e *K*.

A cinestesia animal mais presente nas respostas das oito crianças foi a do tipo diabólico, caracterizada pela atribuição de intenções destrutivas, agressivas e malevolentes às ações protagonizadas pelos animais, ou por ações que se referiam a

qualquer movimento executado por um animal classificado como diabólico (figura 3). Tais cinestésias alcançaram a porcentagem de 46% nas respostas *kan*. As *kan* diabólicas predominaram sobre os outros dois tipos de possibilidade das respostas *kan* nos testes de quatro participantes (S3, S5, S7, S8 – 50%). As *kan* simbólicas foram a maioria dentre as respostas *kan* nos testes de outros quatro participantes também (S1, S2, S4, S6 – 50%). Em nenhuma criança as *kan* vitimizadas apareceram com maior frequência do que as *kan* simbólicas ou diabólicas.

As *kan*, que se referem a energias de vida, a energias primárias, e a dinamismos interiores, estão, em sua maioria, ligadas a figuras e a intencionalidades negativas e destrutivas. É um processo que precisa ser revertido, pois as *kan*, em seu processo de desenvolvimento, poderão permanecer imaturas ou dar lugar às respostas *K* no adolescente ou no adulto, o que poderia apontar para uma possibilidade posterior de assunção e identificação consciente do sujeito com a violência. Já foi dito que descartamos a atribuição de intencionalidades destrutivas às crianças, pois estas não têm maturidade psicológica para se identificarem conscientemente com o diabólico a ponto de adotarem práticas violentas como escolha consciente de filosofia de vida. Entretanto, um diabólico operante de forma latente pode vir a eclodir em fases posteriores do desenvolvimento em forma de práticas violentas; esta talvez seja uma hipótese que ajude a explicar porque algumas crianças abusadas tornam-se abusadores no futuro, principalmente em se tratando de meninos. Nisto vemos a grande importância de um trabalho psicoterapêutico com estas crianças.

Na figura 3, pode-se ver que, nas respostas *K*, o que predominou foram percepções de humanos em sofrimento físico ou psíquico (50%). Quatro crianças apresentaram mais respostas de humanos em sofrimento do que de animais em sofrimento (S1, S2, S5, S8 – 50%); em uma criança (S4 – 12,5%) houve empate

entre estas duas percepções; uma criança (S3 – 12,5%) não apresentou nenhuma resposta da categoria vitimizado, e duas crianças (S6, S7 – 25%) apresentaram mais respostas vitimizadas no conteúdo animal. O conteúdo humano foi o principal veículo de expressão da dor, do sofrimento e da situação de ser vítima. Nos animais, o nível de consciência acerca do que se projeta é menor, justamente porque foi deslocado da projeção no humano (Chabert, 2004); esta última traz à consciência uma maior aproximação com a representação de si e da própria existência. Como consequência desta reflexão, concluímos que a dor e o sofrimento expressos nas respostas da categoria *K* vitimizado (*kp*) são mais conscientes e, conseqüentemente, o sofrimento é maior, pela consciência da situação de ter sido vítima de uma situação agressiva e dolorosa.

A figura 4 traz uma visão geral da porcentagem de respostas simbólicas, diabólicas e vitimizadas dadas pelas oito crianças; somando as mesmas unidades temáticas dos dois conteúdos (*A* diabólico com *H* diabólico e assim sucessivamente), tem-se a porcentagem total das unidades temáticas, sem distinção de conteúdo.

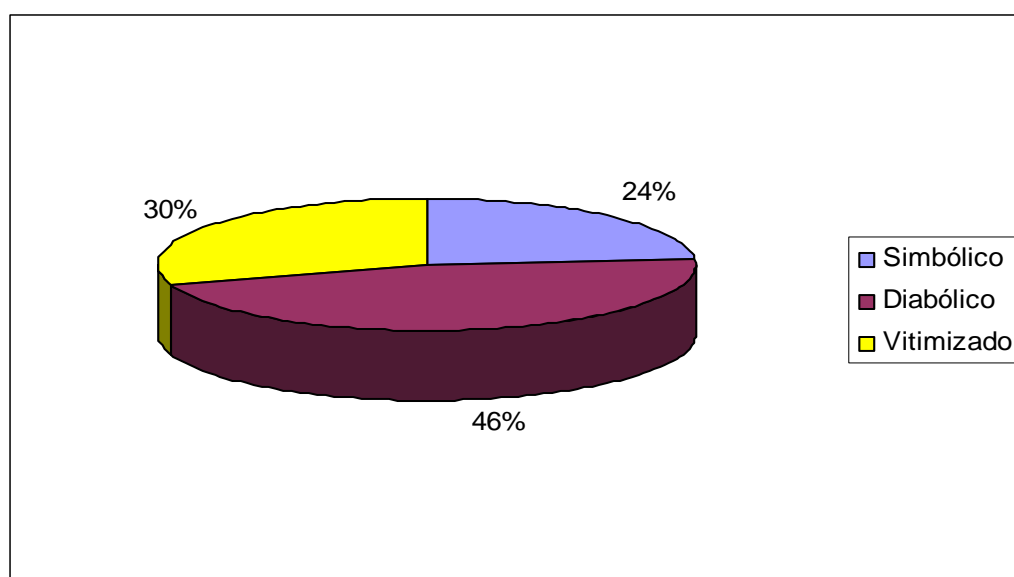


Figura 4. Porcentagem grupal de respostas simbólicas, diabólicas e vitimizadas no somatório dos conteúdos *A* e *H*.

A unidade temática mais freqüente nas respostas do grupo de crianças abusadas sexualmente foi a diabólico, percebida em 46% das respostas. Em seguida veio a unidade temática vitimizado, com 30% das respostas, e depois a unidade simbólico, com 24%. A maioria das respostas do grupo se referiu a percepções de personagens agressivos, violentos, amedrontadores; ou então, vitimizados, em situações de sofrimento advindas da ação diabólica de um outro sobre ele ou advindas de um estado de sofrimento não conseqüente a nenhuma ação cometida contra ele, como, por exemplo, nas respostas de pessoas ou animais assustados ou sangrando.

As respostas diabólicas e vitimizadas muitas vezes vieram juntas, associadas uma a outra, na qual um ato agressivo e violento foi cometido contra um personagem, reproduzindo a relação agressor-vítima. Das oito crianças, cinco delas (S2, S4, S5, S7, S8 – 62%) projetaram no teste a relação agressor-vítima. Este dado foi um elemento muito interessante que pode ser notado no processo de análise qualitativa do discurso Rorschach destas crianças. Trata-se de uma comunicação genuína a respeito de suas vivências e experiências, é uma linguagem que revela a verdade do seu mundo interior. É um tipo de resposta que levanta a hipótese da criança ter sido vítima de violência, e que, para ser confirmada, necessita de outros dados que apontem nessa direção e que também esclareçam que tipo de violência a criança sofreu. Tais dados são geralmente provenientes de entrevistas com pais ou responsáveis, de hora lúdica com a criança, da aplicação de outros testes e de outras técnicas que se julgarem necessárias para a avaliação correta e completa do caso.

As respostas simbólicas, caracterizadas por percepções ou ações inocentes, ligadas aos impulsos de vida, por respostas lúdicas, por respostas com conotações positivas, foram a minoria. Hipotiza-se que as crianças, numa visão inocente e despreocupada do mundo, das pessoas e dos relacionamentos, dêem mais respostas

simbólicas, positivas e lúdicas no Rorschach; acreditamos que o contrário seja um dos indicativos de o psiquismo destas crianças está direcionado por interesses e preocupações que lhe tiram a tranquilidade, podendo ser sugestivo de traumas ou conflitos.

No plano ideal, o esperado seria que a soma das respostas simbólicas fosse maior que a soma das respostas diabólicas mais as respostas vitimizadas, o que na prática poderia ser traduzido numa equação do tipo: *simbólico* > *diabólico* + *vitimizado*. Os conteúdos animal e humano com conotações positivas, construtivas, respeitadas da ordem, da ética e das relações entre os seres deveriam superar a soma dos conteúdos com conotações negativas, que indicam a percepção do mundo e das pessoas como hostis, violentas e agressivas, somados aos conteúdos que indiquem sofrimento, dor, personagens machucados, etc. Isto é uma proposta de análise qualitativa que pode ser feita com os conteúdos humano e animal, e que procura colher, na linguagem, a especificidade e a essência de uma experiência e uma história de vida.

Acreditamos que a fórmula *simbólico: diabólico* + *vitimizado* poderia ser utilizada como um dos indícios qualitativos que (é claro, cruzados com outros dados provenientes das análises quantitativas e estruturais do Rorschach) indicam saúde mental. Não que o inverso indique, necessariamente, patologia ou grave conflito, já que, como dito acima, necessita da confirmação proveniente de outros dados Rorschach. cremos também que, quanto mais as respostas simbólicas aumentam e a soma das respostas diabólicas e vitimizadas diminui, melhor o prognóstico em psicoterapia e, talvez, haja até maior chance de a criança recuperar-se espontaneamente, já que isto indica que ela possui bons recursos intrapsíquicos para re-elaborar e re-significar o trauma. Os fatores ambientais (familiar, social, escolar)

também devem operar positivamente para que esta recuperação espontânea possa efetivar-se. Neste sentido, o Rorschach indica quando o prognóstico é mais favorável e a criança tem recursos próprios para re-significar o evento traumático (*simbólico* > *diabólico* + *vitimizado*), ou quando esta necessita de psicoterapia para reverter as representações desconstrutivas e negativas do humano e dos relacionamentos (*simbólico* < *diabólico* + *vitimizado*).

Estas são somente algumas reflexões e hipóteses surgidas durante a execução desta presente pesquisa e que necessitam de um estudo maior e mais aprofundado para suas confirmações.

Aplicando esta fórmula aos participantes desta pesquisa, temos os seguintes resultados expressos na tabela 15.

Tabela 15

Resultados da Equação *Simbólico* : *Diabólico* + *Vitimizado* em cada Participante e no Grupo

Participantes	<i>Simbólico</i> : <i>diabólico</i> + <i>vitimizado</i>
S1	1 < 4
S2	10 < 13
S3	1 < 3
S4	6 > 4
S5	0 < 19
S6	2 < 5
S7	2 < 14
S8	2 < 14
Grupo	24 < 76

Os dados da tabela 15 estão de acordo com os encontrados na análise qualitativa de cada um dos participantes, expressas no item 4.1 das essências singulares. A criança S4 foi a única que apresentou *simbólico* > *diabólico* + *vitimizado*, e S5 apresentou a maior diferença entre os dois lados da equação, não tendo dado

nenhuma resposta simbólica, mas numerosas respostas diabólicas e vitimizadas. Na análise qualitativa individual, apesar de S4 ter apresentado algumas respostas indicadoras de trauma e conflito, apresentou muita capacidade para superá-los, já S5 não apresentou nenhuma resposta simbólica e seu teste indicou a presença de grave trauma associado à fato violento e pouca capacidade para superá-lo sozinho com os atuais recursos de sua personalidade, pois este encontra-se muito abalado e perturbado.

Calculando-se o resultado da equação *simbólico* : *diabólico* + *vitimizado* aplicada ao grupo de crianças (ou seja, somando-se todas as respostas simbólicas, diabólicas e vitimizadas dadas pelo grupo), encontramos o valor $24 < 76$; as respostas diabólicas e vitimizadas foram vistas três vezes mais do que as simbólicas. Dentre o grupo de crianças, uma delas apresentou mais respostas simbólicas do que diabólicas mais vitimizadas, o que corresponde a 12% da amostra, e 88% apresentaram mais respostas diabólicas e vitimizadas do que simbólicas. Esta equação é capaz de expressar, de forma sintética e objetiva, os resultados provenientes das análises qualitativas individuais e grupal, e fornece uma visão geral do estado psicológico do sujeito; mas especificamente e reportando-se aos objetivos desta pesquisa, esta equação nos permite visualizar a qualidade da percepção do humano e a concepção que o indivíduo tem das relações humanas na sua vida.

Uma forma interessante de visualizar a frequência das três unidades temáticas no teste é através do estudo das suas distribuições ao longo das dez pranchas que compõem o Rorschach; isto enriquece a análise arquetípica-simbólica das pranchas, permitindo saber quais situações (pranchas) evocam mais experiências e respostas simbólicas, diabólicas ou vitimizadas, nos conteúdos *A* e *H*. A tabela 16 mostra qual

prancha mobilizou mais ou menos respostas simbólicas, diabólicas e vitimizadas (resultado grupal).

Tabela 16

Frequência das Unidades Temáticas Simbólicas, Diabólicas e Vitimizadas nas Pranchas do Psicodiagnóstico Rorschach

Pranchas	Simbólico	Diabólico	Vitimizado
I	3	5	2
II	1	3	4
III	1	4	3
IV	1	10	1
V	3	2	1
VI	3	3	2
VII	4	2	3
VIII	5	6	4
IX	1	6	6
X	2	5	4

Observando a tabela 16 pode-se notar que a prancha que mais mobilizou respostas simbólicas foi a prancha VIII, em virtude dos estímulos laterais rosas que evocam respostas referentes a dois animais quadrúpedes, geralmente associadas à cinestesia *kan* simbólica, como nesta resposta de S4: “Duas largatixa subindo num toco de pau. Para caçar passarinho”. A criança S8 deu à prancha VIII uma resposta simbólica, mas confabulada, que guarda pouca ou nenhuma relação com os estímulos desta prancha: “... é bola, o menino jogou a bola...” (ver a resposta completa a esta prancha na tabela 14). Como nesta resposta esta criança abandona o estímulo da prancha e passa a um discurso ditado unicamente pela fantasia, não se pode afirmar com certeza que esta resposta guarda alguma relação com o estímulo simbólico da prancha. Além do mais, esta prancha evocou mais respostas diabólicas do que simbólicas, como se vê na tabela 16. Outras respostas muito frequentes na

VIII foram aquelas referentes a vulcão saindo fogo (S2), bomba estourando (S3), mata sendo queimada pelo fogo (S7) e foguete explodindo (S8); estas respostas não entraram na tabela 16 pois não se referem a conteúdos animais ou humanos, mas foram aqui expostas apenas para mostrar alguns tipos de respostas evocadas pelo simbolismo desta VIII prancha.

Considerando todas estas questões acima, pode-se dizer que, na verdade, a prancha que mais mobilizou o simbólico foi a VII (quatro respostas). Sua estrutura delicada evoca facilmente respostas animais lúdicas ou de seres humanos (meninas, mulheres) numa relação de intimidade ou de ação positiva, construtiva (se olhando, dançando). Algumas respostas dadas pelas crianças a esta prancha não entraram nas unidades temáticas e nem na tabela 16, por tratarem-se de respostas formais não ligadas a simbolismos universais mitológicos, folclóricos, etc, mas que, sem dúvida, trazem em si a qualidade do inocente, do lúdico, do positivo; exemplos: S1: “Dois bonequinhos, o nome dele é peixe, é um menino e uma menina”; S2: “Borboleta”; S4: “Dois índio”; S6: “Duas mulheres, porque tem saia, rostinho”, “Canguru, porque tem orelhinhas, mãozinhas”. Como esta prancha foi a que mais evocou respostas simbólicas, cremos que, se uma criança dá, a esta prancha, respostas diabólicas ou vitimizadas, seria um indício de pior prognóstico, já que esta prancha evoca facilmente respostas inocentes e lúdicas.

Com relação às respostas diabólicas, sem dúvida alguma a prancha que mais as evocou foi a IV, ligada ao simbolismo masculino e paterno. É freqüente na nossa cultura a associação desta prancha às figuras monstruosas, poderosas, amedrontadoras e detentoras de poder; tais tipos de respostas são comuns nesta prancha, embora não possam ser consideradas totalmente boas, e demonstram o quanto nossa cultura assimilou, de forma terrificante, a figura masculina e paterna

(Petrelli, no prelo). Somente duas crianças (25%) não viram, nesta prancha, figuras ligadas a estes simbolismos; S1: “Um pássaro bem grande” e S8: “Macaco”. As demais crianças viram, nesta prancha: um monstro (S2, S7), um dragão (S2), um fantasma e um urso grande fazendo cara feia (S3), uma mula sem cabeça (S5), um gigante (S4, S6) e um boneco assassino e a sombra de um homem no escuro (S6). Para a maioria das crianças do grupo (75%), a experiência com figuras masculinas traz sentimentos de medo, e estas são predominantemente imbuídas de características e ações diabólicas. A experiência com o masculino parece não estar associada a experiências prazerosas, e sim, dolorosas e amedrontadoras.

A prancha que mais evocou respostas vitimizadas foi a IX (seis respostas). Analisando-se mais de perto as respostas dadas pelos participantes a esta prancha, nota-se que a criança S8 (que produziu várias respostas confabuladas nas pranchas VIII, IX e X, determinadas por suas fantasias e necessidades, provavelmente sem relação alguma com o estímulo simbólico das pranchas – vide tabela 14) forneceu três respostas vitimizadas a esta prancha, o que elevou para seis o número de tais respostas na IX. As crianças S2, S5 e S7 forneceram, cada uma delas, uma resposta vitimizada a esta prancha. Ressalta-se ainda que a criança S5 forneceu, da II à X prancha, respostas diabólicas e vitimizadas (relação agressor-vítima), aumentando o número de respostas vitimizadas na IX, mas sem significar que foi o arquétipo desta prancha que mobilizou esta resposta, já que ela também produziu estas respostas mais em função das suas necessidades do que em função da solicitação arquetípica-simbólica da prancha.

Outras pranchas que evocaram várias respostas vitimizadas foram a II, a VIII e a X (quatro respostas cada uma). Em relação à II, quatro crianças deram respostas vitimizadas nesta prancha (S1, S4, S5, S7), o que corresponde a 50% dos

participantes, sendo que S5 deu respostas vitimizadas da II à X prancha. Os detalhes vermelhos que a compõem foram os principais responsáveis pelas respostas vitimizadas, pois foram interpretados como sangue saindo de um humano ou de um animal. Esta prancha evoca o arquétipo dos traumas, e os detalhes vermelhos evocam experiências de violências sofridas no corpo (Petrelli, no prelo). A criança S2, apesar de não ter produzido nesta prancha nenhuma resposta da categoria vitimizado, viu sangue e fogo, um tipo de percepção comum em sujeitos traumatizados.

A prancha VIII também evocou quatro respostas vitimizadas. Uma delas foi dada pela criança S5, que produziu respostas vitimizadas em nove das dez pranchas; duas foram dadas por S8, sem relação com o estímulo da prancha; e uma foi dada por S2 (“Dois lagartos, nos dois lagartos tá saindo sangue”). Esta última resposta possui relação com os estímulos da prancha e acreditamos ser a única resposta vitimizada à prancha VIII que pode ser considerada estimulada pela solicitação simbólica da prancha.

A X prancha também evocou quatro respostas vitimizadas; uma foi dada por S4: “Duas barata subindo num fogo, correram sangue. Ficavam penduradas no fogo. Explodiu o fogo”; uma foi dada por S5 (que deu respostas vitimizadas da II à X prancha); e duas foram dadas por S8 (e que, como suas as demais respostas às pranchas VIII e IX, foram produzidas unicamente pelas suas fantasias e necessidades, não possuindo relação com o que estava sendo lhe apresentado nas manchas). Esta liberação do discurso do estímulo projetivo é um fenômeno que necessita ser estudado em maior profundidade.

Após esta exposição detalhada das respostas vitimizadas dadas às pranchas IX, II, VIII e X, conclui-se, portanto, que a prancha que mais evocou respostas vitimizadas no grupo de crianças abusadas foi a II. Esta prancha é a que mobiliza

arquétipos referentes a experiências traumáticas: traumas de violência e da agressão à corporalidade (como, por exemplo, mutilações, espancamentos e estupros); traumas gerados por experiências de perda, abandono e luto; e traumas por culpa e por violação à integridade, à imagem e à honra do Eu (Petrelli, no prelo). A força arquetípica desta prancha confirmou-se diante dos participantes desta pesquisa, foi a prancha que mais evocou as respostas vitimizadas, expressivas da identificação do indivíduo com o sujeito que sofre fisicamente e/ou psicologicamente, e de traumas ainda não elaborados e superados. Como conseqüência deste resultado, cremos que se uma criança fornece à II prancha respostas simbólicas e lúdicas em contraposição à respostas diabólicas e dramáticas, seria um indicativo de bom prognóstico.

Os resultados aqui apresentados confirmam outros já encontrados com relação à qualidade da percepção do humano e das relações interpessoais, investigadas nos testes de Rorschach de crianças abusadas. Mariuza, Azeredo e Netto (2004) aplicaram o Psicodiagnóstico de Rorschach em quatro crianças vítimas de abuso sexual e encontraram que 50% delas perceberam a figura masculina (investigada na prancha IV) como monstruosa, ameaçadora e destruidora; Gravenhorst (2002) aplicou o Rorschach em 90 crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e encontrou várias respostas se referindo a figuras masculinas persecutórias, violentas e agressivas; no nosso estudo, encontramos que 75% das crianças tiveram este tipo de percepção do masculino.

Vagostello, Silva e Tardivo (2004) realizaram, através do Rorschach, um estudo de caso de um menino de 8 anos de idade, vítima de abuso sexual, e concluíram que suas representações humanas eram negativas, apontando para dificuldades nas relações interpessoais e prejuízos na percepção do outro. Com relação aos participantes desta presente pesquisa, em 62% deles prevaleceu a percepção negativa

do humano (*H*). As autoras também notaram conteúdos exprimindo vivências extremamente persecutórias, na qual um personagem persegue outro, tenta pegá-lo para, provavelmente, causar-lhe algum mal (ex: prancha I: “Um morcego. Está voando para catar uma pessoa. Muito bravo”). Este tipo de resposta, que identifica intenções malevolentes em um personagem que atenta contra outro, foi bastante freqüente nas respostas das crianças desta pesquisa: 62% delas projetaram no teste este tipo de resposta.

Os resultados desta presente pesquisa também vão de encontro com os achados de Petrelli (comunicação pessoal, 04 de maio de 2005), utilizando o Rorschach em crianças vítimas de abuso sexual. Este autor afirma que as crianças abusadas internalizam o humano de forma negativa; há insegurança e medo das intenções dos outros; a capacidade de estabelecer relações afetivas positivas é abalada; há uma visão negativa e pessimista do mundo; e o lúdico é substituído pelo trágico. Todas estas características também foram encontradas em muitos dos testes de Rorschach das crianças desta pesquisa: o humano é percebido com violento e produtor de sofrimento; a visão geral do mundo é pessimista, já que os relacionamentos e as pessoas são percebidos de forma negativa; e as respostas lúdicas, tão esperadas e comuns nos testes de crianças, foram substituídas por percepções trágicas e dramáticas do mundo, das pessoas e dos relacionamentos.

Os resultados tanto desta pesquisa como de outras citadas neste trabalho, em relação aos aspectos da convivência interpessoal e da representação do humano em crianças vitimizadas sexualmente, apontam para aspectos comuns: percepção do humano e, principalmente, das figuras masculinas, como potencialmente destrutivos e agressivos, além da permanência em seu psiquismo da experiência violenta, expressa em várias respostas que reproduzem a relação agressor-vítima. Na

perspectiva deste estudo, é o que consideramos dano psíquico, em função dos prejuízos sociais, afetivos e sexuais que o abuso sexual pode provocar na vida relacional (social e íntima) da vítima.

5. Conclusão

A análise qualitativa-fenomenológica dos conteúdos animal e humano verbalizados no Psicodiagnóstico Rorschach revelou-se ser de grande valia para a investigação da qualidade da percepção do humano; esta investigação é capaz de esclarecer sobre a significação afetiva das relações interpessoais, sobre a concepção que o indivíduo tem das relações humanas na sua vida e sobre os tipos de experiências passadas que formaram a base destas concepções. Tal análise, aplicada às respostas fornecidas pelas oito crianças vítimas de abuso sexual, forneceu dados ricos e importantes a este respeito.

O que ficou mais evidente na fenomenologia dos conteúdos animal e humano foi a predominância das percepções diabólicas, agressivas e negativas sobre as simbólicas, positivas e lúdicas; as primeiras percepções configuraram-se como as respostas mais freqüentes em ambos os conteúdos (excluindo-se as respostas neutras). Não podemos afirmar categoricamente que este tipo de resposta é a mais freqüente em todas as crianças vítimas de abuso sexual, ou então que é mais freqüente neste grupo do que em outros grupos de crianças, submetidas a outras espécies de violência ou não submetidas à violência; como este estudo foi descritivo, o que podemos afirmar é que este tipo de resposta predominou na maioria dos participantes desta pesquisa. Estudos comparativos utilizando o Rorschach em grupos de crianças sexualmente abusadas e não-abusadas poderia esclarecer quais respostas são mais freqüentes e mais características de violência sexual, em relação a uma população de crianças tomada como normativa, como grupo-controle.

A grande quantidade de percepções humanas e animais marcadas pela agressividade e destrutividade apontam também para a possibilidade de ocorrer a

identificação da criança com o agressor; a supremacia destas representações humanas no psiquismo de uma criança poderia ser vista (dentre outras várias possibilidades de desenvolvimento ulterior), como um “embrião” desta identificação. Quando atitudes malevolentes e destrutivas são internalizadas e assumidas/aprendidas como modelo de relação a ser estabelecida com o outro, isto pode contribuir para a transformação da criança em futuro agressor sexual; ao vivenciar o terrificante e o diabólico na experiência, algumas crianças podem se identificar com a destrutividade. Isto poderia ser uma das explicações do por que algumas crianças vitimizadas sexualmente se tornam futuros abusadores.

As respostas que expressam simbolicamente a relação agressor-vítima parecem ser bastante indicativas de crianças submetidas à violência, já que o Rorschach capta projeções de experiências, de uma história de vida. É provável que estas respostas indiquem a continuidade da atuação desta experiência no psiquismo da criança, de forma latente e inconsciente ou de forma explícita, contribuindo para a solidificação das representações negativas acerca dos humanos, do masculino e da convivência interpessoal. Nesta perspectiva, considerou-se dano psíquico a supremacia das representações negativas e desconstrutivas do humano sobre as positivas e construtivas; acreditamos que a representação interna que um indivíduo tem acerca do humano e dos relacionamentos determinará o modo como ele se comportará em suas relações interpessoais, de natureza social ou íntima. Se o significado construído sobre estas relações é marcado por aspectos e antecipações negativas e dolorosas sobre a qualidade destes relacionamentos, provavelmente esta representação trará ao indivíduo dificuldades de estabelecer um relacionamento interpessoal positivo e prazeroso. A reconstrução das relações interpessoais abaladas pelo abuso sexual deve ser um tópico importante a ser tratado na psicoterapia destas crianças.

A forma adotada nesta pesquisa de se considerar as respostas que reproduzem a relação agressor-vítima levou em consideração a participação das experiências vividas na produção destas respostas: ao invés de se atribuir à criança a malevolência e a destrutividade expressas nas respostas de personagens agressivos que agem com violência contra um outro personagem, passamos a ver tais respostas como indicativas da sua situação de ter sido vítima desta violência, e propomos que a nomenclatura das respostas Rorschach passe a distinguir as respostas violentas dadas por uma criança vitimizada, das respostas violentas dadas, por exemplo, por um agressor, já que acreditamos que, na criança, a produção de respostas agressivas deve-se a situações violentas vivenciadas. A passagem da posição tradicional de se codificar as respostas ao Rorschach para esta na qual o discurso do sujeito é que dita a significação específica da resposta, e atenta aos significados que comunicam, foi, a nosso ver, a principal contribuição desta pesquisa. Só assim é possível captar a significação afetiva das respostas, e proceder ao cálculo de um psicograma que indique não somente se o indivíduo é capaz de estabelecer relações com os humanos, mas, principalmente, que indique também a qualidade destas relações. Da mesma forma deveria proceder-se à codificação das cinestésias animais e humanas, pois seus diferentes sentidos qualitativos deveriam ser explicitados na codificação para uma melhor apreciação das motivações que subjazem estas respostas.

Esta pesquisa veio reafirmar a necessidade do cuidado que se deve ter na inquirição da criança vítima de abuso sexual, para se evitar uma possível revitimização pela exposição da criança às memórias dolorosas e traumáticas que a fazem reviver novamente o trauma, muitas vezes já “esquecido”. O Rorschach é uma das técnicas que podem ajudar a criança a falar sobre o ocorrido (quando isto é necessário ao andamento das questões jurídicas envolvidas no caso) de maneira

simbólica, lúdica e não intrusiva, necessitando-se apenas de uma investigação mais detalhada das respostas na fase do inquérito do teste, para que a criança possa expressar e projetar, com mais liberdade, seus pensamentos e sentimentos; estimula-se a criança a falar mais sobre suas respostas, assim como, na hora lúdica, seguimos suas “pistas” e fazemos perguntas pertinentes e esclarecedoras a respeito do que está sendo comunicado, para que o sentido destas respostas possa ser ampliado e melhor compreendido.

Pretendemos, com esta pesquisa, ter lançado luz sobre algumas questões de perícia psicológica da criança vitimizada através do Psicodiagnóstico Rorschach e também sobre questões clínicas, especificamente sobre a avaliação do dano psíquico relacionado ao tema do relacionamento interpessoal. Esperamos também ter contribuído com o contínuo processo de aperfeiçoamento deste instrumento psicodiagnóstico, que deve constantemente sintonizar-se às novas demandas sociais, culturais e psicológicas de um mundo que está num ininterrupto processo de transformação.

6. Referências Bibliográficas

- Adrados, I. (1985). *A técnica de Rorschach em crianças: Perfil psicológico da criança dos sete aos quatorze anos*. Petrópolis: Vozes.
- Adrados, I. (2000). *Teoria e prática do teste de Rorschach*. Petrópolis: Vozes.
- Amatuzzi, M. M. (1996). Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, 13 (1), 5-10.
- Amatuzzi, M. M. (2003). Pesquisa fenomenológica em Psicologia. Em M. A. T. Bruns & A. F. Holanda (Orgs.), *Psicologia e fenomenologia: Reflexões e perspectivas* (pp. 17-25). Campinas: Alínea.
- Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 559-576 [On-line]. Disponível em: <http://www.scielo.br>
- Ames, L. B., Learned, J., Metraux, R. W., & Walker, R. N. (1961). *El Rorschach infantil*. Buenos Aires: Paidós.
- Anzieu, D. (1984). *Os métodos projetivos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Arruda, A. F. M. F. (1999). *Dano moral puro ou psíquico*. São Paulo: Juarez de Oliveira.
- Augras, M. (1998a). *A dimensão simbólica: O simbolismo nos testes projetivos*. Petrópolis: Vozes.
- Augras, M. (1998b). *O ser da compreensão: Fenomenologia da situação de psicodiagnóstico*. Petrópolis: Vozes.
- Azevedo, M. A. (1989). Conseqüências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes. Em M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra (Orgs.), *Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder* (pp. 143-163). São Paulo: Iglu.

- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1988). *Pele de asno não é só história... Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Roca.
- Barison, F., & Tognazzo, D. P. (1982). *Il Rorschach fenomenologico*. Milano: Franco Angeli.
- Berti, A., Firpo, S., & Lavagna (2000). Abuso sessuale: Conseguenze psicopatologiche a breve e a lungo termine. Em T. Bandini & B. Gualco (Orgs.), *Infanzia e abuso sessuale* (pp. 211- 239). Milano: Dott. A. Giuffrè.
- Bicudo, M. A. V. (1997). Sobre a Fenomenologia. Em M. A. V. Bicudo & V. H. C. Espósito (Orgs.), *A pesquisa qualitativa em educação: Um enfoque fenomenológico* (pp. 15-22). Piracicaba: Unimep.
- Borges, Z. M. (2001). Aldeia Juvenil: Um olhar sobre sua história. Em S. M. G. Sousa (Org.), *Infância, adolescência e família* (pp. 23-35). Goiânia: Cânone Editorial.
- Bouhet, B., Pérard, D., & Zorman, M. (1997). Da importância dos abusos sexuais na França. Em M. Gabel (Org.), *Crianças vítimas de abuso sexual* (pp. 29-42). São Paulo: Summus.
- Capalbo, C. (1973). *Fenomenologia e ciências humanas: Uma nova dimensão em antropologia, história e psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Ozon.
- Chabert, C. (2004). *Psicanálise e testes projetivos*. São Paulo: Vetor.
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Goiás (2001). *Estatuto da Criança e do Adolescente*.
- Coppe, A. A. F. (2001). *A vivência em grupos de encontro: Um estudo fenomenológico de depoimentos*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Dartigues, A. (1973). *O que é a fenomenologia?* Rio de Janeiro: Eldorado.
- Endara, J. (1967). *Test de Rorschach: Técnica, evolución y estado actual*. Barcelona: Editorial Científico-Médica.

- Ephraim, D. (2002). Introduction to the special section on Rorschach trauma assessment. *Rorschachiana*, 25, 3-10.
- Faleiros, E. T. S. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Thesaurus.
- Ferrari, D. C. A. (2002a). Definição de abuso na infância e na adolescência. Em D. C. A. Ferrari & T. C. C. Vecina (Orgs.), *O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e prática* (pp. 81-94). São Paulo: Ágora.
- Ferrari, D. C. A. (2002b). Visão histórica da infância e a questão da violência. Em D. C. A. Ferrari & T. C. C. Vecina (Orgs.), *O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e prática* (pp. 23-56). São Paulo: Ágora.
- Flores, R. Z., & Caminha, R. M. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria do RS*, 16, 158-167.
- Forghieri, Y. C. (1984). Fenomenologia, existência e psicoterapia. Em Y. C. Forghieri (Org.), *Fenomenologia e psicologia* (pp. 11-33). São Paulo: Cortez.
- Forward, S., & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: O incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro: Rocco.
- França, C. (1989). *Psicologia fenomenológica: Uma das maneiras de se fazer*. Campinas: UNICAMP.
- Freitas, M. H. (2005). Filosofar poetizando ou poetizar filosofando: limites e potencialidades de uma psicologia expressiva. Em M. H. Freitas & N. Venturinha (Orgs.), *A expressão do indizível: Estudos sobre filosofia e psicologia* (pp. 129-161). Taguatinga: UNIVERSA – UCB.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997). Algumas observações preliminares. Em M. Gabel (Org.), *Crianças vítimas de abuso sexual* (pp. 09-13). São Paulo: Summus.
- Gil, A., Recondo, R., & Escosteghy, N. (1996). Abuso sexual – detecção e manejo. *ACTA MÉDICA ATM-96*, 591-600.

- Giles, T. (1989). *História do existencialismo e da fenomenologia* (Vol. 1). São Paulo: EPU.
- Giorgi, A. (1989). Um enfoque fenomenológico descritivo da psicologia empírica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 4 (1/2), 116-123.
- Giorgi, A. (1994). Sketch of a psychological phenomenological method. Em A. Giorgi (Org.), *Phenomenology and psychological research* (pp. 8-22). Pittsburgh: Duquesne University Press.
- Giorgi, A. (1997). The theory, practice and evaluation of the phenomenological method as a qualitative research procedure. *Journal of Phenomenological Psychology*, 28 (2), 235-260.
- Gomes, W. B. (1998a). Apresentação: Fenomenologia e pesquisa em psicologia. Em W. B. Gomes (Org.), *Fenomenologia e pesquisa em psicologia* (pp. 11-18). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.
- Gomes, W. B. (1998b). A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente. Em W. B. Gomes (Org.), *Fenomenologia e pesquisa em psicologia* (pp. 19-44). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.
- Gravenhorst, M. C. (2002). Rorschach psychodiagnosis of psychic trauma in sexually abused children. *Rorschachiana*, 25, 77-86.
- Holanda, A. F. (2003). Pesquisa fenomenológica e psicologia eidética. Em M. A. T. Bruns & A. F. Holanda (Orgs.), *Psicologia e fenomenologia: Reflexões e perspectivas* (pp. 41-64). Campinas: Alínea.
- Inquirição da criança vítima de abuso sexual, A. (2005, Abril). *Flash UCG*, 396, 7.
- Ippolito, R. (Org.) (2003). *Guia escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e a exploração sexual em crianças e adolescentes*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação.
- Jacquemin, A. A. (1975). *O teste de Rorschach em crianças brasileiras*. São Paulo: Vetor.
- Jaspers, K. (1973). *Psicopatologia Geral* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Livraria Atheneu.

- Kamphuis, J. H., Kugeares, S. L., & Finn, S. E. (2000). Rorschach correlates of sexual abuse: Trauma Content and Aggression Indexes. *Journal of Personality Assessment*, 75 (2), 212-224.
- Keen, E. (1979). *Introdução à psicologia fenomenológica*. Rio de Janeiro: Interamericana.
- Landisberg, S. (1991). Relação entre o Rorschach e os desenhos projetivos. Em E. F. Hammer (Org.), *Aplicações clínicas dos desenhos projetivos* (pp. 464-468). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Loosli-Usteri, M. (1965). *Manuel pratique du test de Rorschach*. Paris: Hermann.
- Lorencini, B. D. B., & Ferrari, D.C.A. (2002). Oficinas de prevenção. Em D. C. A. Ferrari & T. C. C. Vecina (Orgs.), *O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e prática* (pp. 228-260). São Paulo: Ágora.
- Luijpen, W. (1973). *Introdução à fenomenologia existencial*. São Paulo: EPU.
- Lyotard, J. (1967). *A fenomenologia*. São Paulo: Difusão Européia do livro.
- Machado, O. V. M. (1997). Pesquisa qualitativa: Modalidade fenômeno situado. Em M. A. V. Bicudo & V. H. C. Espósito (Orgs.), *A pesquisa qualitativa em educação: Um enfoque fenomenológico* (pp. 35-46). Piracicaba: Unimep.
- Magagnin, A. T., & Almeida, A. M. O. (2000). Violência contra a infância e adolescência. Em A. M. O. Almeida & L. H. C. Z. Pulino (Orgs.), *Projeto Bem-quer: Fórum de combate à violência* (pp. 20-30). Brasília: Prática.
- Mariuza, C. A., Azeredo, C., & Netto, L. S. (2004). Abuso sexual na infância: Um estudo através da técnica de Rorschach. Em C. E. Vaz & R. L. Graeff (Orgs.), *III Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos: Técnicas projetivas: Produtividade em pesquisa* (pp. 193-196). Porto Alegre: SBRo / Casa do Psicólogo.
- Mattos, G. O. (2002). Abuso sexual em crianças pequenas: Peculiaridades e dilemas no diagnóstico e no tratamento. Em D. C. A. Ferrari & T. C. C. Vecina (Orgs.), *O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e prática* (pp. 174-200). São Paulo: Ágora.
- May, R. (1982). *Eros e repressão: Amor e vontade*. Petrópolis: Vozes.

- McCully, R. S. (1980). *Rorschach: Teoria e simbolismo: Uma abordagem junguiana*. Belo Horizonte: Interlivros.
- Meyers, J. (1990). The Rorschach as a tool in understanding the dynamics of women with histories of incest. Em H. D. Lerner & P. M. Lerner (Orgs.), *Primitive mental states and the Rorschach* (pp. 203-228). Madison: International Universities Press.
- Miller, T. W. & Veltkamp, L. J. (1989). Assessment of child sexual abuse: Clinical use of fables. *Child psychiatry and human development*, 20 (2), 123-133.
- Miller, T. W., & Veltkamp, L. J., & Janson, D. (1987). Projective measures in the clinical evaluation of sexually abused children. *Child psychiatry and human development*, 18 (1), 47-57.
- Minkowska, F. (1956). *Le Rorschach: A la recherche du monde des formes*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Monteiro, L. P. (2001). Do objeto da violência: A infância. Em S. M. G. Sousa (Org.), *Infância, adolescência e família* (pp. 133-154). Goiânia: Cãnone Editorial.
- Moreira, D. A. (2002). *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson.
- Mucchielli, R. (1968). *La dynamique du Rorschach*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Oliveira, A. B. (1989). Introdução: Saúde e vitimização. Em M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra (Orgs.), *Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder* (pp. 99-103). São Paulo: Iglu.
- Oliveira, M. L. M., & Café, M. B. (2001). O atendimento no centro de estudo, pesquisa e extensão Aldeia Juvenil – CEPAJ. Em S. M. G. Sousa (Org.), *Infância, adolescência e família* (pp. 37-50). Goiânia: Cãnone Editorial.
- Organização Mundial da Saúde (1999). *Injuries and violence prevention* [On-line]. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/neglect/en/

- Orr, M. (1958). *Le test de Rorschach et l'imagen maternelle*. Paris: Bulletin du Groupement Français du Rorschach.
- Petrelli, R. (1999). *Para uma psicoterapia em perspectiva fenomênico-existencial*. Goiânia: Editora da UCG.
- Petrelli, R. (2001a). *Fenomenologia: Teoria, método e prática*. Goiânia: Editora da UCG.
- Petrelli, R. (2001b). *Observações às margens de uma tese doutoral de 1989 sobre grupos indígenas do Centro-Oeste brasileiro investigados comparativamente pelo Psicodiagnóstico de Rorschach*. Comunicação oral em mesa redonda apresentada no XI Congresso Latino Americano de Rorschach e outras Técnicas Projetivas, Rosário, Argentina.
- Petrelli, R. (2004). Reflexões sobre a violência. Em I. Monini (Org.), *Violência* (pp. 67-77). Goiânia: Editora da UCG.
- Petrelli, R. (no prelo). *Rorschach: Teoria e prática*.
- Richards, T. W. (1958). Personal significance of Rorschach figures. *Journal of Projective Techniques*, 22 (1), 97-101.
- Rorschach, H. (1978). *Psicodiagnóstico: Método e resultados de uma experiência diagnóstica de percepção (interpretação de formas fortuitas)*. São Paulo: Mestre Jou.
- Rouyer, M. (1997). As crianças vítimas, conseqüências a curto e médio prazo. Em M. Gabel (Org.), *Crianças vítimas de abuso sexual* (pp. 62-71). São Paulo: Summus.
- Rovinski, S. L. R. (2002). Perícia psicológica na área forense. Em J. A. Cunha (Org.), *Psicodiagnóstico-V* (pp. 183-195). Porto Alegre: Artmed.
- Rovinski, S. L. R. (2004a). *Fundamentos da perícia psicológica forense*. São Paulo: Vetor.
- Rovinski, S. L. R. (2004b). *Vitimologia. Apostila do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Psicologia Jurídica do IPES-UCG*. Goiânia.

- Sadigursky, C. A. (1999). *Vitimização sexual em crianças e adolescentes: Os profissionais de saúde e os aspectos legais*. Salvador: EDUFBA.
- Saffioti, H. I. B. (1989). Introdução: A síndrome do pequeno poder. Em M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra (Orgs.), *Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder* (pp. 13-21). São Paulo: Iglu.
- Santos, H. O. (1991). *Crianças violadas*. Campinas: CBIA/CRAMI.
- Schafer, R. (1953). Content analysis in the Rorschach test. *Journal of Projective Techniques*, 17 (3), 335-339.
- Silva, D. M. P. (2003). *Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: A interface da Psicologia com Direito nas questões de família e infância*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silva, M. A. S. (2002). Violência contra crianças – quebrando o pacto do silêncio. Em D. C. A. Ferrari & T. C. C. Vecina (Orgs.), *O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e prática* (pp. 73-80). São Paulo: Ágora.
- Silva, M. L. E. (1981). *Interpretação de testes projetivos: Projeção e representação*. Rio de Janeiro: Campus.
- Sousa, S. M. G., & Morais Neto, O. L. (1997). *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia (1992-1996)*. Goiânia: Cerne.
- Sullivan, H. S. (1964). *La teoria interpersonal de la psiquiatria*. Buenos Aires: Psique.
- Teloeken, P. P., & Silva, R. B. F. (2002). Considerações teórico-práticas dos aspectos clínicos na violência infantil. *Barbarói*, 17, 23-33.
- Traubenberg, N. R. (1998). *A prática do Rorschach*. São Paulo: Vetor.
- Traubenberg, N. R., & Boizou, M. F. (1999). *O Rorschach na clínica infantil: O imaginário e o real na criança*. Lisboa: Climepsi.

- Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes.
- Vagostello, L., Silva, M. S. A., & Tardivo, L. S. P. C. (2004). Os efeitos do abuso sexual em crianças pequenas: Um estudo de caso. Em C. E. Vaz & R. L. Graeff (Orgs.), *III Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos: Técnicas projetivas: Produtividade em pesquisa* (pp. 197-201). Porto Alegre: SBRo / Casa do Psicólogo.
- Van Den Berg, J. H. (2000). *O paciente psiquiátrico: Esboço de psicopatologia fenomenológica*. Campinas: Livro Pleno.
- Vaz, C. E. (1980). *O Rorschach: Teoria e desempenho*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Viaux, J. L. (1997). A perícia psicológica das crianças vítimas de abusos sexuais. Em M. Gabel (Org.), *Crianças vítimas de abuso sexual* (pp. 121-131). São Paulo: Summus.
- Vitiello, N. (1989). Vitimização sexual: Conseqüências orgânicas. Em M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra (Orgs.), *Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder* (pp. 123-141). São Paulo: Iglu.
- Winton, M. A., & Mara, B. A. (2001). *Child abuse and neglect: Multidisciplinary approaches*. Needham Heights: Allyn and Bacon.